

Relatório & Contas 2012



Índice

CP em 2012	0
Mensagem do Presidente.....	1
Sobre nós	3
Principais acontecimentos 2012	4
Principais indicadores.....	8
Relatório de Gestão	9
Atividade operacional	10
Qualidade do serviço prestado	20
Gestão das pessoas	21
Gestão de frota	24
Participadas	26
Perspetivas para o futuro	29
Governo da Sociedade.....	31
Princípios de bom governo	32
Missão, objetivos e políticas.....	33
Regulamentos internos e externos	34
Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas	38
Informação sobre outras transações	39
Modelo de governo.....	40
Remunerações.....	54

Análise de sustentabilidade	56
Cumprimento dos princípios de bom governo	60
Código de Conduta e Ética.....	61
Sistema de Gestão de Risco	62
Prevenção de conflitos de interesses	64
Divulgação de informação	65
Cumprimento de orientações legais	68
Objetivos de gestão	69
Gestão do risco financeiro.....	70
Limites de endividamento	74
Prazos médios de pagamento e de recebimento.....	75
Atrasos nos pagamentos	77
Deveres especiais de informação	78
Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2011	79
Medidas de redução salarial	80
Aplicação do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público	82
Contratação pública	83
Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	84
Parque de veículos do Estado	85
Princípio da Igualdade do Género.....	86
Plano de redução de custos.....	87

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes	88
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.....	89
Análise Económica e Financeira.....	90
Síntese de resultados	91
Factos relevantes após o termo do exercício	96
Proposta aplicação de resultados	97
Demonstrações Financeiras e Anexos Individuais	99
Identificação da entidade e notas de operacionalidade [nota 1]..	106
Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras [nota 2].....	111
Principais políticas contabilísticas [nota 3]	113
Fluxo de caixa [nota 4].....	130
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros [nota 5]	132
Ativos fixos tangíveis [nota 6].....	133
Ativos intangíveis [nota 7]	136
Locações [nota 8]	138
Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial [nota 9]	139
Participações financeiras – Outros métodos [nota 10]	141
Acionistas/sócios [nota 11].....	142
Impostos sobre o rendimento [nota 12].....	143
Inventários [nota 13]	144
Clientes [nota 14]	146
Adiantamentos a fornecedores [nota 15]	147
Estado e outros entes públicos [nota 16]	148
Outras contas a receber [nota 17]	149
Diferimentos [nota 18].....	150
Ativos financeiros detidos para negociação [nota 19].....	151
Ativos não correntes detidos para venda [nota 20]	152
Capital realizado [nota 21]	154
Ações (Quotas) próprias [nota 22].....	155
Outros instrumentos de capital próprio [nota 23]	156
Reservas legais [nota 24]	157
Outras reservas [nota 25]	158
Resultados transitados [nota 26]	159
Ajustamentos em ativos financeiros [nota 27]	161
Outras variações no capital próprio [nota 28].....	162
Provisões [nota 29].....	164
Financiamentos obtidos [nota 30].....	165
Outras contas a pagar [nota 31]	167
Fornecedores [nota 32]	168
Passivos financeiros detidos para negociação [nota 33].....	169
Vendas e serviços prestados [nota 34]	170
Subsídios à exploração [nota 35]	171
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos [nota 36]	172
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas [nota 37]	173
Fornecimentos e serviços externos [nota 38].....	174

Gastos com pessoal (nota 39).....	176
Imparidades de investimento não depreciáveis/amortizáveis (nota 40)	177
Outros rendimentos e ganhos (nota 41).....	178
Outros gastos e perdas (nota 42).....	179
Aumentos/reduções justo valor (nota 43).....	180
Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 44) ...	181
Imparidade de investimentos depreciáveis e amortizáveis (nota 45)	182
Juros e rendimentos similares obtidos (nota 46).....	183
Juros e gastos similares suportados (nota 47)	184
Passivos contingentes (nota 48).....	185
Ativos contingentes (nota 49)	186
Divulgação de partes relacionadas (nota 50)	187
Garantias e avales (nota 51).....	189
Acontecimentos após a data do balanço (nota 52).....	190

CP em 2012

Mensagem do Presidente

Com a saída do Presidente da CP no final do ano, assumi as suas funções na qualidade de Vice-presidente, cumprindo-me assim apresentar um breve comentário à atividade e aos resultados de 2012.

O contexto económico nacional foi, como sabemos, de restrição ao nível da despesa e do seu financiamento, com subida expressiva do desemprego e contestação social.

Neste enquadramento, a atividade da CP foi afetada por forte contestação laboral e redução expressiva, cerca de 14 milhões, dos passageiros transportados.

A gestão prosseguiu a estratégia de equilíbrio sustentável da operação assegurando de forma mais eficiente a mobilidade das populações. Prosseguiram os esforços de ajustamento da oferta à procura, a melhoria dos sistemas de venda, a redução de custos e a promoção da alienação dos bens não afetos à atividade principal da Empresa.

Os proveitos do tráfego de 211 milhões de euros ficaram ligeiramente abaixo dos alcançados em 2011, em consequência da perda de passageiros que se verificou na CP como em outros operadores. No caso da CP, para a perda de passageiros transportados não foi alheio o elevado número de greves que ocorreram durante todo o ano, com especial significado no último trimestre.



As greves, para além do impacto direto na perda de passageiros afetam a confiança dos passageiros no caminho-de-ferro levando-os a encontrar soluções alternativas, por vezes de modo definitivo. Torna-se assim urgente encontrar e aplicar medidas inovadoras que contribuam para a recuperação dos passageiros. Alcançámos em 2012 resultados operacionais melhores que em 2011 embora ainda negativos. A melhoria dos resultados decorre da conjugação das medidas de ajustamento de preços e redução de custos. Na redução de custos salientamos a redução de custos com pessoal por redução dos efetivos e por reduções salariais decretadas ao nível nacional. Também em fornecimentos e serviços externos reduzimos expressivamente os gastos. No entanto, essa redução não é visível a nível global pelo efeito contrário decorrente do aumento de preços da energia para tração e da tarifa de acesso à infraestrutura.

Como resultado, atingiu-se o objetivo central fixado para o ano, um EBITDA positivo de 45,6 milhões de euros, superior em cerca de 6,2 milhões de euros ao registado em igual período do ano passado. Este resultado permitiu que a CP assegurasse com meios próprios todas as suas necessidades de tesouraria corrente, incluindo o financiamento dos investimentos e manutenção plurianual da frota e o pagamento das rescisões de contratos de trabalho.

A função financeira, derivada de um passivo histórico, foi assegurada pontualmente por suporte acionista e da banca portuguesa. O custo dessa dívida afetou o resultado líquido, que, apesar da melhoria de 65,5 milhões de euros, continuou negativo em 223,6 milhões de euros.

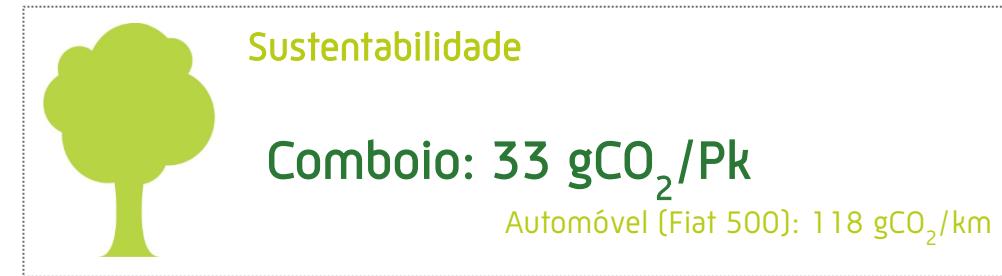
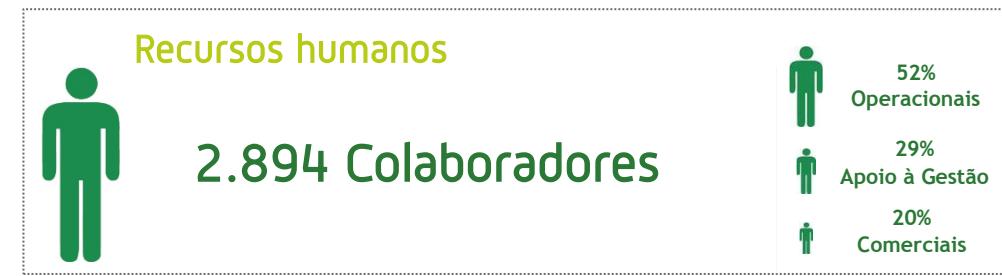
Para a melhoria do resultado líquido contribuiu a redução das perdas de participadas e os ganhos alcançados pela EMEF.

A melhoria dos resultados em 2012 só foi possível graças ao empenho de muitos, mesmo com redução do seu rendimento. Faço votos para que, no tempo difícil que atravessámos, essa atitude se generalize e que o espírito de serviço público seja o objetivo de todos.

O futuro da CP será o resultado da ação individual de todos os que nela participam. A reclamação dos direitos não pode continuar a ser feita à custa do sacrifício diário dos portugueses que utilizam o caminho-de-ferro como meio de deslocação. Os direitos defendem-se com responsabilidade.

No balanço e prestação de contas importa registar que em todo o ano de 2012 o Conselho de Administração foi presidido pelo Sr. Dr. José Salomão Benoliel que cessou as suas funções no fim do ano.

Sobre nós



Principais acontecimentos 2012

Alterações da oferta CP

A CP, com o objetivo de adequar a oferta à procura, procedeu a ajustamentos nos serviços das linhas de Aveiro e do Sul e suspendeu o serviço ferroviário nas linhas do Leste e Alentejo, entre Beja e Funcheira. No entanto, para minimizar os impactos destas alterações e assegurar as necessidades de mobilidade das populações implementou, sempre que necessário, soluções alternativas.

Assim e conforme previsto no Plano Estratégico de Transportes sempre que por questões de sustentabilidade económica e ambientais foi aconselhável suspender a prestação do serviço de transporte ferroviário, e a reposição do mesmo não foi passível de ocorrer no curto prazo, recorreu-se a operadores rodoviários locais por ser a solução mais adequada para assegurar a mobilidade das populações.

Visando dar continuidade a uma política de reforço da produtividade dos seus recursos e melhorar a qualidade do serviço prestado, implementou, em dezembro de 2011, com impacto efetivo em 2012 o novo horário para a linha de Sintra / Azambuja com maior frequência para Sete Rios, Entrecampos, Roma-Areeiro e Oriente e comboios diretos de Sintra para o Oriente, nas horas de ponta.

Novo modelo de exploração do serviço Internacional

Os serviços Internacionais Lusitânia Comboio Hotel e Sud Expresso passaram a circular conjuntamente através da linha da Beira Alta, até Medina del Campo, em Espanha, local de onde seguem em circulações separadas para Madrid e Hendaye, respetivamente. Este serviço integrado tem, ainda, ligação a Porto e Aveiro, através de novos comboios Intercidades, proporcionando às regiões do centro e norte do país maior mobilidade, por modo ferroviário, além fronteira. Estas melhorias do serviço Internacional permitem ainda uma redução de custos da CP.

Novo modelo de oferta do Intercidades das linhas da Beira Alta e Beira Baixa

Foram implementados novos modelos de oferta para o serviço Intercidades das linhas da Beira Alta e da Beira Baixa. Estes modelos melhoram as condições de mobilidade, introduzindo alterações significativas na lei de paragens destes comboios e uma redução nos preços praticados nestes serviços para as curtas e médias distâncias. Para os clientes frequentes foi ainda introduzido o Flexipasse, que substitui as assinaturas mensais regionais, permitindo a realização de viagens a bordo dos comboios Regionais e Intercidades indiferenciadamente, tirando partido da complementaridade entre os dois serviços e sem acréscimo de preço.

Linhos do Sul – Bilhetes dos comboios de Longo Curso passam a integrar a viagem no serviço Suburbano da linha do Sado

Como resultado da reformulação da oferta da linha do Sul, e na sequência do estabelecimento da estação do Pinhal Novo como estação agregadora da procura no distrito de Setúbal, os bilhetes dos serviços Alfa Pendular e Intercidades com origem e/ou destino na estação de Pinhal Novo passaram a ser válidos no serviço Suburbano da CP da linha do Sado, sem acréscimo de preço. Por esta via foi possível conciliar a implementação das importantes melhorias da linha do Sul, com as necessidades de mobilidade das populações da região de Setúbal.

Apresentação pela CP à Tutela de proposta de Contrato de Serviço Público

Em cumprimento do acordo de revogação do Contrato relativo ao Regime Transitório de Financiamento de Serviço Público a CP apresentou, no final de junho de 2012, proposta de Contrato de Serviço Público para o período de 2012 a 2019. A proposta foi enquadrada pelo Plano Estratégico de Transportes para o período de 2011 a 2015, bem como pelo Plano Plurianual de Promoção de Eficiência para o período de 2012 a 2019 apresentado pela CP a 30 de março de 2012.

O Contrato de Serviço Público visa definir as condições de exploração no que concerne ao transporte ferroviário de passageiros nas linhas onde a CP presta serviços e as respetivas compensações financeiras.

Introdução de aumentos tarifários nos serviços Suburbanos

Em fevereiro de 2012 registaram-se aumentos tarifários para os serviços Suburbanos de Lisboa e do Porto, com impacto significativo nos passes combinados e intermodais. O aumento médio no Suburbano de Lisboa situou-se nos 5,1%, enquanto no Suburbano do Porto foi de cerca de 6,6%. Foi ainda implementada a 5ª fase do modelo tarifário do serviço Regional que se traduziu num aumento médio de 2,6%. A CP optou por não proceder à atualização das tarifas dos serviços de médio e de longo curso.

Alteração das condições de acesso aos passes 4_18 e Sub23

Por disposição governamental, em setembro de 2012, foi restringido o acesso aos passes 4_18 aos beneficiários da ação social escolar dos escalões A e B e aos passes Sub23 a estudantes beneficiários da Ação Social Direta no Ensino Superior ou a estudantes inseridos em famílias com escalão social +. Os descontos concedidos por estes passes variam entre 25% e 60%.

Novo zonamento tarifário nos comboios Suburbanos de Lisboa e Porto

Com o objetivo de conferir uma maior equidade zonal e de preço, foi aprovado pela Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, novos modelos de zonamento tarifário para os serviços Suburbanos de Lisboa e Porto que permitirão simplificar e racionalizar os modelos tarifários em vigor nestes serviços.

Para o Suburbano de Lisboa é alterado o modelo rígido assente em origem/destino para um conceito de rede global. O cliente passa a poder usar o mesmo bilhete em qualquer percurso nas linhas de Sintra, Azambuja, Cascais e Sado, desde que a viagem a efetuar se realize no número de zonas adquiridas. O novo modelo de zonamento tarifário do Suburbano do Porto vai reajustar a distância zonal média, uniformizando as distâncias quilométricas das zonas tarifárias e permitir ainda, aproximar a distância média das zonas dos títulos monomodais da CP no Porto ao zonamento intermodal Andante.

Novo título Navegante que junta CP, Carris e Metro

Foi lançado, no ano de 2012, um novo passe único para Lisboa, o "Navegante", que permite aos passageiros utilizar o autocarro, elétrico, metro e comboio dentro da malha urbana da cidade integrando os operadores Carris, Metro e CP nos circuitos urbanos (Alcântara-Terra, Rossio, Santa Apolónia e Cais do Sodré, até às estações de Belém, Benfica, Oriente e Moscavide).

Zapping no cartão Lisboa Viva

Este título multimodal consiste no carregamento de dinheiro em cartão Lisboa Viva ou Viva Viagem, que permite viajar na CP, no Metro, na Carris e na Transtejo/Soflusa. Esta solução contribui para tornar o sistema tarifário mais atrativo, mais simples e de fácil uso e promove a utilização do transporte público na área metropolitana de Lisboa, para clientes frequentes e também para clientes ocasionais. Um ano após a adesão da CP ao Zapping, foi, em maio de 2012, lançada uma campanha visando incentivar a utilização do título

Zapping no cartão Lisboa Viva, usufruindo assim de um suporte mais resistente e das vantagens de ser utilizador do cartão Lisboa Viva (descontos diversos em lazer, saúde e serviços). O Zapping atingiu o seu recorde de utilização no segundo semestre de 2012 representando já uma importante percentagem da procura dos serviços Urbanos de Lisboa.

Cool_train da CP no *top 10*

A empresa Socialbakers fornece estatísticas sobre o Facebook para mais de 200 países. No relatório trimestral que produz para acompanhamento de marcas portuguesas, elabora vários *rankings*, nomeadamente o *top 10* das marcas por números de "amigos", de interações com a página e de respostas dadas pelo administrador aos utilizadores. A página do Cool_train CP mantém a sua trajetória de crescimento do número de amigos e surge no *top 10* das marcas com maior número de resposta do administrador.

CP adere ao serviço MOVE-ME

A CP – Comboios de Portugal associou-se ao serviço MOVE-ME lançado no ano 2012, no âmbito do projeto CIVITAS Elan. Esta aplicação, disponível para descarregamento gratuito em www.MOVE-ME.mobi, permite o acesso a um conjunto diversificado de informação sobre transportes públicos em tempo real na cidade do Porto e alguns locais do norte de Portugal, integrando diferentes meios de transporte. No caso dos serviços Suburbanos do Porto passa a ser possível aceder à informação sobre horários dos comboios e localização GPS das estações.

InterRail celebrou 40 anos

A 1 de março de 2012 o InterRail fez 40 anos. Para celebrar o aniversário, o Eurail Group, GIÉ (entidade responsável pelo InterRail) lançou a 3ª edição do livro "Europe by InterRail" e vai produzir um documentário sobre as viagens realizadas com este passe. A CP a pretexto dessa efeméride lançou um passatempo "Se Dois é Bom, Três é o Máximo – O InterRail do Alvim" cujo objetivo era visitar o maior número de países e locais em cinco dias. O InterRail Pass é um passe que permite aos residentes na Europa viajar de comboio, nas várias empresas ferroviárias aderentes.

MUSICard CP chega às lojas Fnac

A atividade da CP ligada ao universo da música, em 2012, apresentou resultados globais positivos, com aumento de 55% dos passageiros, e de 38% na receita, face a 2011. Foram decisivos para este resultado eventos como o ROCK in RIO e o novo produto OPTIMUS ALIVE LINHA DE CASCAIS.

Assinala-se ainda como positivo, no caso do MUSICard CP, o aumento em 9% das taxas de utilização do comboio e o alargamento da rede de vendas à Fnac, que contribui para a venda do produto.

Viagens de grupo a 2 euros

Com o objetivo de fomentar a procura das viagens em grupo, bem como a médio e longo prazo fidelizar crianças e jovens que poderão ser futuros clientes dos serviços regulares, foi lançada em 2012 a promoção para viagens

de comboio ida e volta nos serviços Suburbanos do Porto ao preço de 2 euros, entre qualquer ponto da rede, para grupos mínimos de 15 pessoas, a vigorar durante 1 ano. Esta ação vem no seguimento da promoção lançada em 2010 nos serviços Suburbanos de Lisboa que consiste em viagens a 1 euro para grupos mínimos de 15 pessoas.

Ministério da Defesa, SET e CP chegam a acordo

No dia 27 de novembro, o Ministério da Defesa, a Secretaria de Estado dos Transportes e a CP, chegaram a um acordo que vem viabilizar o pagamento da dívida relativa às compensações devidas à Empresa pela isenção concedida aos militares na utilização dos seus serviços de transporte. Esta dívida, com o valor de cerca de 30 milhões de euros, pendente desde 2001, ficou finalmente resolvida, no final deste ano.

Principais indicadores

Indicadores Operacionais	2012	2011	2012-1011	2012/2011
Procura				
Passageiros (10^3)	111.708	126.142	-14.435	-11,4%
Passageiros Quilómetro (10^3)	3.443.449	3.749.788	-306.338	-8,2%
Oferta				
CK's (10^3)	27.549	28.869	-1.319	-4,6%
LKO's (10^6)	12.426	13.198	-772	-5,8%
Recursos Humanos				
Efectivo Final a cargo	2.894	2.957	-63	-2,1%
Efectivo Médio a cargo	2.924	3.153	-229	-7,2%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	236	234	2	0,9%
Locomotivas	89	93	-4	-4,3%
Carruagens	102	102	0	0,0%

Indicadores Financeiros (10^3 €)	2012	2011	2012-1011	2012/2011
Proveitos Tráfego	210.604	212.285	-1.681	-0,8%
Rendimentos Operacionais *	306.590	310.580	-3.990	-1,3%
Gastos Operacionais *	334.304	356.866	-22.562	-6,3%
Resultado Operacional *	-27.714	-46.286	18.572	40,1%
Resultado Líquido	-223.589	-289.047	65.457	22,6%
EBITDA**	45.610	39.441	6.168	15,6%

Ráios	2012	2011	2012-1011	2012/2011
Tarifa média (cent.)	6,12	5,66	0,45	8,0%
Taxa de Ocupação	27,7%	28,4%	-0,7 p.p.	-
Produtividade do Trabalho (10^3 Ck's)	9,42	9,16	0,26	2,9%
Taxa de Cobertura *	91,7%	87,0%	4,7%	-

* Não inclui Rescisões, Provisões, Imparidades, Justo Valor e Participadas.

Não inclui 3 milhões de euros relativos a regularizações de dívidas incobráveis e 7,2 milhões de euros decorrentes da regularização da dívida do MDN, transferidos para efeitos de análise de gestão de "Outros Gastos Operacionais" para "Imparidades de Dívidas a Receber".

** Não inclui Rescisões, Justo Valor e Participadas

Relatório de Gestão

Atividade operacional

Enquadramento da atividade

A evolução da economia portuguesa em 2012 continuou a estar decisivamente marcada pela interrupção do acesso ao financiamento de mercado e pela aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

A análise realizada por estas entidades aos progressos feitos pelas autoridades portuguesas concluiu que Portugal deveria adotar medidas para melhorar a eficácia e a sustentabilidade do sector empresarial do Estado (SEE) a nível central, regional e local. Para tal, deveria pôr em prática uma estratégia que permitisse reestruturar o SEE e reduzir o seu endividamento devendo as empresas do sector alcançar equilíbrio operacional até ao final de 2012. No âmbito das privatizações, o processo relativo à CP Carga deveria estar concluído em 2012. Posteriormente a previsão de privatização da CP Carga foi adiada para 2013.

O processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados originou uma queda acentuada do Produto Interno Bruto (PIB), em grande parte devido à contração de todas as componentes da procura interna, parcialmente compensada por um crescimento das exportações de bens e serviços. Em particular durante o ano de 2012, prosseguiu a redução da procura interna, traduzindo a queda mais acentuada do consumo privado, num contexto de forte deterioração do

rendimento disponível das famílias, facto que influenciou significativamente as deslocações internas de âmbito turístico e de lazer.

Acresce que a contração da atividade económica acompanhada de um agravamento da taxa de desemprego afetou, substancialmente a necessidade de mobilidade das populações, designadamente das deslocações pendulares casa / emprego.

Em resposta às medidas de austeridade implementadas manteve-se durante o ano de 2012 o clima de contestação social com consequências em termos da conflitualidade laboral, que afetaram também a oferta de transportes.

A atividade da Empresa em 2012 foi enquadrada pelas orientações, de médio e longo prazo, constantes no Plano Estratégico de Transportes (PET), onde se definem os seguintes vetores de atuação:

- Cumprir os compromissos externos assumidos por Portugal e tornar o sector dos transportes financeiramente equilibrado e comportável para os contribuintes portugueses;
- Assegurar a mobilidade e a acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social;
- Alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional.

Incorporou ainda as orientações contidas no Orçamento de Estado para 2012, nomeadamente no que respeita aos gastos com o pessoal, bem assim como o aumento de gastos com a taxa de utilização de infraestruturas decorrentes do regulamento que estabelece o regime de tarificação para a Rede Ferroviária Nacional emanado pela Unidade de Regulação Ferroviária.

No dia 25 de junho foi aprovada a Lei n.º 23/2012 que introduz a 3.ª alteração ao Código de Trabalho, aplicável à generalidade dos trabalhadores e empresas. Os Acordos de Empresa (AE) em vigor na CP mantiveram-se válidos, excecionando-se unicamente algumas cláusulas, que passaram obrigatoriamente a ter de ser reguladas pelo Código do Trabalho. Não obstante a obrigatoriedade do cumprimento dos pressupostos legalmente definidos, decorre desta Lei a possibilidade de se iniciar um processo de negociação com as Organizações Sindicais e a Comissão de Trabalhadores. A Empresa manifestou a sua disponibilidade para, no âmbito do processo de reestruturação da CP, proceder a uma revisão global dos atuais Acordos de Empresa.

Síntese da atividade

A atividade da CP durante o ano de 2012 foi desenvolvida com base no Plano de Atividades e Orçamento 2012 (PAO 2012) remetido em 30 de novembro de 2011 às Tutelas sectorial e financeira.

De modo a atingir os objetivos propostos no PAO 2012 foi implementado um amplo conjunto de medidas, das quais se destacam as seguintes:

● Reestruturar e redimensionar serviços

- Supressão da oferta comercial do serviço Regional nas linhas do Leste e Alentejo, entre Beja e Funcheira, a partir de 1 de janeiro;
- Reformulação da oferta suburbana na linha de Aveiro com entrada em vigor em 22 de janeiro;
- Reformulação do modelo de oferta do Intercidades da Beira Alta e Beira Baixa, com introdução de alterações significativas na lei de paragens;
- Reformulação da oferta Internacional passando o Lusitânia Comboio Hotel e Sud Expresso a circular conjuntamente através da linha da Beira Alta, até Medina del Campo, em Espanha, local de onde seguem em circulações separadas para Madrid e Hendaye, respetivamente. Este serviço integrado tem, ainda, ligação a Porto e Aveiro, através de novos comboios Intercidades;
- Em complemento à integração da oferta Regional e Intercidades na linha do Sul em dezembro de 2011, a partir de 1 de fevereiro de 2012, o Alfa Pendular, com partida de Faro às 7h e destino a Porto Campanhã, passou a fazer paragens nas estações de Santa Clara-Sabóia, Funcheira, Ermidas-Sado e Grândola;
- Suspensão da oferta de transporte rodoviário de passageiros nas linhas do Tâmega, Corgo e Coimbra Figueira da Foz a partir de 1 de janeiro;
- Suspensão da oferta de transporte rodoviário de substituição entre Covilhã e Guarda a partir de 1 de março;

- Regresso do Comboio Histórico à linha do Douro, todos os sábados a partir de 30 de junho até 13 de outubro e aos domingos durante o mês de setembro. Em consequência das greves, o comboio passou a efetuar-se com tração diesel em substituição da tração a vapor, com impacto negativo nos resultados da operação deste comboio. Acresce que a Empresa despendeu recursos para a intervenção na locomotiva histórica que depois não foi utilizada.
 - Oferta de serviços especiais para diversos eventos, dos quais se destacam o ROCK in RIO e o OPTIMUS ALIVE;
 - Redução da dimensão das composições no Suburbano de Lisboa, em períodos fora de ponta, por forma a ajustar a oferta à procura, aumentar a percepção de segurança, melhorar a eficiência energética, obtendo-se, como consequência, um aumento na taxa de ocupação dos comboios;
 - Transferência para a REFER do contrato de concessão das estações suburbanas de Lisboa em 14 de abril e do Porto em 31 de maio;
 - Estudo do modelo de reorganização da estrutura corporativa da CP.
-
- Aumentar receitas e aprofundar sistemas de vendas
 - Introdução em fevereiro de 2012 de aumentos tarifários nos serviços Suburbanos, com impacto muito significativo nos passes combinados e intermodais. Na mesma data procedeu-se apenas à implementação da 5.ª fase do Modelo Tarifário dos serviços Regionais, com impacto nos rendimentos inferior ao previsto;
 - Alteração das condições de acesso aos passes 4-18 e Sub_23 conforme disposição governamental;
 - O Ministério da Defesa, Secretaria de Estado dos Transportes e CP chegaram a acordo, o que permitiu viabilizar o pagamento da dívida relativa às compensações devidas à Empresa pela isenção concedida aos militares na utilização dos seus serviços de transporte;
 - Integração da CP no novo passe único para a cidade de Lisboa, o "Navegante";
 - Disponibilização do Zapping no cartão Lisboa Viva;
 - Revisão da matriz tarifária nas linhas da Beira Baixa e da Beira Alta com redução dos preços nas viagens de longa distância em comboios Intercidades com destino às estações da linha da Beira Baixa entre 2.ª e 5.ª feira e dos preços de Intercidades em segunda classe da linha da Beira Alta, no percurso Coimbra-Guarda;
 - Introdução de novo título mensal (Flexipasse) que pode ser utilizado de forma indiferenciada no serviço Intercidades e Regional, nas linhas da Beira Baixa e da Beira Alta, nos percursos Entroncamento – Covilhã e Coimbra B-Guarda, respetivamente;
 - Extensão da validade dos bilhetes dos serviços Alfa e Intercidades com origem e/ou destino na estação de Pinhal Novo aos comboios Suburbanos da linha do Sado;
 - Entrada em pleno funcionamento na unidade de Suburbanos do Porto do sistema de Bilhética Sem Contacto com instalação de 87 MVA's e 225 validadores distribuídos por 79 estações, além de 37 postos de venda assistida e 135 máquinas portáteis de venda a bordo;

- Dinamização dos canais de venda com intuito da captação de passageiros para os serviços de Longo Curso, tendo-se registado um aumento de vendas através do canal netTICKET;
- Alargamento das “bilheteiras universais” da unidade de Suburbanos de Lisboa a várias estações das linhas de Sintra e Azambuja, onde passou a ser possível adquirir títulos de transporte para os serviços de Longo Curso e Regional;
- Divulgação dos serviços complementares, parcerias e programas na área do lazer: Musicard, Rockcard, pacote integrado “Festival + comboio linha de Cascais”, Schooltrip, Rota das Amendoeiras; Comboio Histórico, InterRail - aniversário dos 40 anos;
- Promoção das viagens de grupo: promoção de bilhetes de ida e volta, para mais de 15 pessoas, a 1 euro nos comboios Suburbanos de Lisboa e a 2 euros nos comboios Suburbanos do Porto, e de descontos de 50% aos sábados, e domingos até às 12 horas, nos serviços AP e IC para grupos entre 3 e 9 pessoas.
- Medidas de combate à fraude: reforço do Centro de Serviço para apoio às *gates* via remota e comunicação à PSP de situações irregulares, ações de fiscalização nas portas de acesso às plataformas (*gates*) e reduzido o tempo de abertura dos canais de passagem nas *gates* para reduzir a fraude “por boleia”.

Com o objetivo de conferir uma maior equidade zonal e de preço, foram aprovados no final do ano pela Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, novos modelos de zonamento tarifário para os

serviços Suburbanos de Lisboa e Porto que permitirão simplificar e racionalizar os modelos tarifários em vigor nestes serviços. Estes modelos serão implementados a partir de 1 de janeiro de 2013.

- Redução dos custos de funcionamento e melhoria da gestão de recursos humanos e materiais
 - Alteração dos modelos de exploração de algumas linhas, com redução da dimensão das composições, integração de serviços e substituição entre séries de material circulante;
 - Redução significativa de gastos com o pessoal decorrente não só da aplicação do OE no que respeita às cláusulas laborais, mas também da rescisão por mútuo acordo de efetivos;
 - Implementação de programa de combate ao absentismo, com ações de formação/sensibilização para as chefias intermédias;
 - Controlo apertado dos gastos com serviços e fornecimentos de terceiros, com renegociação de diversos contratos;
 - Transferência da gestão corrente do material circulante para as unidades de negócio em articulação direta com a EMEF;
 - Restabelecimento dos serviços de cafetaria nos Intercidades dos eixos Lisboa-Porto, Lisboa-Guimarães, Lisboa-Guarda e Lisboa-Faro. A renegociação destes contratos permitiu à CP deixar de suportar encargos com os serviços de restauração a bordo dos Intercidades;
 - Medidas de combate ao vandalismo: desenvolvimento de medidas de prevenção de combate ao grafite (reforço de limpeza, vigilância, vinilagem, acompanhamento e ações de sensibilização junto do

- segmento jovem). No ano de 2012, só no material circulante da CP Lisboa, foram limpos 14.154 metros quadrados de superfície grafitada;
- Definição e envio às Tutelas de estratégia de rentabilização dos imóveis e bens imobiliários do domínio CP e não afetos ao objeto social da Empresa;
 - Venda de sucata decorrente do abate de material circulante, peças de parque e material de via;
 - Lançado concurso para venda de todos os edifícios do Palácio de Coimbra no Barreiro;
 - Após concurso, foi entregue a promoção da venda do restante património da CP não afeto ao objeto social da Empresa a uma mediadora;
 - Estudo arquitetónico para aproveitamento do edifício de Campolide.
- Outras ações relevantes realizadas:
- Apresentação de proposta de Contrato de Serviço Público e do Plano Pluriannual de Promoção de Eficiência para o período de 2012 a 2019;
 - Comemorações do 40.º aniversário do serviço Intercidades;
 - Renovação da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da CP Longo Curso, CP Porto e Serviços Corporativos;
 - Implementação da aplicação icDocFlow para as instruções comerciais;
 - Intervenções em salas de apoio ao pessoal operacional;
 - Adesão ao serviço MOVE-ME no âmbito do projeto CIVITAS Elan, na área do grande Porto;

- Associação com o Sapo numa aplicação para telemóvel que permite obter informação sobre os itinerários possíveis para qualquer ponto (origem/destino) da área metropolitana de Lisboa e consulta de horários, percursos e paragens dos diferentes transportes públicos;
- Em termos ambientais foi desenvolvido e implementado o projeto de racionalização de consumo de papel, designado por "talão único", emitido nas máquinas de venda automática, postos de venda assistida (bilheteiros) e equipamentos portáteis de venda e controlo. Trata-se da emissão de um único documento que agrupa a venda a dinheiro e o talão venda/carregamento;
- Elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2011, o primeiro de periodicidade anual, onde divulga os resultados obtidos no que se refere à sustentabilidade económica, ambiental e social. O Relatório de Sustentabilidade evidencia a determinação da CP em continuar a dar o seu contributo para a construção de um futuro mais sustentável;
- Apoio à décima primeira edição da Semana Europeia da Mobilidade (SEM). Esta edição foi marcada por um conjunto de atividades/iniciativas, nomeadamente, a ECO-TROCAS: VIAGENS A TROCO DE LIXO - campanha que permitiu aos municípios trocar resíduos sólidos urbanos recicláveis por bilhetes para os transportes públicos;
- Desmaterialização da Emissão/cobrança de coimas do ex-IMTT, atual IMT, que nos permitiu enviar eletronicamente as coimas estabelecidas pela CP Lisboa ao órgão responsável pela boa cobrança, o IMT. De

relevar que esta facilidade irá não só tornar mais eficiente o processo de gestão desta área organizacional como tornará mais eficaz o próprio sistema de cobrança da coima e os processos de combate à fraude;

- Dinamização da e-requisição visando significativos ganhos de eficiência nos processos de *back office*.

Passageiros e proveitos de tráfego

O agravamento da situação macroeconómica durante o período em referência, com reflexos nomeadamente ao nível da procura interna, desemprego e fraude, associado a greves e aos aumentos tarifários, contribuíram decisivamente para uma redução do número de passageiros transportados. Esta tendência afetou praticamente todas as empresas do sector, incluindo a CP.

Assim, o número de passageiros transportados em 2012 foi de 111,7 milhões de passageiros representando um decréscimo de 11,4% face a 2011. Esta redução de procura ocorreu em todos os serviços da CP, com maior impacto nos serviços Suburbanos de Lisboa e Regional, como seria expectável face à conjuntura económica e ao peso destes serviços na procura global da CP.

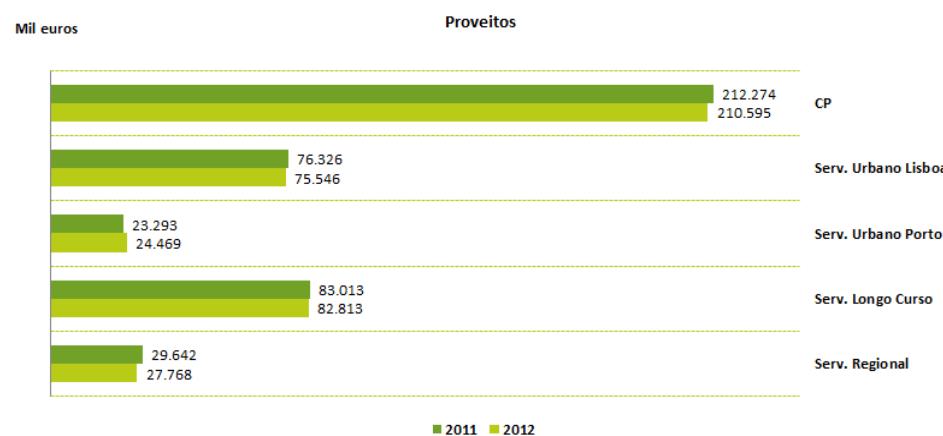


Procura (*10 ³)	2012	2011	2012-2011	2012/2011
Passageiros	111.708	126.142	-14.435	-11,4%
Serv. Urbano Lisboa	77.146	88.307	-11.161	-12,6%
Serv. Urbano Porto	19.438	21.092	-1.655	-7,8%
Serv. Longo Curso	4.741	4.866	-125	-2,6%
Serv. Regional	10.382	11.876	-1.494	-12,6%
Passageiros Quilómetro	3.443.449	3.749.788	-306.338	-8,2%
Serv. Urbano Lisboa	1.220.505	1.368.613	-148.109	-10,8%
Serv. Urbano Porto	592.190	636.057	-43.867	-6,9%
Serv. Longo Curso	1.179.376	1.243.882	-64.506	-5,2%
Serv. Regional	451.379	501.235	-49.857	-9,9%

A quebra da procura implicou também um decréscimo dos proveitos de tráfego atenuado no entanto pelo efeito cumulativo dos aumentos tarifários verificados e que fez com que a unidade de negócios dos serviços Urbanos do

Porto tivesse registado um aumento dos proveitos de tráfego superior a 5%, contribuindo com cerca de +1,2 milhões de euros para os proveitos de tráfego CP.

Os proveitos do tráfego diminuíram 0,8% face a 2011.

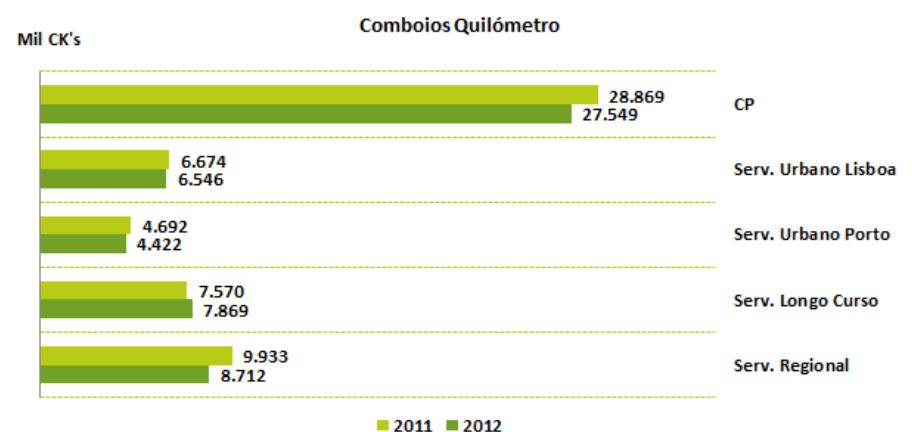


Proveitos de Tráfego (mil euros)	2012	2011	2012-2011	2012/2011
Proveitos de Tráfego *	210.595	212.274	-1.679	-0,8%
Serv. Urbano Lisboa	75.546	76.326	-780	-1,0%
Serv. Urbano Porto	24.469	23.293	1.176	5,0%
Serv. Longo Curso	82.813	83.013	-200	-0,2%
Serv. Regional	27.768	29.642	-1.874	-6,3%

* Os valores dos Proveitos de Tráfego constantes do quadro não incluem em 2011 e 2012, respectivamente, 11 milhares de euros e 9 milhares de euros contabilizados noutros Órgãos da CP

Oferta

Em 2012, a oferta, avaliada em comboios*quilómetro foi de 27.549 milhares, ou seja, menos 4,6% relativamente a 2011.



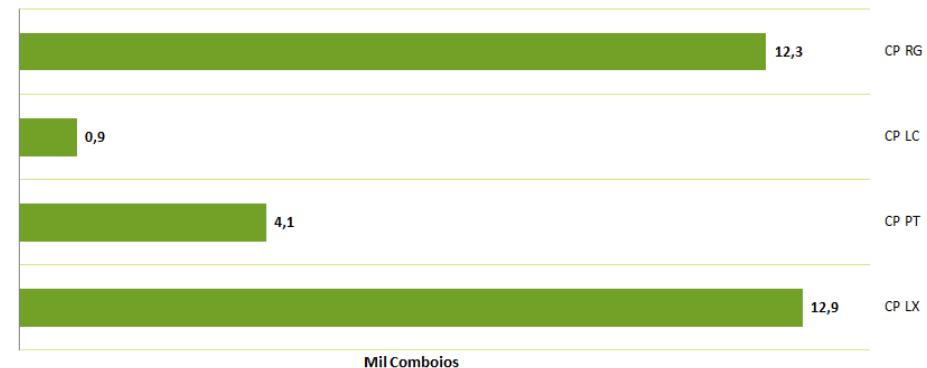
Esta redução decorre das supressões de serviços realizadas, mas principalmente das greves que no contexto de crise económica, social e financeira se verificaram ao nível do sector dos transportes, sendo que na CP foram ainda agravadas pela reivindicação de criação de regras de exceção e de atropelo à Lei do Orçamento do Estado aprovado pelo Parlamento.

Os lugares quilómetro oferecidos registaram uma quebra 5,8% devido à diminuição de comboios realizados e à rationalização das composições fora das horas de ponta.

Face principalmente à quebra na procura, a taxa de ocupação global para a CP situa-se em 27,7%, apresentando uma diminuição de 0,7 p.p. relativamente a 2011.

Oferta	2012	2011	2012-1011	2012/2011
Comboios Quilómetro (*10 ³)	27.549	28.869	-1.319	-4,6%
Serv. Urbano Lisboa	6.546	6.674	-128	-1,9%
Serv. Urbano Porto	4.422	4.692	-270	-5,8%
Serv. Longo Curso	7.869	7.570	300	4,0%
Serv. Regional	8.712	9.933	-1.221	-12,3%
Lugares Quilómetro Oferecidos (*10 ⁶)	12.426	13.198	-772	-5,8%
Serv. Urbano Lisboa	5.953	6.297	-344	-5,5%
Serv. Urbano Porto	2.068	2.184	-115	-5,3%
Serv. Longo Curso	2.390	2.460	-70	-2,8%
Serv. Regional	2.015	2.257	-242	-10,7%
Taxa de Ocupação	27,7%	28,4%	-0,7 p.p.	
Serv. Urbano Lisboa	20,5%	21,7%	-1,2 p.p.	
Serv. Urbano Porto	28,6%	29,1%	-0,5 p.p.	
Serv. Longo Curso	49,3%	50,6%	-1,2 p.p.	
Serv. Regional	22,4%	22,2%	0,2 p.p.	

N.º de Circulações Suprimidas por motivo de Greve em 2012 por UN



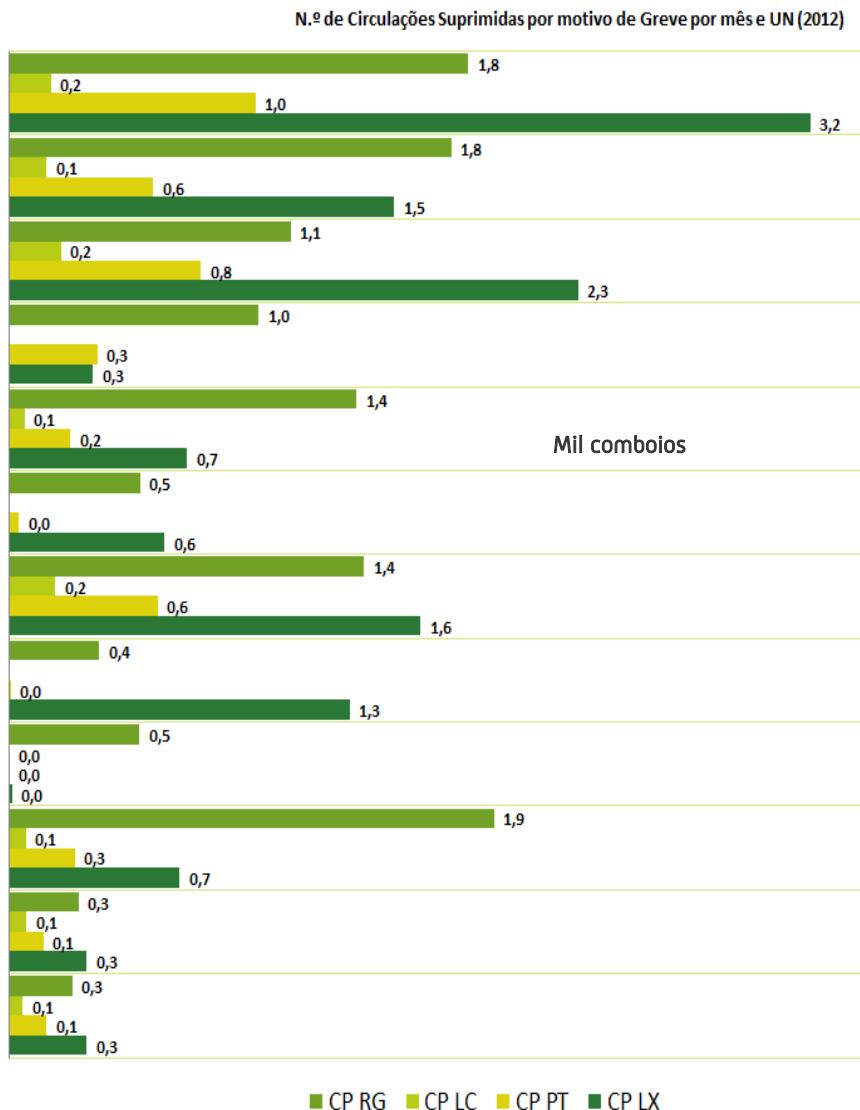
Mil Comboios

Greves

No ano 2012 ocorreram fortes perturbações na circulação ferroviária por motivos de greve. O total de comboios suprimidos (sem incluir marchas) foi de cerca de 30 mil, ou seja, 7% do total dos comboios programados.

Os serviços mais afetados por supressões foram os Suburbanos de Lisboa e o Regional, com 83% do total de supressões.

Os meses mais penalizados pelo efeito das greves foram março, junho, outubro, novembro e dezembro, representando 70% do total das supressões. O mês de dezembro, com um total de cerca de 6 mil comboios suprimidos, foi aquele em que se verificou o maior número de supressões com 20% do total do ano.



Ainda que, tenha havido greves a partir de 1 de janeiro e quase todos os dias a partir do final de fevereiro, são também aqueles cinco meses os que apresentam maior quantidade de dias de greve total e parcial. De salientar o esforço exigido às UN pela constante programação e reprogramação de serviços durante todo o ano de 2012, no sentido de conter os efeitos da greve junto das populações e que, inclusivamente redundaram em alguns casos num reescalonamento do plano de férias.

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAIS
n.º de dias Greves Totais	1	2	1	0	0	2	0	1	0	1	2	3	13
n.º de dias Greves Parciais	1	2	29	29	30	28	31	30	30	30	28	28	296

Tal como já referido, o serviço Regional foi claramente o mais afetado face aos comboios que estavam programados, tal como o serviço Suburbano de Lisboa.

	Comboios Suprimidos sem marchas (milhares)	Comboios Programados sem marchas (milhares)	% de supressões
CP LX	12,9	225,2	6%
CP PT	4,1	89,3	5%
CP LC	0,9	25,9	4%
CP RG	12,3	123,1	10%
TOTAL	30,2	463,5	7%

Estas greves tiveram um impacto direto muito significativo na procura, estimando-se a perda de cerca de 2,8 milhões de passageiros por via de

bilhetes não vendidos. Foi no Suburbano de Lisboa que se registou o maior impacto no que respeita ao número de passageiros perdidos.

Para além do impacto direto há ainda a considerar, se bem que de difícil mensuração, o efeito de eventual perda de passageiros para outros modos de transporte alternativos, mesmo porque este é já o segundo ano consecutivo com este tipo de perturbações.

Estima-se uma perda de receita de cerca de 8,5 milhões de euros em 2012 por efeito das greves.

Qualidade do serviço prestado

Verificou-se em 2012 uma melhoria dos índices de pontualidade diária para os serviços de médio e longo curso face a 2011. No entanto registou-se uma degradação deste índice em todas as linhas dos serviços Suburbanos de Lisboa e do Porto com exceção do eixo de Aveiro, justificada em grande parte pelas greves que originaram diversas supressões e atrasos, bem como, devido a avarias de material motor, nomeadamente na linha de Cascais. Na linha de Sintra/Azambuja os índices de pontualidade decorreram da conjugação de fatores penalizantes como por exemplo afrouxamentos e reversões.

Pontualidade Diária	2012	2011	2012-1011
Serv. Urb. Lisboa			
Sintra / Azambuja	82,0%	89,3%	-7,3 p.p.
Cascais	93,9%	94,2%	-0,3 p.p.
Sado	89,2%	92,1%	-2,9 p.p.
Serv. Urb. Porto			
Aveiro	88,4%	86,9%	1,5 p.p.
Braga	94,9%	95,8%	-0,9 p.p.
Caíde	93,3%	94,9%	-1,6 p.p.
Guimarães	92,3%	95,9%	-3,6 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfa	82,9%	80,7%	2,2 p.p.
Intercidades	73,8%	73,5%	0,3 p.p.
Serv. Regional	84,4%	84,2%	0,2 p.p.

(*) Considera-se pontual um atraso inferior a 3 min para os serviços Suburbanos e de 5 min para os serviços Regional e de Longo Curso.

A evolução do índice de regularidade face a 2011 foi negativa para os serviços mais penalizados pela ocorrência de greves, nomeadamente para o serviço Suburbano de Lisboa e para o serviço Regional. Para além das greves, responsáveis por cerca de 95% das supressões, houve ainda outros motivos mas com expressividade muito reduzida. Os acidentes e colhidas foram responsáveis apenas por menos de 1% das supressões, sendo que em 2012 apenas ocorreu um acidente relevante no mês de maio, na linha de Cascais.

Regularidade	2012	2011	2012-1011
Serv. Urb. Lisboa			
Sintra / Azambuja	93,6%	96,1%	-2,5 p.p.
Cascais	94,7%	96,5%	-1,8 p.p.
Sado	93,3%	97,7%	-4,4 p.p.
Serv. Urb. Porto			
Aveiro	96,6%	96,0%	0,6 p.p.
Braga	97,9%	97,5%	0,4 p.p.
Caíde	96,9%	96,5%	0,4 p.p.
Guimarães	96,3%	96,3%	0,0 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfa	96,4%	90,9%	5,5 p.p.
Intercidades	96,5%	95,3%	1,2 p.p.
Serv. Regional	91,2%	94,4%	-3,2 p.p.

(*) Índice de regularidade corresponde à percentagem de comboios realizados em relação aos programados.

Gestão das pessoas

Efetivo

Em 2012, dando cumprimento aos objetivos de reestruturar e redimensionar serviços, bem como de reduzir gastos de funcionamento, prosseguiu o processo de reajusteamento dos recursos humanos face às novas situações resultantes, entre outras, da supressão de serviços e atividades não core. Também ao nível das funções não operacionais continua a verificar-se uma redução, reflexo da melhoria do desempenho e com impacto na redução dos gastos operacionais.

O quadro seguinte representa o efetivo por categoria e a sua variação 2011/2012.

EFFECTIVO VINCULADO

Carreira	Efetivo 2012	Efetivo 2011	Δ abs.
Administrativa	139	140	-1
Apoio Técnico e Gestão	114	126	-12
Comercial	1.273	1.305	-32
Material	101	103	-2
Operação Transportes	119	122	-3
Outros	24	25	-1
Técnicos	312	324	-12
Tracção	828	832	-4
Conselho de Administração	5	5	0
TOTAL	2.915	2.982	-67

Assim, o quadro de efetivos com vínculo contratual à CP, no final de 2012, era composto por 2.915 trabalhadores, tendo-se alcançado uma redução de 67 colaboradores face a 2011.

Trabalho suplementar

Verificou-se uma redução substancial do trabalho suplementar em 2012 comparativamente com 2011, correspondendo a uma taxa média de 2,81%, contra 4,94% do ano anterior, conforme o quadro seguinte.

Trabalho Suplementar

	2012	2011	Δ p.p.
Taxa de Trabalho Suplementar	2,81%	4,94%	-2,13

Absentismo

Durante o ano de 2012, a taxa de absentismo global (sem greves) foi de 5,08%, registando um ligeiro acréscimo de 0,44 p.p., face a 2011 (4,64%), conforme o quadro seguinte.

Absentismo

	2012	2011	Δ p.p.
Taxa de Absentismo (sem greves)	5,08%	4,64%	0,44

As ausências por "Baixa por doença" continuam a ser as que mais contribuem para a taxa de absentismo, representando 53% em 2012.

Formação profissional

A CP continua a apostar na valorização dos seus colaboradores, investindo na formação profissional contínua e adequada ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas competências, tendo realizado ao longo de 2012 ações que envolveram 2.766 formandos, correspondentes a um total de 39.101 horas de formação.

Foram particularmente consideradas as áreas técnicas, de gestão e a vertente comportamental, tendo a sua execução sido conduzida em grande parte, pela nossa empresa participada, Fernave, SA, por razões que se prendem essencialmente com a especificidade técnica da CP, sobretudo no domínio da operação ferroviária.

Formação	2012
Nº ações de Formação	392
Nº Formandos	2.766
Total de Horas de Formação	39.101

As horas de formação realizadas durante o ano de 2012 tiveram a seguinte distribuição por categorias profissionais:

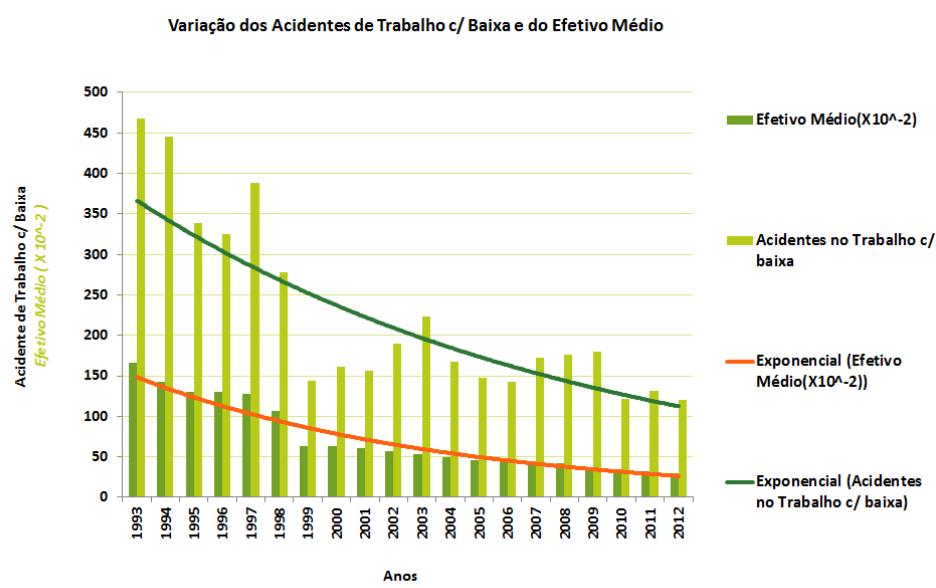
Categorias Profissionais	Horas de Formação
Técnicos	3.782
Apoio Técnico e Gestão	1.605
Administrativa	519
Comercial	20.988
Material	207
Operação Transportes	1.342
Tração	10.457
Outros	201
TOTAL GERAL	39.101

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Ao longo do ano de 2012, ocorreram 194 acidentes de trabalho (A.T.), menos 4 do que em 2011. Os acidentes de trabalho com dias de ausência superior a 3 dias (120) foram menos 12 que os ocorridos no ano anterior.

Os acidentes de trabalho contribuíram em 11,22% para a taxa de absentismo em 2012, constituindo a terceira rubrica mais elevada.

Conforme se pode observar no gráfico seguinte, a tendência de longo prazo é de a redução de acidentes ser mais rápida do que a redução do efetivo laboral.



Tendo em vista reduzir os acidentes de trabalho, foram tomadas as seguintes ações corretivas: 12 ações de formação de Prevenção do Acidente de Trabalho dirigidas essencialmente a chefias intermédias, que envolveram 128 formandos, correspondentes a um total de 885,5 horas de formação. Estas ações tiveram reflexo direto na melhoria da eficácia na participação de acidentes de trabalho, na descaracterização de alguns acidentes e nos comportamentos de sensibilização para a prevenção dos mesmos; Reforço das ações de análise e de investigação dos acidentes de trabalho.

Foram também realizadas as atividades inerentes à proteção da saúde e prevenção dos riscos profissionais, com vistorias planeadas aos locais de

trabalho, para avaliação das respetivas condições e implementação das medidas necessárias à sua regularização.

Por último, foram ainda realizados durante o ano de 2012, através da nossa empresa participada Ecosaúde, SA, os exames de admissão, periódicos e ocasionais, no âmbito da Medicina do Trabalho.

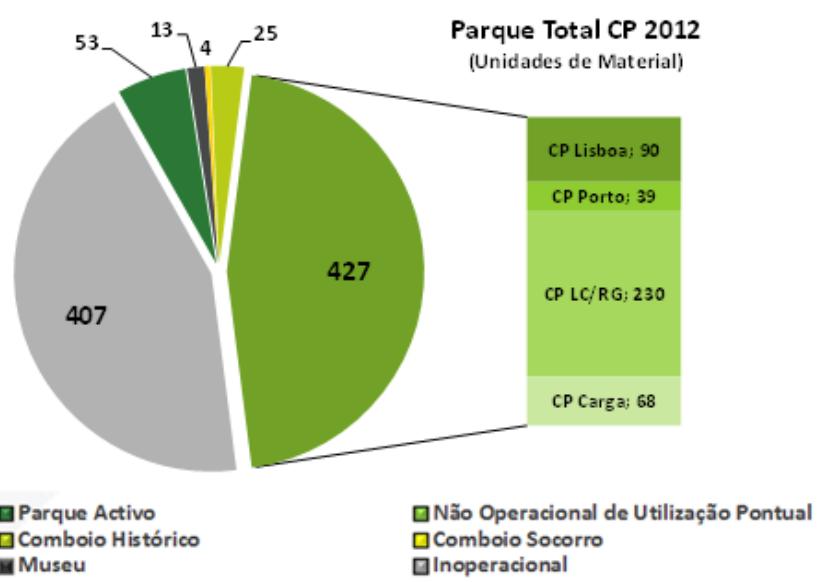
O quadro seguinte apresenta os exames médicos efetuados e a sua variação 2011/2012.

Exames Médicos	2012	2011
Ocasionais	382	419
Periódicos	2.184	2.544
Total	2.566	2.963

A redução de exames médicos verificada em 2012 deve-se essencialmente à redução de efetivo e à periodicidade dos mesmos.

Gestão de frota

Em 31 de dezembro de 2012 o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 929 unidades. Destas, 427 faziam parte do parque ativo, 407 estavam inoperacionais e as restantes 95 incluíam unidades de utilização pontual, os comboios históricos e socorro e ainda algumas unidades cedidas ao museu.



O parque ativo de material circulante, em serviço comercial nas unidades de negócio e na CP Carga, SA, era composto por 187 automotoras elétricas, 49 automotoras diesel, 52 locomotivas elétricas, 37 locomotivas diesel e 102 carruagens.

Desde o final de 2011 e ao longo de 2012 o parque de material registou uma redução do número de unidades devido a abates de material inoperacional.

Durante este ano, foram incorporadas no parque ativo a totalidade das 17 automotoras diesel alugadas à RENFE, o que permitiu a substituição gradual de uma série de material obsoleta que circulava nas linhas do Douro e do Algarve e que não possuía já os requisitos necessários à prestação de um serviço de qualidade. Consequentemente, foi concluída a instalação e certificação dos sistemas Convel e Rádio Solo Comboio naquelas automotoras.

Foi ainda concluído o processo de autorização para a circulação de 45 carruagens à velocidade máxima de 200 km/hora e realizado um conjunto de ações para melhorar a fiabilidade do material circulante, nomeadamente, intervenções de reparação pesada e atualização de manuais e requisitos de manutenção.

Uma ação relevante para a melhoria da fiabilidade do material foi a análise conjunta, com os prestadores de serviços de manutenção, das avarias e incidentes mais frequentes, para que o apuramento das causas conduza a uma intervenção mais eficiente e eficaz.

A manutenção da maior parte do material circulante é desenvolvida nas oficinas da EMEF, empresa participada da CP, de acordo com as características e utilização desse material. A exceção ocorre apenas com duas séries de

locomotivas em que a manutenção é prestada pela SIMEF, ACE. Esta empresa de serviços de manutenção e engenharia ferroviária é detida pela EMEF (51%) e pela Siemens (49%), e foi criada com o objetivo de obter uma incorporação de *know how* e de meios técnicos, da qual beneficiassem as duas empresas.

Participadas

A CP é uma Empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector e detém participações minoritárias casuísticas.

O Conselho de Administração traçou uma estratégia de grupo sustentável o que significa estruturar as participações de controlo, desenvolver uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo *core business* com o objetivo de alcançar um EBITDA positivo em 2012.

No exercício de 2012, foram desenvolvidas ações para reequilíbrio das sociedades em que se detém o controlo, tendo-se obtido uma melhoria generalizada dos resultados daquelas empresas. Destas, destaca-se a evolução apresentada pela EMEF que fechou o ano com resultado líquido positivo.

Sem prejuízo de no relatório e contas consolidado se evidenciar com maior detalhe as atividades das empresas participadas, apresentam-se desde já algumas informações sobre a CP Carga, a EMEF, a FERNAVE e a ECOSAUDE, empresas controladas a 100% com maior relevo.

Empresa participada	Capital social	
	Montante em euros	Participação da CP
CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.	5.000.000	100 %
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.	8.100.000	100 %
FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	50.000	100%
ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	50.000	100%

A CP Carga é uma operadora de transporte de mercadorias, que opera com locomotivas CP e vagões de propriedade própria.

Numa conjuntura económica difícil, verificou-se uma redução das toneladas transportadas mas tanto o resultado líquido como o resultado operacional apresentaram melhorias significativas.

CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.	2012	2011	2012-2011	2012/2011
	62.304	58.938	3.366	6%
Volume de negócios (mil €)	62.304	58.938	3.366	6%
Resultado Operacional (mil €)	-14.403	-26.977	12.575	47%
Resultado Líquido (mil €)	-19.165	-30.596	11.431	37%
Toneladas transportadas (mil)	8.713	9.143	-431	-5%

A EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., constituída em 1992, tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária.

No exercício de 2012, concluiu a construção de vagões para a CP Carga e prosseguiu a manutenção de todos os comboios da CP e do Metro do Porto. Em parceria com a Siemens tem em funcionamento um ACE para a reparação de 47 locomotivas eléctricas.

Na sequência das medidas de racionalização implementadas encerrou o exercício de 2012 com o resultado líquido e o resultado operacional positivos.

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.	2012	2011	2012-2011	2012/2011
Volume de negócios (mil €)	63.267	76.039	-12.771	-17%
Resultado Operacional (mil €)	8.237	244	7.993	3272%
Resultado Líquido (mil €)	6.307	-1.341	7.648	570%

A FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A., é uma empresa estratégica para a CP nos domínios da formação profissional, psicologia e recrutamento.

Tem desenvolvido a sua atividade, quer no sector ferroviário quer no rodoviário, no País e em África, nos países de expressão portuguesa.

A atividade operacional da empresa ficou bastante condicionada pela conjuntura económica e social difícil de 2012. Também, e apesar do crescente volume de faturação para o mercado externo, o adiar do início da execução de alguns projetos foram determinantes para que as receitas apuradas ficassem abaixo do valor inicialmente estimado.

FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	2012	2011	2012-2011	2012/2011
Volume de negócios (mil €)	965	1.295	-330	-25%
Resultado Operacional (mil €)	-949	-1.020	71	7%
Resultado Líquido (mil €)	-1.191	-1.330	139	10%

A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., presta serviços de cuidados de saúde nas empresas do Grupo e no mercado.

Durante o ano de 2012 prosseguiu a reestruturação operacional da empresa, que assenta na racionalização e flexibilização das operações e que permitiu a melhoria dos seus resultados, tendo o resultado operacional passado a ser positivo.

ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	2012	2011	2012-2011	2012/2011
Volume de negócios (mil €)	2.158	2.310	-152	-7%
Resultado Operacional (mil €)	21	-24	44	189%
Resultado Líquido (mil €)	-45	-88	43	49%

As restantes empresas sobre as quais a CP tem participação constam do quadro que a seguir se apresenta:

Designação Empresa participada	Participação Direta CP	% Controlo	Observações
SIMEF, A.C.E.		51%	Participação EMEF (51%)
EMEF INTERNACIONAL	5%	100%	Participação EMEF (95%).
FERGRÁFICA, SA	Artes gráficas	100%	100% Em liquidação
SAROS, SA	Sociedade de Mediação de Seguros	100%	100%
TIP, ACE	Transportes Intermodais do Porto	33,33%	33,33%
OTLIS, ACE	Operadores de Transportes da Região de Lisboa	14,28%	14,28%
MLM, SA	Metropolitano Ligeiro de Mirandela	10%	10%
METRO DO PORTO, SA		3,33%	3,33%
METRO-MONDEGO, SA		2,50%	2,50%
APOR	Agência para a Modernização do Porto	0,47%	0,47%
TRANSCOM, SARL	Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações		22% Participação Fernave (22%)
ICF	Intercontainer - Interfrigo	2,09%	2,09% Em liquidação
EUROFIMA	Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire	2%	2%
BCC	Bureau Central de Clearing	1,54%	1,54%

Perspetivas para o futuro

Em 2013 continuarão em vigor as restrições associadas à assistência financeira externa ao País. Este enquadramento macroeconómico terá particular incidência na CP, nomeadamente na quebra da procura e consequente diminuição dos rendimentos do tráfego, nas questões laborais e no refinanciamento da dívida.

O Plano de Atividade e Orçamento 2013 foi enquadrado pelas orientações contidas no Plano Estratégico de Transportes para 2011/2015 (PET 2011/2015) publicado em novembro de 2011, tendo ainda subjacente o Plano Pluriannual de Promoção de Eficiência (PPPE) e a proposta de contratualização de serviço público remetidos ao Governo em 31 de março e 30 de junho de 2012, respetivamente.

A promoção da eficiência continuará a ser o foco estratégico da Empresa para 2013 sendo o seu grande objetivo o de alcançar a sustentabilidade económico-financeira, que se traduzirá na melhoria do EBITDA e no resultado operacional positivo.

Cientes de que a obtenção de resultado operacional positivo é um grande desafio, o objetivo central fixado deverá ser obtido através de:

- Melhoria do ajustamento da oferta à procura, revendo horários e paragens em circulações, procurando servir melhor as necessidades das populações;
- Redução de custos de funcionamento, através de racionalização dos meios de produção e de novos modos de abordagem de resolução de problemas;
- Melhoria dos indicadores de regularidade e eficiência dos serviços prestados, fixando objetivos de taxa de absentismo, trabalho extraordinário, tempo de condução / tempo de serviço, MOD / comboios realizados;
- Alienação de bens e de participações não enquadráveis nas necessidades atuais, reduzindo meios afetos não geradores de valor e contribuindo com meios de financiamento da atividade de transporte ferroviário;
- Racionalização de participações sociais, devendo as empresas participadas apresentar EBITDA positivo.

Neste contexto definiram-se nomeadamente as seguintes ações:

- Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos:
 - Introduzir melhorias de conforto, nomeadamente nos Alfa e nos Intercidades;
 - Combater o vandalismo e a grafitegagem dos comboios
- Com o objetivo de reduzir custos de funcionamento e melhorar a produtividade:
 - Redimensionar os órgãos corporativos e de gestão da CP Regional/Longo Curso;
- Com o objetivo de dinamizar as vendas e aumentar os proveitos:
 - Atualizar e divulgar as tarifas dos serviços e aprofundar a política de *Yield Management* no Longo Curso;
 - Dinamizar e promover a comunicação dos serviços e produtos e desenvolver parcerias;
 - Definir/dinamizar/comunicar políticas de fidelização;

- Reforçar as ações de venda e protocolar, nomeadamente com as Autarquias, novos canais de vendas;
- Com o objetivo de reduzir meios afetos não geradores de valor e de contribuir com meios de financiamento da atividade de transporte ferroviário, promover a alienação de bens e de participações não enquadráveis nas necessidades atuais:
 - Promover a alienação de imóveis não necessários à atividade atual da CP;
 - Promover a venda de material circulante não necessário à operação;
 - Promover a venda de material circulante abatido de modo a reduzir os correspondentes custos de posse e de oportunidade.

Governo da Sociedade

Princípios de bom governo

Princípios de bom governo

A CP cumpre os princípios do bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de março de 2007.

Informação a constar no Relatório de Gestão e Contas	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Missão, Objetivos e Políticas.	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Informação sobre transacções relevantes com entidades relacionadas.	X			
Outras transacções				
Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos FSE (no caso de esta percentagem ultrapassar 1 M€).	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificação auditor externo	X			
Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Sistemas de controlo de riscos	X			
Prevenção de conflitos de interesses	X			
Divulgação de informação	X			

Missão, objetivos e políticas

A CP tem por missão prestar serviço de transporte ferroviário de passageiros, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança.

São seus desígnios:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene;
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos clientes;
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e com capacidade de iniciativa;
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado;
- Estabelecimento de sistemas de preços compatíveis com os vários mercados e que tenham em conta a relação preço/qualidade;
- Contratualização justa quer dos serviços prestados, nomeadamente do serviço público, quer dos serviços necessários à exploração;
- Comunicação dinâmica e de qualidade;
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados;

- Valorização das relações com as comunidades locais.

Visa prestar um serviço de transporte ferroviário, orientado para o cliente e amiga das pessoas e do ambiente, capaz de satisfazer as expectativas de qualidade e de segurança dos seus clientes, pautando a sua atuação por critérios e objetivos de eficácia e de competitividade.

A atividade da CP tem subjacente como valores profundos, base do seu “*core business*”, a Segurança, a Qualidade e o Ambiente, como valores posicionais que lhe permitem diferenciar-se positivamente no mercado onde atua, o Profissionalismo, a Ética e a Iniciativa e como valores relacionais o Humanismo e o Compromisso.

A atividade desenvolvida pela CP em 2012 fundamentou-se nos vetores acima referidos.

Regulamentos internos e externos

No que se refere aos regulamentos internos, são de referir os Acordos de Empresa/Sindicatos, os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovia/Tração e de Licenciados e Bacharéis), o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas, o Regulamento de Compras, o Manual de Qualidade e Ambiente, o Regulamento de Tratamento de Resíduos, de Políticas e Normas de Segurança corporizados na Certificação do Sistema de Gestão de Segurança e o Código de Ética.

No âmbito da regulamentação externa, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, o diretório da rede, que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., na qualidade de gestor da infraestrutura, respeitando o Regulamento 21/2005 do INTF e demais legislação aplicável acima citada.

Através do diretório da rede são definidas as condições de acesso à infraestrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda, os princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infraestrutura.

Ainda não se dispõe de um contrato que regule a relação entre a REFER e a CP, na base do respeito do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização das ineficiências.

LEGISLAÇÃO / REGULAMENTAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA RELEVANTE A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

Legislação	Assunto	Legislação	Assunto
Dec-Lei nº 137-A/2009, de 12 de junho	Estatutos da CP	Dec. Lei n.º 39780, de 21 de agosto de 1954	Regulamento de Exploração e Policia do Caminho-de-ferro
Lei nº 1/2009, de 5 de janeiro	Regime Jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes	Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro de 2007, que deu nova redação ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro	Consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem aos clientes o livro de reclamações
Dec-Lei nº 394/2007, de 31 de dezembro, alterado pelo Dec-Lei nº 114/2009, de 18 de maio	Investigação de acidentes ferroviários	Lei nº 28/2006, de 4 de junho, cujo n.º 2 do art.º 5.º foi alterado pelo DL n.º 14/2009, de 14 de janeiro	Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de passageiros (passageiros sem título ou com título inválido).
Dec. Lei n.º 104/1997, de 29 de abril, alterado pelo Dec-Lei nº 141/2008, de 22 de julho	Criação da REFER	Dec. Lei n.º 8/1993, de 11 de janeiro	
Dec-Lei nº 395/2007, de 31 de dezembro	Criação do GISAF (entidade a quem compete a investigação de acidentes ferroviários)	Portaria n.º 50/94, de 19 janeiro - Fixação de preços dos títulos combinados	Preços e Condições do contrato de transporte ferroviário
Dec-Lei nº 147/2007, de 24 de julho	Criação do IMTT, atual IMT	Dec-Lei nº 58/2008, de 26 de março	
Dec-Lei nº 236/2012, de 31 de outubro			

Legislação	Assunto	Legislação	Assunto
Dec. Lei 231/2007, de 14 de junho, que altera e republica o Dec. Lei 270/2003, de 28 de outubro, com alterações introduzidas pelo DL 20/2010, de 24.3 e DL 27/2011, de 17.2	Condições de Prestação dos Serviços de Transporte e de gestão da infraestrutura Ferroviária	Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março - Procede à liberalização da prestação de serviços de transporte ferroviário internacional de passageiros na infraestrutura ferroviária nacional e define as respetivas regras de acesso, transpondo a Diretiva 2007/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007	Operação (cont.)
Regulamento n.º 21/2005 do INTF que no final do ano foi revogado e substituído pelo Regulamento n.º 630/2011 do IMTT, de 12 de dezembro, aplicável aos Diretórios a partir de 2012 - Taxas de utilização da infraestrutura.	Taxa de Utilização de Infraestrutura	Regulamento n.º 443/2010, de 17 de maio - procedimentos de emissão de certificado de segurança a obter pelo operador	
Regulamento do IMTT n.º 473/2010, de 20 de maio - estabelece o regime de melhoria de desempenho para a rede ferroviária nacional, revoga o capítulo iv do Regulamento n.º 21/2005, de 3 de fevereiro		Lei n.º 16/2011, de 3 de Maio, sobre certificação de maquinistas	
Dec-Lei n.º 568/99, 23 de janeiro - Aprova o Regulamento de Passagens de Nível, alterado pelo DL 24/2005, de 26 de janeiro		Despacho Conjunto n.º 261/99, 5.3.1999 - Estabelecimento da concessão CP, com a alteração resultante do Despacho n.º 20408/2009, publicado na 2ª série do D.R, de 10.9.2009 (as instalações nele mencionadas que estavam afetas à Ferrográlica e constavam desta listagem por força deste despacho transitaram para a REFER).	
Regulamento n.º 18/2000 do INTF- Autorização de circulação de material circulante em exploração		Dec-Lei n.º 558/99, 17 de dezembro - alterado e republicado pelo Dec-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto - Aprova o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado	Outros diplomas
Dec-Lei n.º 75/2003, 16 abril - Aprova o regime jurídico que estabelece as condições a satisfazer para concretizar, no território nacional, a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional.	Operação	Dec. Lei n.º 276/2003, 4 de novembro - Domínio Público Ferroviário	
Portaria n.º 168/2004, 18 de fevereiro - Aprova o modelo relativo ao seguro obrigatório e o modelo relativo à licença de prestação de serviço de transporte nacional ferroviário e define o modelo de licença de prestação de serviço de transporte ferroviário internacional		Lei 18/2008, de 18 de janeiro - Código dos Contratos Públicos (entra em vigor em 30.7.08)	
		Dec-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto (indemnizações compensatórias)	
		Resoluções do Conselho de Ministros (sobre o bom governo das empresas do sector empresarial do Estado):	

Legislação	Assunto	Legislação	Assunto
<ul style="list-style-type: none"> - n.º 49/2007, de 28 de março - n.º 70/2008, de 22 de abril <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de dezembro que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - manda a REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE, para identificar no 1.º trimestre de 2011 as linhas ou troços suscetíveis de desclassificação, nos termos da Lei de Bases dos Sistemas de Transportes Terrestres; - antecipa para 2011 do processo de concessão de serviços de transporte ferroviário de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, incumbindo a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. da elaboração dos estudos tendentes ao lançamento dos procedimentos concursais até ao final do 1º semestre de 2011. 	Outros diplomas (cont.)	Decisão da Comissão n.º 2007/756/CE, de 9 de novembro, sobre especificações comuns do registo nacional de material circulante previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 14.º da Diretiva 96/48/CE e da Diretiva 2001/16/CE.	Regulamento (CE) n.º 352/2009 da Comissão, de 24 de abril de 2009, relativo à adoção de um método comum de segurança para a determinação e a avaliação dos riscos, conforme referido no n.º 3, alínea a), do artigo 6.º da Diretiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, aplicável a partir de 19 de julho de 2010 a todas as alterações técnicas significativas em veículos e a todas as alterações que digam respeito a sub-sistemas estruturais, quando exigido pelo nº 1 do artigo 15.º da Diretiva 2008/57/CE ou por uma ETI.
<p>Regulamento (CE) n.º 653/2007, de 13 de junho, relativo à utilização de um modelo europeu comum de certificado de segurança e respetivo requerimento, e ainda à validade dos certificados de segurança emitidos ao abrigo da Diretiva 2001/14/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Fevereiro. Entrou em vigor no dia 15.6.2007</p> <p>Regulamento (CE) n.º 1371/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, que entrou em vigor dia 3.12.2009</p>	Legislação comunitária diversa, diretamente aplicável	<p>Decisão n.º 2010/17/CE da Comissão, de 29 de outubro de 2009, relativa à adoção dos parâmetros básicos para os registos das cartas de maquinista e dos certificados complementares previstos na Diretiva 2007/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho</p>	<p>Regulamento (UE) n.º 36/2010 da Comissão de 3 de dezembro de 2009, relativo aos modelos comunitários de carta de maquinista, certificado complementar, cópia autenticada do certificado complementar e formulário de pedido da carta de maquinista</p>
			Legislação comunitária diversa, diretamente aplicável (cont.)

Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas

As transações relevantes, incluindo as financeiras, com entidades relacionadas constam no seguinte quadro:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	6.001.935	5.830.065
CP CARGA, SA	31.430.729	29.105.537
FERNAVE, SA	134.806	319.906
FERGRÁFICA, SA	12.000	23.251
SAROS,Lda	40	0
ECOSAÚDE, SA	67.894	62.481
Associadas		
TIP, ACE	449.541	367.696
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	47.306	0
Total	38.144.251	35.708.936
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-28.247.521	-35.114.598
CP CARGA, SA	-558.161	-3.488.452
FERNAVE, SA	-436.398	-3.771.064
FERGRÁFICA, SA	-213	-71.481
SAROS,Lda	0	0
ECOSAÚDE, SA	-805.538	-974.255
Associadas		
TIP, ACE	-778.834	-125.805
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-10.628.832	0
Total	-41.455.497	-43.545.655

Descrição	31-12-2012	31-12-2011	(valores em euros)
Investimento			
Subsidiárias			
EMEF, SA	20.669.177	11.285.234	
CP CARGA, SA	43.930.280	0	
FERNAVE, SA	642.051	686.000	
FERGRÁFICA, SA	515.282	418.553	
SAROS,Lda	0	0	
ECOSAÚDE, SA	0	0	
Empresas com participação indirecta			
EMEF / SIEMENS, ACE	-718.721	-1.999.000	
Total	65.038.069	10.390.787	

Informação sobre outras transações

Os procedimentos adotados pela CP são os legais constantes no Código da Contratação Pública (CCP), no Regulamento de Compras em vigor e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços.

A lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, com faturação ultrapassando 1 milhão de euros, consta do quadro que a seguir se apresenta:

Facturação de fornecedores de valor superior a 1 milhão de €		
Ano de 2012		
Fornecedor	Montante S/IVA	Moeda
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	48.022.726	EUR
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. SA	42.004.311	EUR
EDP COMERCIAL COM.DE ENERGIA, S.A.	17.089.072	EUR
PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PETROGAL,S.A.	9.257.578	EUR
EMEF / SIEMENS, ACE	8.748.765	EUR
ENDESA ENERGIA S.A. (SUC.PORTUGAL)	5.262.599	EUR
RENFE Operadora	4.987.550	EUR
COMP. CARRIS DE FERRO DE LX-SA	4.293.041	EUR
SIEMENS S.A	3.867.722	EUR
SERVIRAIL-SERV.REST.E HOTELARIA,LDA	2.752.688	EUR
SCOTTURB-TRANSPORTES URBANOS, LDA	2.347.652	EUR
ETAC-EMP.TRANS.P.ANTÓNIO CUNHA,SA	1.928.232	EUR
CHARON-PRES.SERV.SEG.VIG.LDA	1.960.484	EUR
TST-TRANSPORTES SUL DO TEJO SA	1.935.275	EUR
METROPOLITANO DE LISBOA E.P.E.	1.898.888	EUR
EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A	1.531.079	EUR
BOMBARDIER TRANSPORT. PORTUGAL, SA	1.321.546	EUR
VIMECA TRANSPORTES-VM. CARNAXIDE,LDA	1.240.424	EUR
ESABE LIMPIEZAS INTEGRALES, SL	1.162.175	EUR
DIREC.NACIONAL DA POLIC.SEG.PÚBLICA	1.081.186	EUR

No âmbito dos procedimentos adotados relativamente aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio – divulgado através do Ofício 6132/2010 de 6 de agosto), refere-se a obrigação de qualquer órgão da empresa ter de justificar, quando solicita autorização ao Conselho de Administração para efetuar despesa no valor de 125.000,00 euros ou superior, a necessidade da aquisição e objetivos a alcançar, a necessidade de contratar entidades externas face à ausência de recursos internos, assim como os resultados obtidos com o investimento e respetivos desvios. Assim, todas as aquisições foram feitas de acordo com o referido Despacho.

Modelo de governo

Órgãos sociais e organograma



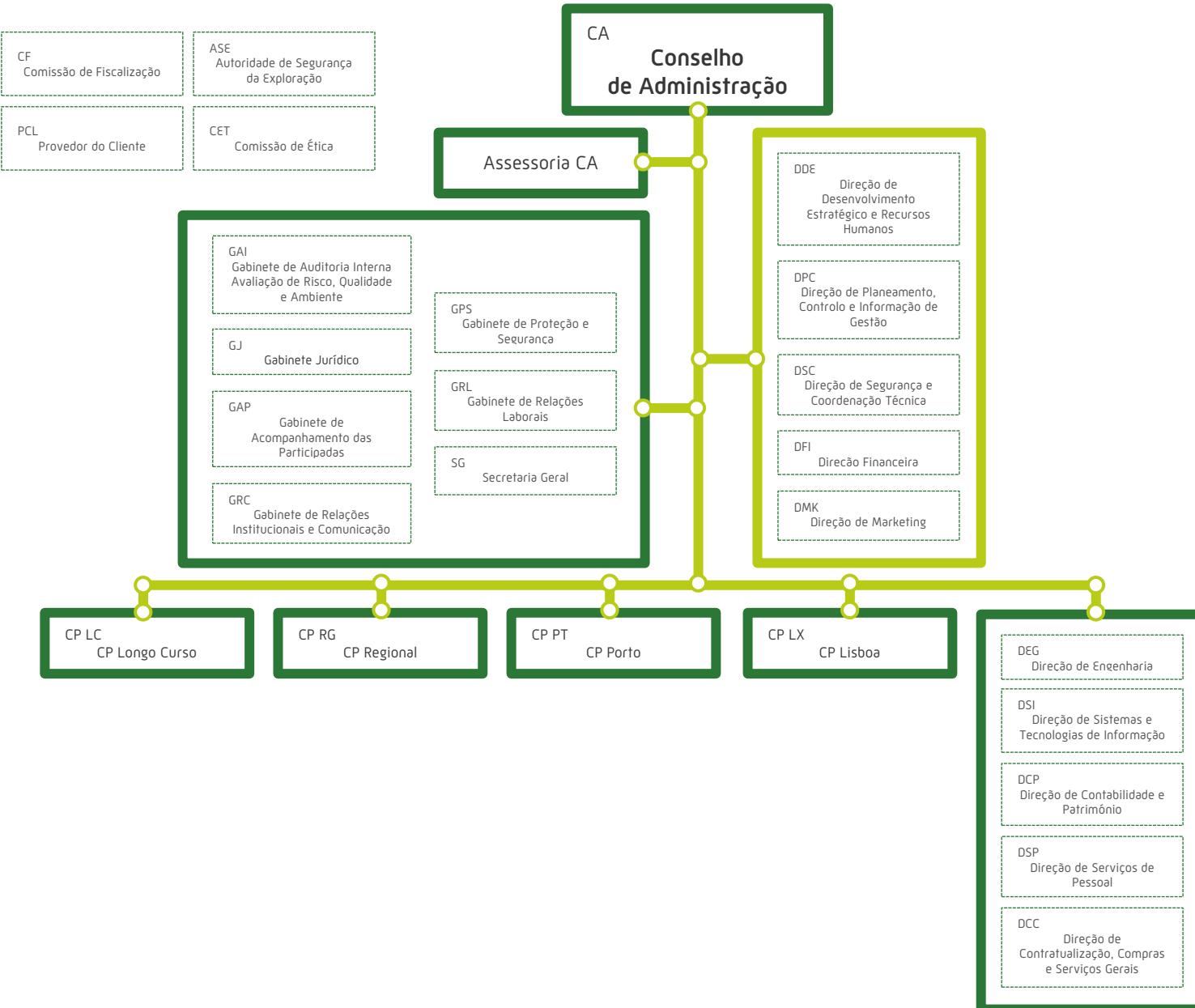
Conselho de Administração

- 1 Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoliel (cessou funções em 31-12-2012)
- 2 Vice-presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira
- 3 Vogal (1): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira
- 4 Vogal (2): Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
- 5 Vogal (3): Dr.^a Madalena Paixão de Sousa

Comissão de Fiscalização

- Presidente: Dr. Issuf Ahmad
- Vogal ROC: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Organograma



Áreas de responsabilidade dos membros do Conselho de Administração

De 1 de janeiro a 11 de abril de 2012 (Deliberação nº 21/2010, de 9 de dezembro de 2010):

Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Salomão Coelho Benoliel

- Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação
- Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente
- Gabinete de Acompanhamento das Participadas
- Provedor do Cliente
- Autoridade de Segurança da Exploração

Vice-presidente do Conselho de Administração, Dr. Alfredo Vicente Pereira

- Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão
- Direção Financeira
- Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação
- Direção de Contabilidade e Património
- Direção de Contratualização, Compras e Serviços Gerais

Vogal do Conselho de Administração, Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

- Gabinete de Proteção e Segurança
- Direção de Segurança e Coordenação Técnica
- Direção de Engenharia

- CP Longo Curso
- CP Regional

Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

- Direção de Marketing
- CP Lisboa
- CP Porto

Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Madalena Paixão de Sousa

- Gabinete Jurídico
- Gabinete de Relações Laborais
- Secretaria Geral
- Direção de Desenvolvimento Estratégico e Recursos Humanos
- Direção de Serviços de Pessoal

Em 12 de abril (Deliberação n.º 2/2012, de 12 de abril de 2012)

O Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação (GRC) passou a integrar as áreas de responsabilidade que constituem o pelouro afeto à Senhora Administradora, Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias.

Em 31 de maio de 2012 (Deliberação n.º 3/2012 de 31/05/2012)

A Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSI) passou a integrar as áreas de responsabilidade que constituem o pelouro afeto ao Senhor Presidente, Dr. José Salomão Coelho Benoliel.

A partir de 28 de novembro de 2012 [Deliberação n.º 5/2012 de 28/11/2012]

Na sequência da apresentação da renúncia ao exercício do cargo pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. José Salomão Coelho Benoliel, e sem prejuízo da continuidade do pleno exercício das suas funções até ao termo do atual mandato, nos termos da legislação aplicável, as áreas de responsabilidade que têm estado atribuídas ao Senhor Presidente do Conselho de Administração foram redistribuídas nos seguintes termos:

Vice-presidente do Conselho de Administração, Dr. Alfredo Vicente Pereira

- Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão
- Direção Financeira
- Direção de Contabilidade e Património
- Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação
- Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente
- Gabinete de Acompanhamento das Participadas
- Assessor do Conselho de Administração para as Relações Internacionais
- Assessor do Conselho de Administração para as Relações Públicas
- Assessor do Conselho de Administração para a Consultoria de Seguros do Grupo CP

Vogal do Conselho de Administração, Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

- Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação
- Gabinete de Proteção e Segurança
- Direção de Segurança e Coordenação Técnica
- Direção de Engenharia
- CP Longo Curso/CP Regional
- Autoridade de Segurança da Exploração

Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

- Direção de Marketing
- CP Lisboa
- CP Porto
- Direção de Contratualização, Compras e Serviços Gerais
- Provedor do Cliente

Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa

- Gabinete Jurídico
- Gabinete de Relações Laborais
- Secretaria Geral
- Direção de Desenvolvimento Estratégico e Recursos Humanos
- Direção de Serviços de Pessoal
- Assessoria do Conselho de Administração – Assessores Projetos Especiais.

Número de reuniões do Conselho de Administração no ano de 2012

Durante o ano de 2012 realizaram-se sessenta e três reuniões do Conselho de Administração. As decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração em 2012 foram:

● Medidas a nível interno e do Grupo CP

- Reorganização interna da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.;
- Aprovação do Plano Plurianual de Promoção de Eficiência 2012-2019;
- Projeto de formação *e-learning* para cursos dos produtos Alfa e Intercidades;
- Recomposição da Comissão de Ética da CP;
- Aquisição pela CP das participações sociais da Fernave, S.A. e da Ecosaúde, S.A.;
- Medidas tendentes à alienação de material circulante inoperacional;
- Medidas tendentes à alienação de bens imobiliários não necessários à atividade;
- Entrega de Pins e dos Prémios de Melhoria Contínua 2012;

● Medidas a nível comercial e de exploração

- 5ª fase do Modelo Tarifário dos serviços Regional e Inter-Regional e alteração do material circulante na linha do Algarve;
- Alteração do tarifário no serviço Intercidades da linha do Alentejo, nos eixos de Évora e Beja, e na linha do Sul;

- Alteração do tarifário do serviço Intercidades da linha da Beira Baixa;
- Novas paragens do Alfa Pendular na linha do Sul;
- Reestruturação do sistema tarifário da CP Lisboa;
- Reestruturação do sistema tarifário da CP Porto;
- Implementação das medidas de reestruturação do Modelo de Zonamento CP Lisboa e CP Porto a ocorrer em 2013;
- Alteração do modelo de exploração para o serviço de Longo Curso e Regional na linha da Beira Alta;
- Reformulação das ligações ferroviárias no troço Cádiz/Marco;
- Implementação do Sistema de Acesso Controlado de Passageiros às estações da CP Lisboa;
- Implementação da 2ª fase do Sistema de Acesso Controlado de Passageiros às estações da CP Lisboa;
- Aditamento ao Acordo Intermodal com o TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, alterando as disposições relativas às áreas geográficas e à repartição de receita;
- Implementação do novo modelo produtivo para o serviço Internacional Sud-Express e Lusitânia Comboio Hotel, com a RENFE-Red Nacional de Ferrocarriles Españoles;
- Protocolo CP/RENFE para Prestação de Serviço Ferroviário Internacional entre Porto/Vigo;
- Cessação do contrato de concessão da exploração das estações de Lisboa e Porto celebrado com a REFER;

- Implementação do "Horário Único", decorrente do projeto Interfaces CP/REFER;
 - Contratualização do Regime de Melhoria de Desempenho da Infraestrutura Ferroviária com a Rede Ferroviária Nacional-REFER, E.P.E.;
 - Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil que garante a responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros e atividades complementares;
 - Implementação do SIGO – Sistema Informático de Gestão de Ocorrências;
 - Implementação da sinalética de atendimento prioritário nas bilheteiras das unidades de negócio;
 - Investimento na Sinalização de Plataformas nos locais de embarque e desembarque para os Clientes com Necessidades Especiais;
 - Suspensão de venda de quartos de bilhetes em todas as MVAs;
 - Renegociação do Contrato da CP com a Ecosaudé, Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A para Assistência a Clientes;
 - Concessão da exploração de serviço de bar nos Intercidades dos eixos Lisboa-Porto-Guimarães, Lisboa-Guarda e Lisboa-Faro;
 - Manutenção do transporte rodoviário alternativo no troço Tua – Cachão e o serviço ferroviário entre Mirandela e Cachão na linha do Tua;
 - Incrementos de aplicações para *smartphones* e do CP Mobi;
-
- Medidas para disponibilização de serviços de internet a bordo dos comboios, via *wifi* com acesso livre, a bordo dos CPA;
 - Medidas para instalação do sistema de antenas para receção e descodificação do sinal de televisão por satélite nos Alfas Pendulares;
 - Medidas com vista ao desenvolvimento de um modelo de sistema de venda internacional;
 - Projeto-piloto de combate à fraude nas linhas suburbanas da CP Lisboa;
 - Comemorações dos 40 anos do InterRail;
 - Participação na 6ª edição do estudo Corporate Headquarters 2012;
 - Participação na 33ª Global Management Challeng;
 - Participação no Green Project Awards Portugal 2012;
 - Participação na Unidade de Missão para a elaboração da "Carta da Mobilidade Ligeira";
 - Protocolo com o Turismo do Porto e Norte – Serviços Turísticos visando potenciar a visibilidade da oferta de interesse turístico;
 - Protocolo CP/EMCEL para venda de títulos de transporte CP na estação de Celorico da Beira.
-
- Medidas de responsabilidade social
 - Parceria com a EAPN Portugal – Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal que promove o Projeto Violence in Transit no âmbito do programa europeu DAPHNE;

- Plano Ferroviário da Defesa da Floresta na Luta Contra Incêndios que prevê a intervenção da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.;
- Campanha de sensibilização e informação aos clientes – equipamentos vandalizados;
- Doação de material informático à Liga Portuguesa Contra o Cancro, Amnistia Internacional e outras entidades de solidariedade social;
- Centro de Férias 2012 para filhos de colaboradores;
- Protocolo de Cooperação Movimento ECO – Empresas Contra os Fogos;
- Parcerias e eventos: comemoração do Dia Internacional da Juventude, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, apoio nas Festas de Lisboa e a diversos eventos desportivos, Colóquio “156 Anos dos Caminhos-de-Ferro em Portugal: o que dizem os arquivos e as bibliotecas?”.

Currículos dos membros do Conselho de Administração

2010-2012



Presidente

Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Desde junho de 2010 presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

Desde 2008 até junho de 2010 – membro do Conselho de Gerência da CP e vice-presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E..

Licenciado em Economia pelo I.S.C.E.F. (1967), com os cursos de mestrado em Transportes, I.S.T. (1988) e o curso de Gestão de Empresas da American Management Association, M.C.E. (1972).

No seu percurso profissional, entre outras, exerceu funções de *senior consultant* e *chief executive officer* no Grupo General Maritime Corporation (New York); vice-presidente do Conselho de Administração da Soponata - Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S.A., administrador-delegado da ESLI – Párques de Estacionamento de Lisboa, S.A., presidente do Conselho de Administração da Metalúrgica Luso-Alemã SA e administrador-delegado

da MetalÚrgica Luso Italiana, S.A. do Grupo José Mello; gerente executivo da Lusibéria, Transitários, Lda. do Grupo Muñoz y Cabrero (Barcelona); gerente executivo da RN Trans-Atividades Transitárias, Lda.; administrador-delegado da Sogenave – Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, SARL.



Vice-presidente

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Licenciado em Economia em 1985 e mestrado em Economia (parte letiva) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pós-graduado em Modern Finance for the Global Executive (2002) pela Yale School, Connecticut, EUA, e em Management avançado (1990) pelo HEC/CIFAG, Paris e Lisboa.

No seu percurso profissional, foi desde junho de 2005 a junho de 2010, vice-presidente da REFER, E.P.E. – Gestão da Infraestrutura Ferroviária.

Anteriormente foi vogal executivo do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, consultor no Hospital Pulido Valente, S.A., no quadro da transformação dos hospitais em S.A.

Enquanto diretor executivo das Águas de Portugal para o Brasil, foi presidente das empresas PROLAGOS, Águas do Brasil. Assumiu também as funções de administrador executivo, nas empresas SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, na EGF, sub-holding da IPÉ para a área de Resíduos Sólidos Urbanos, na Fundição de Oeiras, na PESCRUL, na IPETEX, na COMETNA, sendo igualmente membro dos Conselhos de Gestão da VALORSUL e da GENERG. Na área académica foi docente no ISEG, entre 1985 e 1988, e no Instituto Superior de Gestão (ISG) entre 1993 e 1999. Atualmente é professor convidado no ISG.



Vogal (1)

Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Desde novembro de 2005 – vogal do Conselho de Gerência, e atualmente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

Entre 2005 e 2006 foi presidente do Conselho de Administração da Ferográfica e entre 2006 e 2008, vogal do Conselho de Administração da mesma.

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade Técnica de Lisboa, ramo de Estruturas, mestre em

Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (1990) e doutorado em Engenharia de Sistemas pelo IST (2000).

No seu percurso profissional, exerceu como docente no Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, que acumulou com as funções de coordenador da Secção de Urbanismo, Transportes, Vias e Sistemas e de coordenador do Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas.

Em paralelo à atividade de docente exerceu consultoria no âmbito da Engenharia de Sistemas a empresas dos sectores ferroviário, industrial e de serviços.

Foi ainda vice-presidente do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico e vice-presidente da Associação Portuguesa de Investigação Operacional.

**Vogal (2)**

Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Desde fevereiro de 2005 a junho de 2010, diretor de direção na CP – Comboios de Portugal, E.P.E. com responsabilidade pelas áreas de

Desenvolvimento Organizacional, Gestão da Mudança, Qualidade e Ambiente.

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa, 1985-1990 e mestre em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG), pós-graduada em "Competitiveness of the European Railways", no European Training Centre for Railways (ETCR) - Brugge 1999 e em "Altos Estudos de Transportes" promovido pelo Instituto Superior de Transportes (ISTP), 1999-2000.

No seu percurso profissional foi membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, da Comissão de Acompanhamento do projeto Metro ao Sul do Tejo, e do projeto Metro Ligeiro de Superfície na Circular Externa Algés – Falagueira. Foi também assessor para as áreas de Economia, Finanças e dos Transportes do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional - Professor Doutor António Pedro de Carmona Rodrigues; diretor do Departamento de Análise e Regulação Económica no ex-INTF; chefe de serviço pela Área de Gestão no Gabinete de Auditoria Interna da CP e antes auditora na área de Gestão na empresa de Caminhos de Ferro Portugueses, CP, EP. Docente convidada na pós-graduação de Leadership & Management, no Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG.

**Vogal (3)****Dr.ª Madalena Paixão de Sousa**

Licenciada em Sociologia, com especialidade em Organização, Trabalho e Gestão, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pós-graduada em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa e MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa.

No seu percurso profissional exerceu funções centradas na Gestão de Recursos Humanos, tendo assumido o cargo de diretor nacional de Recursos Humanos da Lear Corporation Portugal, e diretor de Recursos Humanos da Johnson Controls II, Assentos de Espuma Lda., da Tenneco Automotive, Sistemas de Escapes, Lda. e da Rodoviária Nacional, E.P.

Comissão de Fiscalização**Presidente****Dr. Issuf Ahmad**

Data de nascimento: 01 de maio de 1953

Natural de Moçambique

Residência: Av. D. João II, Lote 1.13.03 – 3.º H, 1990-079 Lisboa

Habilidades Literárias: Licenciado em Economia em 1980 pela Faculdade de Economia do Porto (Portugal)

Cargos exercidos:

- Ingresso no quadro do serviço de auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, em 1 de junho de 1982, como inspetor de finanças estagiário;
- Assessor do Secretário de Estado do Tesouro, no período de setembro de 1986 a março de 1987;
- Consultor e consultor principal do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas de 1987 a 1991;
- Subdiretor-geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de maio de 1991 a janeiro de 1993;
- Diretor-Geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de fevereiro de 1993 a maio de 1996;
- Diretor-Geral do Património do Estado de maio de 1996 a novembro de 2001;
- Membro do Conselho Diretivo da FRESS – Fundação Ricardo do Espírito Santos Silva, de maio de 1996 a novembro de 2001;
- Inspetor de finanças superior principal, de dezembro de 2001 a junho de 2003.
- Assessor do Diretor-Geral dos Impostos, de julho 2003 a maio 2004;
- Inspetor de finanças superior principal, de junho 2004 a dezembro de 2004;

- Assessoria ao IPAD na gestão de projetos de cooperação e conceção de procedimentos de controlo interno, de janeiro de 2005 a dezembro de 2007.

Outras atividades profissionais:

- Consultor externo do Tribunal de Contas, em 2006 e 2007;
- Presidente da Comissão de Fiscalização da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, desde janeiro de 2002;
- Revisor Oficial de Contas, desde 1991;
- Auditor do Centro Hospitalar de Lisboa Norte;
- Presidente do Conselho Fiscal da ANAM – Aeroportos e Navegação da Madeira, SA, de 1994 a 1996;
- Conselheiro do CES - Conselho Económico e Social, para o Sector Empresarial do Estado, de 1991 a 1996;
- Presidente da Comissão de Reestruturação do Sector da Construção e Reparação Naval, em 1993;
- Acompanhamento, conjuntamente com os ministros das Finanças e das Obras Públicas e Transportes, do Grupo de Trabalho para a Reestruturação do Sector Ferroviário em Portugal, em 1993;
- Árbitro do Governo para os processos de indemnização em consequência da nacionalização do sector de transportes terrestres, em 1993;
- Representante do Estado na Parque Expo 98, SA, desde a sua constituição, em 1993, até novembro de 1995;
- Vice-presidente da Comissão do Livro Branco para o Sector Empresarial do Estado, em 1996;

- Representante do Ministério das Finanças na Comissão para a Travessia Ferroviária do Eixo Norte-Sul (travessia sobre a Ponte 25 de abril) de 1992 a 1997;
- Presidente da Assembleia Geral da Parpública, SGPS, SA desde a sua constituição, em 1993, até junho 2004;
- Participação na comissão de renegociação da dívida de Moçambique a Portugal, em 1988;
- Participação na cooperação com Angola, Moçambique e Cabo Verde, nas áreas de finanças públicas, empresas públicas e património estatal;
- Analista financeiro no Gabinete de Estudos Económicos do BPA, no Porto, em 1981 e 1982;
- Consultor financeiro de empresas, de 1980 a 1995;
- Realização do programa de visita oficial aos Estados Unidos da América, em 1994, a convite do Governo Federal Americano, através da respetiva Embaixada em Lisboa.

ROC

Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Licenciado em Finanças (1972/1973) pelo Instituto Superior de Economia (atual ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa e mestre em Gestão pela mesma Universidade em 1986.

Iniciou a sua atividade profissional na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), em março de 1974, tendo posteriormente empreendido um percurso profissional no domínio da gestão empresarial pública e privada. Em 1988, após aprovação em exame, inscreveu-se como Revisor Oficial de Contas

(n.º 585 da respetiva lista), atividade que, a partir de 1990, passou a exercer integrado na sociedade que fundou, atualmente denominada Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. A sua atividade como Revisor Oficial de Contas é atualmente exercida em diversas sociedades e entidades públicas e privadas, na qualidade de fiscal único ou integrando o órgão de fiscalização. Sob a sua responsabilidade têm sido realizadas múltiplas auditorias no âmbito do controlo dos fundos comunitários (FSE, FEDER, Fundo de Coesão).

É professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, sendo atualmente responsável pela disciplina de "Auditoria" da licenciatura em Gestão e de diversos mestrados. É também o responsável pela disciplina de "Financial Accounting" no MBA do ISEG, lecionando ainda matérias conexas em diversos cursos de pós-graduação deste Instituto.

Auditor Externo

Crowe Horwath TM
Horwath & Associados, SROC, Lda.
Edifício Scala
Rua de Vilãr, 235 – 2º andar
4050 – 626 Porto

Estatuto remuneratório

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado (RJSSE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e subsequentes alterações, bem como do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e posteriores alterações, são consagradas regras de gestão tendentes a imprimir ao sector padrões de exigência, rigor, eficiência e transparência.

Neste sentido, ao abrigo artigo 8.º dos Estatutos da CP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho¹, conjugado com o n.º 2 do artigo 28.º do EGP, foi determinado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 30 de julho de 2009, com efeitos a 13 de julho de 2009, o seguinte com aplicação entre 1 de janeiro a 31 de março de 2012:

- Remuneração mensal fixa do presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 7.225,60 euros (sete mil duzentos e vinte e cinco euros e sessenta céntimos);
- Remuneração mensal fixa do vice-presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 6.719,81 euros (seis mil setecentos e dezanove euros e oitenta e um céntimos);

¹ Estatutos da CP-Comboios de Portugal, E.P.E. - aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, e subsequentes alterações do Decreto-Lei nº 59/2012, de 14 de março

- Remuneração mensal fixa dos vogais do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 6.306,64 euros (seis mil trezentos e seis euros e sessenta e quatro cêntimos).

A partir de 01 de abril de 2012 com a aplicação das regras constante da Resolução de Conselho de Ministros nº 16/2012, de 9 de fevereiro e das alterações ao Estatuto do Gestor Público, pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, foi aplicado o seguinte:

- Remuneração mensal fixa do presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 5.722,75 euros (cinco mil setecentos e vinte e dois euros e setenta e cinco cêntimos) juntamente com um abono por despesas de representação de 1.957,18 euros (mil novecentos e cinquenta e sete euros e dezoito cêntimos);
- Remuneração mensal fixa do vice-presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 5.150,48 euros (cinco mil cento e cinquenta euros e quarenta e oito cêntimos) juntamente com um abono por despesas de representação de 1.761,46 euros (mil setecentos e sessenta e um euros e quarenta e seis cêntimos);
- Remuneração mensal fixa dos vogais do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de 4.578,20 euros (quatro mil quinhentos e setenta e oito euros e vinte cêntimos) juntamente com um abono por despesas de representação de 1.565,74 euros (mil quinhentos e sessenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos).

A remuneração mensal fixa de todos os membros do Conselho de Administração é paga catorze vezes ao ano, ficando exacionado o seu pagamento cf. artigo 21 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, e o abono por despesa de representação é pago em doze meses.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos foi reduzida em 5% a partir de 01 de junho de 2010 (cfr. n.º 1 do artigo 12.º e n.º 4 do artigo 20.º da Lei nº.º 12-A/2010, de 30 de junho), em 10% a partir de 1 de janeiro de 2011 (cfr. alínea c) do n.º 1 ex vi alínea q) do n.º 9 do artigo 19.º da Lei nº.º 55-A/2010, de 31 de dezembro) e segundo o Estatuto do Gestor Público, Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, as remunerações terão que ficar limitadas durante a vigência do Programa de assistência Económica e Financeira ao valor que já era pago (cfr. ponto 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012 de 26 de março).

Os membros do Conselho de Administração têm ainda direito de acesso aos seguintes benefícios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Empresa;
- Utilização pessoal de viatura de serviço, com limite de renda mensal de 1.000 euros para os presidente e vice-presidente e de 900 euros para os restantes membros do Conselho de Administração, limite dentro do qual se incluem despesas com seguro e manutenção, sendo o valor máximo mensal de combustível e portagens afeto a cada viatura o correspondente a $\frac{1}{4}$ do valor do respetivo abono mensal para despesas

de representação. A utilização de viatura para uso pessoal é declarada como remuneração em espécie;

- Utilização de telemóvel, com um *plafond* mensal fixado em 120 euros para cada membro.

Refere-se ainda que durante a vigência do Programa de Assistência Económico e Financeira (PAEF) não há lugar à atribuição de prémios de gestão (cfr. alínea a) do artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro).

Neste contexto, indica-se no quadro seguinte, as remunerações auferidas por cada membro do Conselho de Administração.

Cargo	Membros do CA da CP	Retribuição base/Fixa Estatuto Gestor Público DL nº 7/2007 de 27 de Março				Retribuição base/Fixa Estatuto Gestor Público DL nº 8/2012 de 18 de janeiro				Remunerações Anuais						Encargos com Benefícios Sociais	
		Valor Mensal	Redução decorrente Lei 12A/10	Redução Lei 55-A/2010	Valor Mensal	Desp. Representação	Redução decorrente Lei 12A/10	Redução Lei 55-A/2010	Rd Sal. RCM 16/2012, nº 21	Remuneração base	Desp. Representação	Redução decorrente Lei 12A/10	Redução Lei 55-A/2010	Rd Sal. RCM 16/2012, nº 21	Segurança Social	CGA	
Presidente	Jose Salomao Coelho Benoliel	7.225,60 €	361,28 €	686,43 €	5.722,74 €	1.957,18 €	286,14 €	543,67 €	672,24 €	67.458,72 €	15.657,44 €	3.372,96 €	6.408,65 €	5.377,92 €	11.233,42 €		
Vogal	Alfredo Vicente Pereira	6.719,81 €	335,99 €	638,38 €	5.150,48 €	1.761,46 €	257,52 €	489,30 €	419,68 €	66.513,75 €	15.853,14 €	3.325,65 €	6.318,84 €	3.777,12 €	12.254,64 €		
Vogal	Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira	6.306,64 €	315,33 €	599,13 €	4.578,20 €	1.565,74 €	228,91 €	434,93 €	87,93 €	60.123,72 €	14.091,66 €	3.006,18 €	5.711,76 €	791,37 €		3.135,47 €	
Vogal	Cristina Maria dos Santos P. Dias	6.306,64 €	315,33 €	599,13 €	4.578,20 €	1.565,74 €	228,91 €	434,93 €	87,93 €	60.123,72 €	14.091,66 €	3.006,18 €	5.711,76 €	791,37 €	14.500,80 €		
Vogal	Maria Madalena Ribeiro Paixão de Sousa	6.306,64 €	315,33 €	599,13 €	4.578,20 €	1.565,74 €	228,91 €	434,93 €	87,93 €	60.123,72 €	14.091,66 €	3.006,18 €	5.711,76 €	791,37 €	12.254,64 €		

Remunerações

Conselho de Administração

							Unit: €
Mandato	Dr. José Benoliel	Dr. Vicente Pereira	Prof. Nuno Moreira	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Madalena Sousa		
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	1	1	1	1	1	1	
Remuneração Total (1.1+2.1+3.1+4.1)	67.956,79 €	68.945,37 €	64.706,25 €	64.706,25 €	64.706,25 €	64.706,25 €	
OPRO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	
Entidade de Origem (Identificar)							
Entidade Padrão (origem/Destino)							
1.1 Remuneração Anual	78.904,30 €	76.814,71 €	69.280,12 €	69.280,12 €	69.280,12 €	69.280,12 €	
1.2 Despesas de Representação (Anual)	18.312,80 €	18.541,71 €	16.481,52 €	16.481,52 €	16.481,52 €	16.481,52 €	
1.3 Senha de presença (Valor Anual)							
1.4 Redução decorrente da Lei 12-A/2010	4.860,92 €	4.767,69 €	4.288,04 €	4.288,04 €	4.288,04 €	4.288,04 €	
1.5 Redução decorrente da Lei 64-B/2011	9.235,57 €	9.058,92 €	8.147,35 €	8.147,35 €	8.147,35 €	8.147,35 €	
1.6 Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	9.785,90 €	8.807,32 €	7.828,72 €	7.828,72 €	7.828,72 €	7.828,72 €	
1.7 Redução decorrente da RCM 36/2012, n.º3	5.377,92 €	3.777,12 €	791,28 €	791,28 €	791,28 €	791,28 €	
1.8 Reduções de anos anteriores	0,00 €						
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida	67.956,79 €	68.945,37 €	64.706,25 €	64.706,25 €	64.706,25 €	64.706,25 €	
1.9 Remuneração variável							
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)							
4. Outras (Identificar)							
Subsídio de deslocação							
Subsídio de refeição	1.557,22 €	1.543,50 €	1.584,66 €	1.378,86 €	1.584,66 €	1.584,66 €	
Encargos com benefícios sociais							
Regime de Proteção Social (ADSE/Sig. Social/Outros)	11.233,42 €	12.254,64 €	3.138,47 €	14.500,8 €	12.254,64 €	12.254,64 €	
Seguros de saúde	(Segurança Social)	(Segurança Social)	(CSA)	(Segurança Social)	(Segurança Social)	(Segurança Social)	
Seguros de vida							
Seguro de Acidentes Pessoais	261,01 €	261,01 €	261,01 €	261,01 €	261,01 €	261,01 €	
Outros (Indicar)							
Acumulação de Funções de Gestão (SN)							
Entidade (Identificar)							
Remuneração Anual							
Parque Automóvel	Dr. José Benoliel	Dr. Vicente Pereira	Prof. Nuno Moreira	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Madalena Sousa		
Mandato	1	1	1	1	1	1	
Modalidade de Utilização	ALD	ALD	ALD	ALD	ALD	ALD	
Valor de referência da viatura nova	57.575,08 €	57.575,08 €	49.745,80 €	57.575,08 €	59.418,04 €	57.575,08 €	
Ano Início	2008	2008	2010	2008	2008	2008	
Ano Término	2013	2012	2014	2013	2013	2013	
N.º prestações (se aplicável)	58	45	48	60	60	60	
Valor Residual							
Valor de renca/prestação anual da viatura de serviço	9.719,13 €	-120,19 €	9.938,00 €	11.183,05 €	9.968,16 €	12.024,95 €	
Combustível, fasto com a viatura	1.565,10 €	644,13 €	1.635,62 €	3.645,09 €	1.055,71 €	3.456,74 €	
Plafond anual Combustível atribuído	Conforme art.º 33º do EGP						
Outros (Portagens, Reparações, Seguro)	1.545,22 €	1.627,20 €	476,55 €	1.814,22 €	769,86 €	2.444,01 €	
Límite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	É efectuado cálculo						
Outras regalias e compensações	Dr. José Benoliel	Dr. Vicente Pereira	Prof. Nuno Moreira	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Madalena Sousa		
Mandato	1	1	1	1	1	1	
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	120,00 €	120,00 €	120,00 €	120,00 €	120,00 €	120,00 €	
Gastos anuais com comunicações móveis	485,69 €	366,28 €	337,88 €	404,56 €	305,07 €		
Outras (Indicar)							
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)							
Gastos c/ deslocações	Dr. José Benoliel	Dr. Vicente Pereira	Prof. Nuno Moreira	Dr.ª Cristina Dias	Dr.ª Madalena Sousa		
Mandato	1	1	1	1	1	1	
Custo total anual c/ viagens	851,82 €	2.644,58 €	672,84 €	97,88 €	0,00 €		
Custo anuais c/ Alojamento							
Ajudas de custo	280,69 €	1.684,11 €	93,56 €	0,00 €	0,00 €		
Outras - Desp. Representação (Referências)	388,56 €	185,22 €	262,84 €	1.129,89 €	0,00 €		

* De acordo com a Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Comissão de Fiscalização

Conselho Fiscal	2011			2012			Unid: €
	P	ROC	V	P	ROC	V	
Remuneração anual fixa	14.258,00 €	23.676,00 €	11.406,00 €	14.258,00 €	23.676,00 €	0,00 €	
Redução remuneratória*		828,60 €	1.141,00 €		828,60 €	0,00 €	
Remuneração anual efetiva	14.258,00 €	22.847,40 €	10.266,00 €	14.258,00 €	22.847,40 €	0,00 €	

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Presidente: Remuneração de 1.188,14 euros, 12 vezes por ano.

Vogal ROC: Remuneração de 1.903,95 euros, 12 vezes por ano.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos de fiscalização das entidades públicas empresariais foi reduzida a partir de 1 de janeiro de 2011 nos termos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (cfr. alínea q) do n.º 9 e alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e artigo 22.º).

Análise de sustentabilidade

No presente capítulo sempre que a informação já conste de capítulos próprios do Relatório e Contas, haverá uma remissão para aqueles.

Estratégias adotadas

As enormes restrições orçamentais a que a Empresa esteve sujeita ditaram um maior enfoque na sustentabilidade económica. No entanto, as outras vertentes também foram consideradas, com realce para a responsabilidade social, nomeadamente para com os clientes com necessidades especiais.

A CP preocupou-se em garantir o transporte nas linhas onde efetivamente existe procura adequada a este modo de transporte pesado, aproveitando ao máximo a rede elétrica para aí fazer circular material elétrico mais económico e ambientalmente mais favorável. Descontinuou ainda o serviço nas linhas de procura reduzida sempre que existiam outros modos de transporte mais flexíveis e adequados à rarefação demográfica nestes territórios.

Ações desenvolvidas para garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade

Para além da racionalização da oferta, já anteriormente referida, a CP suspendeu ainda a prestação de serviços rodoviários de substituição nas linhas com circulação ferroviária suspensa e com procura completamente

desmobilizada, o que produziu um impacto diminuto na mobilidade da população.

Foram intensificadas medidas para remoção de *graffitis* nas séries das unidades de negócio onde este problema teve uma maior expressão, de modo a melhorar a qualidade do serviço e a criar maior sensação de segurança aos clientes.

Relativamente aos colaboradores, quer da CP quer das empresas participadas, abrangidos por decisões de reestruturação, houve a preocupação de efetuar preferencialmente revogações de contratos de trabalho por mútuo acordo com os trabalhadores com idades mais próximas da reforma.

No que respeita à qualidade do serviço foi dada especial importância à pontualidade e à regularidade, nomeadamente através da constante monitorização e de realização de reuniões com o gestor da infraestrutura (REFER). Com vista a melhorar a segurança da circulação manteve-se o funcionamento do Sistema de Gestão da Segurança, destacando-se a monitorização das ocorrências, sua análise e identificação de situações de risco ou de inconformidade, no seguimento das quais foram tomadas diligências junto das unidades de negócio, REFER, URF e IMT.

Em termos de gestão da qualidade, o Sistema de Sugestões dos Colaboradores continua a receber contributos, visando a melhoria dos processos e serviços

prestados ao cliente, o que demonstra o envolvimento dos colaboradores na vida da Empresa e a sua motivação.

Ações desenvolvidas no âmbito da responsabilidade social

● Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação

Tal como em anos anteriores organizaram-se visitas guiadas a várias instalações do universo CP e foram oferecidas viagens a grupos desfavorecidos. A preocupação com as pessoas com necessidades especiais nunca é esquecida, tanto nas alterações efetuadas no material circulante como nos anúncios sonoros para alertar para os diversos obstáculos ou ainda nas portas para controlo de acessos às plataformas nas estações, mais largas e com um mecanismo especial de abertura para facilitação da passagem. Implementou-se ainda o atendimento prioritário em todas as bilheteiras, tendo-se criado sinalética própria para o efeito.

A CP, à semelhança dos últimos quatro anos, associou-se às comemorações do dia internacional das pessoas com deficiência, com o objetivo principal de contribuir para uma maior compreensão dos assuntos relativos a esta causa e mobilizar para a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência. No dia 3 de dezembro, os nossos clientes com necessidades especiais e um acompanhante viajaram gratuitamente nos comboios da CP.



Sinalética de Atendimento Prioritário afixada em todas as bilheteiras da CP.

● Gestão adequada do capital humano da Empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantem o bem-estar e premiem o mérito dos colaboradores

A atividade da CP, embora muito intensiva em capital, é desenvolvida através de uma importante força laboral. Promove a total igualdade de oportunidades junto dos seus colaboradores, sem distinções de género, ideologia ou raça ou qualquer discriminação, tanto no recrutamento como na evolução profissional, ou na atribuição salarial relativamente a cada função.

Atenta ao equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, permite uma falta justificada por quadrimestre a todos os seus colaboradores e facilita o acesso dos filhos dos colaboradores a colónias de férias no período de férias escolares.

Na área da segurança, higiene e saúde no trabalho, continuaram a desenvolver-se as atividades inerentes à proteção da saúde e prevenção dos riscos profissionais, com especial enfoque nas desinfestações e vistorias aos locais de trabalho realizadas por técnicos de segurança e higiene e por

médicos do trabalho, assim como os exames de Medicina do Trabalho, através da ECOSAÚDE, empresa do Grupo CP.

Neste âmbito, continua a disponibilizar ainda a todos os seus colaboradores um seguro de saúde, com uma cobertura alargada.

● Adoção de práticas ambientalmente corretas

Foi dada continuidade à redução da generalidade de consumos e ainda, à atualização das redes de infraestruturas, no que respeita à recolha, tratamento e descarga de águas residuais, e à certificação energética de edifícios.

Desenvolvimento sustentável

● Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)

Os principais impactos da CP na sociedade podem resumir-se, entre outros, aos seguintes:

- Mobilidade dos cidadãos
- Emprego
- Valorização imobiliária nas zonas com acesso direto a estações
- Criação de um *cluster* de *know-how* da indústria ferroviária
- Atividade económica gerada na zona de influência da CP
- Tarifário social
- Negócios em volume e valor muito elevados com diversos fornecedores

● Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade

A CP presta um serviço público de transportes visando a satisfação das necessidades de mobilidade da coletividade, o que se traduz nos milhões de passageiros transportados em cada ano por todo o território nacional.

● Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Empresa, designadamente, pela via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

Em termos de inovação foi dada ênfase a novos métodos de formação, reduzindo custos e aumentando a produtividade das ações formativas:

- Introdução da metodologia *blended* numa ação de formação para a CP Longo Curso que associa a metodologia de *e-learning* com a formação em sala, o que permite abranger mais rapidamente um maior número de formandos, dispersos geograficamente por todo o País;
- Realização de ações "Intra" na área da gestão. Consiste em obter os serviços de formadores externos que se deslocam às instalações da CP para aí ministrarem a formação, com conteúdos e metodologias adequados às necessidades do órgão da CP que o requisita (v.g. implicações das alterações ao Código do Trabalho no processamento salarial da CP).

Quanto a sistemas de informação:

- Foi concluído o controlo de acessos às plataformas nas estações de Cacém e Meleças na linha de Sintra, o que permitiu controlar a fraude

- e aumentar a segurança nestas estações e nos comboios a que dão acesso;
- Os sistemas de venda foram reformulados com vista à introdução em janeiro de 2013 dos modelos de reestruturação tarifária dos títulos de transporte dos serviços suburbanos;
 - Entrou em funcionamento o Projeto SPIDER - Sistema de Planeamento Integrado de Escalas e Rotações vocacionado para o planeamento integrado de todos os recursos produtivos operacionais necessários para efetuar as circulações diárias. Este projeto disponibiliza um Sistema Integrado de Planeamento de Escalas de Pessoal e de Rotações de Material. Este sistema ajudará a CP a ganhar flexibilidade nas suas planificações e aumentar a produtividade e controlo dos seus ativos operacionais.

Planos de ação para o futuro

A primeira preocupação prende-se com a sustentabilidade económica. Neste âmbito continuar-se-á a promover a redução dos gastos e a melhoria dos rendimentos.

Os principais riscos para a atividade e futuro da Empresa e a forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial estão referidos em capítulo próprio deste relatório.

Também toda a temática de sustentabilidade é desenvolvida e detalhada no Relatório de Sustentabilidade de 2012.

Cumprimento dos princípios de bom governo

A CP assegura o cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, de 28 de março de 2007, dirigidos às empresas do sector empresarial do Estado.

Assim, a CP cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como, os objetivos que estipula atendendo a parâmetros exigentes de qualidade e com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de serviço público.

Elabora periodicamente planos estratégicos e anualmente dispõe de um Plano de Atividades e Orçamento que inclui as ações, investimentos, objetivos e metas previstos para o ano a que respeitam, e o Relatório e Contas referente à atividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente.

Elabora ainda um Relatório de Sustentabilidade onde, nomeadamente, constam políticas prosseguidas para assegurar a eficiência nas vertentes económica, ambiental e social e a contribuição da CP para o desenvolvimento sustentável. Garante assim um contributo ambiental para a sociedade, a promoção da efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e um tratamento equitativo a todos os clientes e fornecedores.

Estes documentos são submetidos à aprovação das Tutelas sectorial e financeira.

Encontra-se implementado um sistema de controlo de atividade na Empresa com o objetivo de acompanhar e promover a realização dos objetivos estabelecidos, o qual se reporta trimestralmente às Tutelas.

Trata com respeito, igualdade e integridade os seus trabalhadores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

Trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, dispondo de procedimentos em matéria de aquisição de bens e serviços.

Cumpre a legislação e a regulamentação em vigor. A CP cumpre com as obrigações relativas ao Código de Ética, Controlo de Risco, Prevenção de Conflitos de Interesses e de Divulgação de Informação nos Sites do SEE e da Empresa e no Relatório e Contas, cujo desenvolvimento consta de pontos subsequentes deste Relatório.

Código de Conduta e Ética

O Código de Ética da CP incorpora um conjunto de valores e princípios que visam o cumprimento rigoroso das normas legais e regulamentares e a atuação ética dos profissionais que integram a organização com os clientes, fornecedores e com a comunidade em geral.

O texto integral encontra-se disponível na intranet e no *website* oficial da Empresa.

Com a aprovação do Código de Ética foi criada a Comissão de Ética na dependência direta do presidente do Conselho de Administração e que tem por missão, entre outras, zelar pelo esclarecimento de dúvidas sobre as matérias versadas no Código, zelar pelo seu cumprimento e dar parecer sobre questões relacionadas com o seu incumprimento.

A Comissão de Ética continua a zelar pelo cumprimento e divulgação do Código de Ética, tendo proposto a inclusão de um módulo, na formação mandatária, no sentido de consolidar o conhecimento sobre esta matéria.

Não foram dirigidos ou submetidos à Comissão de Ética assuntos específicos, no âmbito das suas atribuições.

Sistema de Gestão de Risco

A CP tem vindo a atualizar o seu Sistema de Gestão de Risco. Em 2007 realizou-se um inquérito à Gestão de Risco Empresarial utilizando a metodologia de Auto Avaliação da Gestão de Risco. Este trabalho permitiu identificar os principais riscos enfrentados. A metodologia foi posteriormente desenvolvida com o projeto de Desenvolvimento Metodológico, em 2010. Tratou-se da progressão natural do inquérito ao risco, para nova etapa de amadurecimento, na medida em que visou complementar a identificação com a quantificação e avaliação dos riscos e de otimização dos controlos inerentes aos processos de gestão. Em 2011 foi adotada uma nova matriz de risco, enquadrada no Sistema de Gestão de Segurança (SGS). Em 2012 foi dada continuidade e foram obtidos os primeiros resultados positivos de avaliação externa da aplicação do Método Comum de Segurança (identificação, avaliação e mitigação dos riscos respetivos), nomeadamente na preparação sistemática para a gestão do risco no âmbito de alterações técnicas efetuadas no material circulante, com impacto na segurança da circulação. Foi finalizada com sucesso 2012 a elaboração de um Guia Prático de Gestão de Riscos de Corrupção, no âmbito da participação no Projeto Gestão Transparente com várias empresas e entidades nacionais, numa iniciativa de prevenção da corrupção e promoção da transparência e integridade.

A síntese dos riscos-chave identificados é a seguinte:

- Riscos de segurança operacional (*safety*), concretamente riscos de acidente ou incidente, com a consequente perda de ativos e pagamento de indemnizações;
- Riscos de segurança de pessoas e bens (*security*);
- Riscos financeiros, relacionados com os custos de financiamento devido à variação do *rating* do Estado português e com as dificuldades de financiamento devidas às restrições de crédito por parte do sistema bancário;
- Riscos de reafectação de recursos, decorrentes do ajuste na atividade e remunerações, na sequência dos compromissos assumidos junto das instâncias internacionais, com impacto na oferta do serviço e conflitualidade laboral;
- Riscos do modelo tarifário, constituindo impactos nos resultados da Empresa e no comportamento dos clientes;
- Risco de não contratualização do serviço público, com impacto direto no nível de indemnizações compensatórias recebidas;
- Risco de mercado influenciado por fatores internos e externos, nomeadamente, a rigidez da procura, o nível de atividade económica, a melhoria constante das vias rodoviárias facilitando o acesso do

transporte individual às zonas urbanas, a obsolescência do material circulante com o consequente custo de conservação, as obrigações de manutenção do serviço Regional em linhas de reduzidíssima ocupação e a má localização de algumas estações;

- Riscos de disponibilidade e aplicação de fundos comunitários (EU) e eficácia da sua utilização, decorrentes da sua necessidade de adequação e de uma menor capacidade de investimento;
- Risco regulatório, associado ao desempenho das entidades reguladoras e à legislação emergente e em vigor, nomeadamente com consequências legais resultantes do seu incumprimento.
- Risco de contratualização de serviços, com impacto a curto, médio e longo prazo e relativo à manutenção e/ou eficácia do cumprimento de obrigações contratuais por parte de fornecedores relevantes.

Encontra-se em finalização a segunda fase de elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) com vista ao desenvolvimento e inclusão de novas tipologias de riscos de forma a abranger mais áreas funcionais da CP. Foi promovida a atualização do Sistema de Gestão Riscos de Segurança da CP Carga através da aplicação de metodologia de avaliação de riscos operacionais para implementação de exercício de análise e avaliação de risco em manobras com material circulante.

Prevenção de conflitos de interesses

De acordo com as disposições legais na matéria - Lei n.º 4/83, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto - no início do exercício de funções dos membros do Conselho de Administração são apresentadas ao Tribunal Constitucional as respetivas declarações sobre o Valor do Património e Rendimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Equiparados.

Após a tomada de posse dos membros do Conselho de Administração é também depositada na Procuradoria-Geral da República, dentro do prazo legal, a respetiva declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos, contendo todos os elementos necessários à verificação do cumprimento das disposições legais sobre a inexistência de incompatibilidades e impedimentos - Lei n.º 64/93, de 26 de agosto e Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Além disso os membros do Conselho de Administração declaram no início de cada mandato, e sempre que se justificar, ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações que detenham na Empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Segundo a RCM n.º 49/2007, os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Tendo em vista igualmente a prevenção de conflitos de interesses, cada membro do Conselho de Administração identifica as despesas por si realizadas, as quais são sempre validadas por outro membro do Conselho.

A CP tem um Código de Ética, desde 2007, o qual salvaguarda no seu capítulo X questões relacionadas com conflitos de interesse, devendo cada colaborador assegurar-se de que os seus comportamentos estão em conformidade com os princípios nele enunciados.

Divulgação de informação

A CP cumpre as obrigações de informação estabelecidas na Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março e nas sucessivas alterações em documentos posteriores, v.g. o Despacho n.º 14277/2008 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, através da elaboração, submissão à aprovação das Tutelas sectorial e financeira e divulgação interna e externa através de suportes documentais produzidos para o efeito dos seguintes documentos:

- Propostas de orientações estratégicas e Plano de Atividade e Orçamento que incluem ações, investimentos, objetivos e metas previstos para o ano a que respeitam e estimativas das operações financeiras com o Estado;
- O Relatório e Contas referente à atividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente;
- O Relatório de Sustentabilidade onde nomeadamente consta a contribuição da CP para o desenvolvimento sustentável;
- Relatórios trimestrais de execução dos Instrumentos Previsionais de Gestão, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A CP cumpre com as obrigações de divulgação constantes dos pontos do Ofício-Circular da DGTF n.º 844, de 30 de janeiro de 2013 que abaixo sintetiza:

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Orgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organograma	X			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente	X			

Governo da Sociedade

Cumprimento de orientações legais

Cumprimento de orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Melhorar EBITDA	X			+15,6% face a 2011	EBITDA sem Rescisões, Justo Valor e Participadas
Melhorar Taxa de Cobertura	X			+3,5 p.p. face a 2011	Vendas e serviços prestados / (CMVMC+FSE+Pessoal)
Gestão do Risco Financeiro	X			Não aplicável	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Limites de Crescimento do Endividamento	X			+3,5% face a 2011	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Evolução do PMP a fornecedores	X			+44 dias	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			29.061.028 €	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Deveres Especiais de Informação	X			Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal	X				
Remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012	X				Explicado em ponto autónomo deste relatório
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	X			Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X			42.737 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			22.493 €	
Órgãos Sociais - redução decorrente da RCM 36/2012 nº3	X			11.529 €	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			42.079 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011	X			-75%	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			2.119.059 €	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			7.381.888 €	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X			0 €	
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			0 €	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X			Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas	X			Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			Nenhum contrato celebrado pela CP em 2012 esteve sujeito a fiscalização prévia.	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X			Imaterial	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Parque Automóvel	X			-9%	O parque automóvel ativo foi reduzido em 2012 de 68 para 62 viaturas, tendo sido substituídas 8 viaturas.
Princípio da Igualdade do Género	X			Não aplicável	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			-28,8% face a 2010	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-0,1% face a 2010	
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos	X			-10% face a 2010	Explicado em ponto autónomo deste relatório
Nº de cargos dirigentes	X			-25% face a 2010	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			84%	Explicado em ponto autónomo deste relatório

Objetivos de gestão

A atividade da CP durante o ano foi desenvolvida com base no Plano de Atividades e Orçamento 2012 (PAO 2012) remetido em 30 de novembro de 2011 às Tutelas sectorial e financeira.

Foram implementadas todas as ações que dependiam apenas da decisão da gestão da Empresa. Face ao previsto, destaca-se a não concretização da supressão da oferta nas linhas do Vouga e do Oeste, entre Caldas da Rainha e Figueira da Foz, sobre a qual se aguarda decisão da Tutela.

Num contexto de crise nacional e de intensa contestação laboral na área dos transportes e em particular na CP, os resultados deste período evidenciam para a Empresa um EBITDA positivo, objetivo central fixado para o ano, de 45,6 milhões de euros, superior ao registado em igual período do ano passado, mas cerca de 26,5 milhões de euros abaixo do valor previsto.

Os rendimentos do tráfego, embora tivessem beneficiado de importantes aumentos tarifários aprovados em agosto do ano passado e fevereiro deste ano, não refletem estes aumentos devido à quebra de passageiros face ao ano anterior (cerca de -14 milhões de passageiros), constituindo assim o principal desvio face ao previsto.

Os gastos operacionais ficaram abaixo do previsto, comportamento comum à generalidade das rubricas, decorrente nomeadamente da renegociação de diversos contratos. Estas reduções permitiram compensar os desvios decorrentes do atraso na implementação de algumas das medidas previstas,

nomeadamente, na já referida supressão do serviço ferroviário nas linhas do Vouga e do Oeste, entre Caldas da Rainha e Figueira da Foz, na reformulação do serviço internacional e na concretização das saídas previstas.

O resultado líquido antes de impostos apresenta um desvio positivo de 46,9 milhões de euros ou seja foi 17% melhor que o previsto. Para este facto contribuiu essencialmente a não concretização das rescisões esperadas, mas também a melhoria do resultado das participadas e a reversão da provisão do MDN. As condições obtidas nos mercados financeiros, menos gravosas que o esperado, permitiram compensar parcialmente o desvio negativo apurado em termos da carteira de derivados.

Gestão do risco financeiro

Política de financiamento

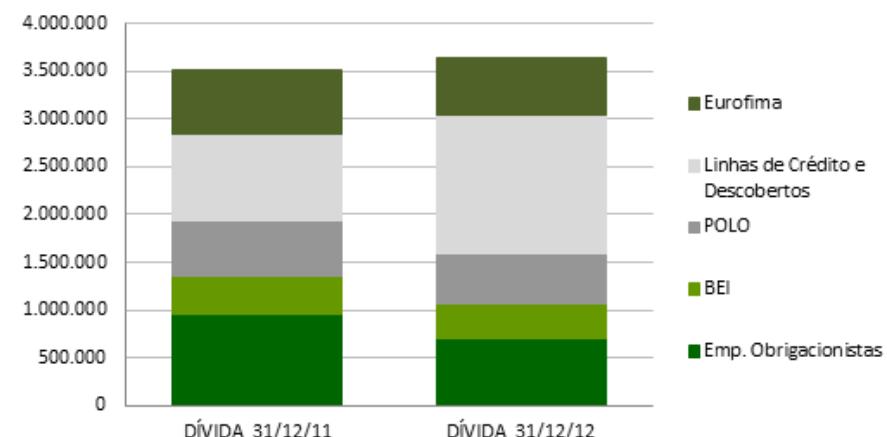
A conjuntura nacional ao longo deste ano não difere muito do passado caracterizado pela grande dificuldade de obtenção de financiamento nos mercados de capitais, consequência das fortes restrições dos mercados financeiros internacionais.

Mantendo-se as fortes restrições à obtenção de crédito e não sendo possível à CP gerar os meios financeiros suficientes para cumprimento das suas responsabilidades, a CP tem tido todo o apoio da Direção Geral do Tesouro e Finanças que, de acordo com as orientações da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças tem obtido, junto da banca nacional, os recursos necessários à renovação da dívida e pagamento de juros.

Este ano a CP já procedeu à amortização de cerca de 524 milhões de euros, recorrendo a este mecanismo de apoio. Desse valor destaca-se o vencimento de um empréstimo obrigacionista com aval do Estado no montante de 250 milhões de euros, em fevereiro de 2012.

O acréscimo da dívida remunerada foi de cerca de 124 milhões de euros, tendo passado de 3,513 mil milhões de euros a 31.12.2011 para 3,637 mil milhões de euros a 31.12.2012, distribuída pelas seguintes fontes de financiamento:

Fontes de financiamento
(milhares de euros)



Esse acréscimo traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo tomada na banca nacional, uma vez que os empréstimos celebrados foram todos por períodos curtos de tempo.

Assim em 31.12.2012, a dívida de curto prazo representa 40,5% do total da dívida da CP, enquanto em 31.12.2011 esse valor era de 32,7%.



Em dezembro de 2011 os empréstimos da banca nacional na estrutura da dívida da Empresa representam 26% do total dos empréstimos taxa que sobe para os 40% no final de 2012.

À semelhança do que tem vindo a acontecer desde o último ano, a dívida diretamente garantida teve um decréscimo, uma vez que todos os novos financiamentos são concedidos sem aval direto do Estado.

No final de 2011 a dívida garantida pelo Estado representava 34,5% do total dos empréstimos, passando para 23,6%, no final de 2012, em linha com o acréscimo do peso dos empréstimos da banca nacional.



Apesar de todas as dificuldades, o crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento de parte dos juros do serviço da dívida, tendo a operação libertado os meios necessários ao funcionamento corrente, rescisões de contratos de trabalho, investimentos no material circulante e alguns pagamentos de responsabilidades inerentes do serviço da dívida.

	(mil euros)
Redução de Disponibilidades	31.289
Cash Flow Operacional	108.643
Acréscimo de Endividamento	123.659
Total de Cash in	263.591
Cash Flow de Investimento	-18.716
Pagamento de Rescisões	-4.849
Cash Flow de Juros	-188.921
Empréstimos a Participadas	-51.105
Total de Cash out	-263.591

Encargos financeiros

Os encargos financeiros tiveram um forte acréscimo em 2012, essencialmente por força dos *spreads* de crédito praticados pelo mercado.

Em 2011 os custos do financiamento foram cerca de 126.648 milhares de euros, aumentando em 2012 para 194.961 milhares de euros.

Custo Médio de Capital

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	Unid: m€
Juros	135.889	82.997	82.138	108.609	185.516	
Aval	1.436	1.647	2.394	2.338	2.338	
Outros encargos	1.800	1.952	2.732	15.701	7.107	
Encargos Financeiros*	139.125	86.596	87.264	126.648	194.961	
Dívida remunerada	2.896.683	3.399.278	3.324.312	3.513.495	3.637.039	
Custo médio de capital	4,80%	2,55%	2,63%	3,60%	5,36%	

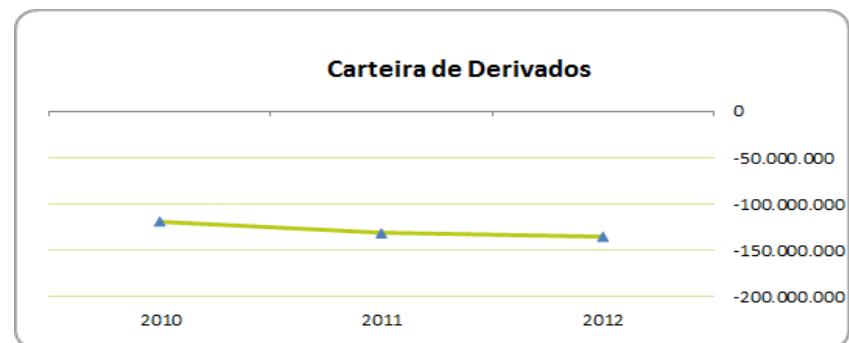
* Este valor não inclui encargos relacionados com derivados

Instrumentos de gestão de risco

O ano de 2012 foi marcado pela redução de *swaps* em carteira, com a ocorrência do seu vencimento. Em fevereiro de 2012 terminou o *swap* celebrado com a JP Morgan associado ao empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros e em março terminou o *swap* celebrado com o BNP Paribas associado a empréstimos celebrados com o Bayerische e KFW. Em julho o Barclays exerceu a opção de cancelamento na operação associada ao empréstimo Polo III CP Finance Limited.

Esta redução da carteira influenciou, naturalmente, o seu valor de mercado, em especial devido à operação do Barclays. Uma vez que a operação tinha vindo a ser positiva, o *Mark-to-Market* da carteira surge como mais negativo em virtude do desaparecimento da mesma.

A carteira de derivados tem sido valorizada tendo por base as projeções dos *cash-flows* esperados no futuro e a variação dos indexantes proprietários, tendo a seguinte evolução:



O efeito das variações do justo valor dos contratos de *swap* em carteira é, desde 2009, refletido nas demonstrações financeiras.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			De
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Em 2012 a CP apenas se conseguiu finançamento a prazo e/ou linhas de crédito
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			Em 2012 a CP apenas se conseguiu finançamento a prazo e/ou linhas de crédito
Diversificação de entidades credoras	X			Em 2012 a CP apenas se conseguiu finançamento a prazo e/ou linhas de crédito
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			Derivados
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Em 2012 a CP apenas se conseguiu financeiros internacionais dificulta obter financiamento a prazo
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			Empréstimos contratados com base no custo financeiro
Minimização da prestação de garantias reais	X			Empréstimos com garantia do estado 276,5%
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			Empréstimos contratados negociando sobre cláusulas restritivas.
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Em anexo
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Em anexo
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em anexo
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			

Limites de endividamento

Em 2012 o agravamento da dívida foi de cerca de 3,5% e não decorreu de qualquer agravamento da situação financeira resultante da atividade operacional.

O crescimento do endividamento foi estritamente o resultante do refinanciamento de empréstimos e dos correspondentes juros.

A CP não teve ainda forma de reduzir o *stock* de dívida, nem de suportar os juros daí derivados.

Prazos médios de pagamento e de recebimento

Prazo médio de pagamento

No âmbito do programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho Ministro [RCM] n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, e nos deveres especiais de informação que incumbem às empresas públicas nos termos da alínea g) do n.º 1 do Despacho n.º 14277/2008, de 14 de maio, de Sua Exa o Ministro de Estado e das Finanças publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio de 2008, cumpre-nos reportar mensalmente no SIRIEF informação de carácter obrigatório.

No quadro seguinte apresenta-se o PMP trimestral ao longo dos anos de 2011 e 2012:

Ano	Trimestre	Prazo Pagamento	número de dias
			Prazo Pagamento (sem Refer)
2011	1º	65	65
	2º	68	66
	3º	74	68
	4º	79	56
2012	1º	82	53
	2º	98	56
	3º	110	57
	4º	123	68

Como se pode verificar, o PMP tem apresentado uma tendência de acentuado crescimento. Esta situação decorre das dificuldades sentidas pela CP na obtenção de financiamento interno que obrigou a Empresa a canalizar verbas provenientes da receita para pagamentos de responsabilidades inerente ao serviço de dívida, o que afetou o pagamento a fornecedores, especialmente à REFER. Se excluirmos as dívidas à REFER, o PMP ao longo do ano de 2012 situou-se abaixo dos 60 dias, com exceção do último trimestre por virtude das dificuldades financeiras anteriormente referidas.

Prazo médio de recebimento

Tem sido procedimento interno da Empresa, desenvolver ações de cobrança para regularização dos valores em dívida junto dos clientes, nomeadamente Organismos Estatais, que legalmente utilizam a requisição de transporte (documento previamente aprovado pela própria entidade que efetua a utilização do serviço ferroviário) ou "gratuitidades" e Agências de Viagem e Outros (faturações esporádicas de prestação de serviços técnicos, venda de sucata, cedência de pessoal, etc...)

Não obstante não existir compromisso na divulgação do PMR (ao contrário do que se verifica com o PMP), a Empresa mantém um controlo regular sobre

esse indicador nos débitos de serviços de transporte efetuado pelas unidades de negócio.

Excluem-se da análise mencionada, os clientes REFER, MDN, Redes Estrangeiras e processos de dívida em tratamento pelos Serviços Jurídicos, cuja antiguidade de movimentos e/ou complexidade na validação e aceitação de faturas, poderia inflacionar o indicador.

Ano	Trimestre	número de dias	
		Prazo	Pagamento
2011	1º	40	
	2º	54	
	3º	63	
	4º	20	
2012	1º	59	
	2º	57	
	3º	47	
	4º	42	

Atrasos nos pagamentos

A CP apresenta atualmente uma situação operacional equilibrada, libertando meios para renovar os seus equipamentos e financiar as medidas de saneamento funcional em curso. Tem no entanto um passivo financeiro, que por força das condições adversas em que Portugal se encontra, não pode refinanciar nos mercados em prazos compatíveis.

Todas as obrigações do serviço de dívida têm sido cumpridas com financiamento interno sob acompanhamento direto da DGTF e IGCP. Sempre que esse financiamento não foi obtido, houve necessidade de canalizar verbas provenientes da receita para pagamentos das responsabilidades inerentes do serviço da dívida o que afetou o pagamento a fornecedores, especialmente à REFER.

Acresce que a CP teve as suas receitas fortemente penalizadas devido às constantes greves que marcaram o ano de 2012.

As dívidas apresentadas em 31 de dezembro de 2012 com prazo superior a 90 dias refletem este cenário conjuntural e traduzem um agravamento do prazo médio de pagamento a fornecedores nos dois últimos trimestres de 2012.

Os cerca de 29 milhões de euros em dívida respeitam essencialmente à REFER. Os restantes valores listados referem-se a situações que se encontram pendentes da realização de encontros de contas ou da resolução de litígios.

SITUAÇÃO DAS DÍVIDAS A FORNECEDORES EM 31/12/12 NOS TERMOS DO Nº 5 DO ART. 208º DA LEI Nº 64-B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO (OE 2012)

Cód.	Naturezas	Dias				(valores em euros)
		>=90 d < 120 d	120 d < 240 d	240 d < 360 d	>360 d	
2	Combustível					0
3	Conservação e reparação					0
4	Cópias e impressão		646	1.467		2.113
5	Empreitadas de obras públicas					0
6	Energia					0
7	Equipamento informático	79.704		160.780		240.484
8	Higiene e limpeza			111.663		111.663
9	Honorários					0
10	Licenciamento de software					0
11	Material de consumo clínico					0
12	Medicamentos					0
13	Meios complementares de diagnóstico e terapêutica					0
14	Mobiliário					0
15	Outros bens e serviços	6.231.842	20.088.305	1.124.540	1.251.748	28.696.435
16	Outros produtos farmacêuticos					0
17	Outros trabalhos especializados			578		578
18	Papel e economato				394	394
19	Preparação de refeições					0
20	Reagentes e produtos de diagnóstico rápido					0
21	Rendas e alugueres			4.126		4.126
22	Seguros					0
23	Serviços de informática					0
24	Serviços de voz e dados fixos e móveis				1.553	1.553
25	Veículos automóveis e motociclos				433	433
26	Vigilância e segurança				3.248	3.248
27	Administrações Postais Estrangeiras					0
28	Locação financeira					0
29	Bens de domínio público					0
30	Outros investimentos					0
Total		6.311.546	20.093.078	1.124.540	1.531.864	29.061.028

Deveres especiais de informação

A CP cumpre todos os deveres de informação previstos no despacho n.º 14277/2008 de 14 de maio, remetendo às Tutelas e Comissão de Fiscalização e disponibilizando no SIRIEF os dados requeridos sobre os Planos de Atividade e Orçamento e relatórios regulares de prestação de contas e de controlo de atividade.

Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2011

As contas individuais e consolidadas da CP – Comboios de Portugal foram aprovadas em 27 de setembro de 2012, através de despacho conjunto das Secretarias de Estado do Tesouro e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Desse despacho consta também a enumeração das alterações aplicáveis ao estatuto remuneratório dos gestores públicos e declara que durante a vigência do Plano de Assistência Económica e Financeira à Portugal, não haverá atribuição de prémios de gestão. Reitera ainda que encontra-se suspenso o pagamento dos subsídios de férias e de natal e que as remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012.

A CP acatou tal determinação, estando a cumprir as orientações e a aplicar corretamente as reduções remuneratórias nos vencimentos. O estatuto remuneratório aplicado ao Conselho de Administração encontra-se detalhado em ponto autónomo deste relatório relativo ao modelo de governo da Empresa.

Medidas de redução salarial

Em conformidade com a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, cujos efeitos foram mantidos em vigor pela Lei de Orçamento para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), a CP aprovou em 2011, um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no PEC.

Incluída nessas medidas, encontra-se a disposição contida no artigo 12.º, que prevê a redução em 5,0% da remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos, executivos e não executivos. Na CP, tal determinação foi acatada, tendo sido efetuada a correspondente redução salarial dos elementos do CA.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos de fiscalização das entidades públicas empresariais foi reduzida a partir de 1 de janeiro de 2011 nos termos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (cfr. alínea q) do n.º 9 e alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e artigo 22.º). Na CP a remuneração do presidente da CF não atinge o valor da redução legalmente prevista pelo que não foi efetuada qualquer redução. No que concerne ao ROC (vogal da CF) foi realizada uma redução remuneratória de 3,5%.

Do mesmo modo, a CP está a cumprir as orientações e a aplicar corretamente a redução remuneratória nos vencimentos decorrente da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE 2012).

Efetivamente a prestação de serviços do auditor externo foi alvo de um concurso internacional em 2011 que possibilitou, de igual modo, uma redução de cerca de 75% dos encargos suportados com os serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas das empresas do Grupo. Este contrato vigorará para os exercícios dos anos de 2011, 2012 e 2013.

De igual forma, no início de 2012, a CP aplicou, em todo o Grupo, o regime de trabalho previsto para os trabalhadores em funções públicas, consagrado na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. Na sequência deste acatamento da Lei, a maioria dos sindicatos do sector manteve em 2012 o sucessivo e persistente surto grevista iniciado em 2011, com especial incidência entre o pessoal operacional, com as consequências fortemente nefastas para a população e para a Empresa dali advenientes.

Em 2012, mediante autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a CP manteve o regime de exceção para aplicação dos AE, permitido pela mesma entidade e adotado pela Empresa em 2011, salvo quanto ao pagamento do trabalho extraordinário e subsídio de férias e de natal ou equivalentes, que passou a ser efetuado nos termos do disposto na mencionada Lei de Orçamento para 2012. Refira-se que o disposto na Lei de Orçamento sobre o pagamento do trabalho extraordinário foi posteriormente objeto de consagração em alteração ao Código de Trabalho.

Segundo o Estatuto do Gestor Público, Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, as remunerações terão que ficar limitadas durante a vigência do Programa de assistência Económica e Financeira ao valor que já era pago (cfr. ponto 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012 de 26 de março).

No quadro seguinte são apresentados os gastos com o pessoal e com os órgãos sociais relativos ao período de 2010 a 2012, bem como as reduções/aumentos decorrentes das alterações legislativas mencionadas.

Designação	2010	2011	2012	Unid: €
Gastos com pessoal (€)	122.251.078,99	108.072.860,40	83.530.337,21	
Gastos com Órgãos Sociais (€)	509.746,08	468.232,52	418.368,93	
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	66.716,44	76.758,15	
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00	
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	3.772.647,87	2.949.036,36	2.389.822,04	
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	261.923,65	209.159,99	
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)				
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	108.672.437,61	89.131.702,34	77.616.968,40	
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	2.327.414,19	1.909.899,29	
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)				
Rescisões / Indemnizações (€)	9.296.247,43	15.523.889,18	3.105.177,84	

Em síntese, em cumprimento da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei de Orçamento para 2012), e no que concerne às remunerações, a CP, em 2012, implementou as seguintes medidas:

• Órgãos sociais

- Não foram atribuídos prémios de gestão, nos termos do disposto no art.º 29.º, da Lei nº 64-B/2011;
- Foram aplicadas as reduções remuneratórias previstas no art.º 20.º da Lei nº 64-B/2011, tendo-se atingido uma redução total de 42.737 euros;
- Foi aplicada a redução de 5% prevista no art.º 12.º da Lei 12-A/2010, tendo-se verificado uma redução total de 22.493 euros;
- Foi efetuada a redução decorrente da RCM 36/2012 n.º3, tendo-se verificado uma redução total de 11.529 euros;
- Não foram efetuados os pagamentos referentes ao subsídio de férias e subsídio de natal, nos termos do disposto no art.º 21.º da Lei nº 64-B/2011.

• Restantes trabalhadores

- Foram aplicadas as reduções remuneratórias previstas no art.º 20.º da Lei nº 64-B/2011, tendo-se atingido uma redução total de 2.119.059,28 euros;
- Não foram efetuados os pagamentos referentes ao subsídio de férias e subsídio de natal, nos termos do disposto no art.º 21.º da Lei nº 64-B/2011.

Aplicação do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

No âmbito da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., em cumprimento do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos membros do Conselho de Administração, bem como não há também lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

Contratação pública

Os procedimentos adotados pela Empresa, em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. Com a entrada em vigor do CCP a Empresa adotou a plataforma eletrónica de contratação Gatewit (ex Construlink) desde julho de 2010, dotando-se, assim, dos meios necessários, para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos mais recentes (2010 e 2011), relacionados com aquisições de bens e serviços, recorreu à realização de concursos públicos e limitados ou à consulta a diversas entidades. Exetuam-se destes procedimentos, cerca de 5 adjudicações efetuadas por ajuste direto com consulta a uma só entidade, mas cujos valores envolvidos não se encontram abrangidos pelos limiares comunitários.

Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públícas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela Empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

Assim, até à data foram realizadas, via ANCP, a aquisição de economato e a aquisição de consumíveis de impressão por se mostrar adequado e vantajoso.

Em 2012 a CP recorreu aos acordos de vigilância e segurança e *renting* de viaturas.

Parque de veículos do Estado

A CP aderiu voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e apesar de ter feito as últimas contratação de veículos em *renting* através de tal sistema, não se encontra vinculada ao chamado parque de veículos do Estado.

Princípio da Igualdade do Género

A CP não faz discriminação no acesso às diversas categorias profissionais, constituindo aliás valores fundamentais da Empresa a qualidade do trabalho, a produtividade, a igualdade no tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, a não discriminação e a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, os quais se encontram expressos, nomeadamente, no respetivo Código de Ética.

Plano de redução de custos

O ponto 5 – Plano de Redução de Custos Operacionais – do Ofício-Circular n.º 82 de 6 de janeiro de 2012 da DGTF relativo às instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2012, estipulava que as empresas com EBITDA positivo deveriam assegurar a redução do peso dos CMVMC + FSE + Custos com pessoal (sem indemnizações) no volume de negócios.

Em cumprimento com o solicitado, a CP obteve em 2012 um EBITDA positivo, melhor que o registado no ano anterior, e uma redução face a 2011 do peso dos referidos gastos no volume de negócios, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Indicadores Financeiros (10 ³ €)	2012	2011	2012-2011	2012/2011
Vendas e serviços prestados	236.410	238.256	-1.846	-0,8%
Custo mercad. vendidas e matér. consumidas	9.284	11.441	-2.156	-18,8%
Fornecimentos e serviços externos	165.581	163.269	2.312	1,4%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	80.425	92.549	-12.124	-13,1%
CMVMC+FSE+Pessoal	255.290	267.258	-11.968	-4,5%
Taxa de Cobertura	92,6%	89,1%	3,5 p.p.	

A melhoria da taxa de cobertura, atendendo à ligeira redução dos proveitos de tráfego, já abordada anteriormente neste relatório, decorreu essencialmente da redução dos gastos, com especial ênfase para a diminuição dos gastos com o pessoal, na sequência do decréscimo do efetivo a cargo e das reduções salariais decretadas.

A diminuição dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2,2 milhões de euros resultou por sua vez, de uma maior racionalização da oferta de serviços e da transferência para a CP Carga dos depósitos de combustível para tração estritamente afetos à atividade daquela empresa, que permitiu compensar as variações de preço ocorridas.

Apesar do esforço de contenção de gastos desenvolvido pela Empresa com impacto na maioria das rubricas, o crescimento global dos fornecimentos e serviços externos é justificado essencialmente pelos aumentos de gastos suportados com a infraestrutura ferroviária (+10,1 milhões de euros) e eletricidade para a tração (+2,8 milhões de euros). No caso específico dos gastos com a infraestrutura, o novo regime de tarifação para a rede ferroviária nacional emanado pela Unidade de Regulação Ferroviária representou um significativo acréscimo de encargos com a taxa de utilização de infraestrutura (+13,5 milhões de euros), parcialmente compensado pela redução de gastos com utilização de estações e apeadeiros (-2,3 milhões de euros) e informação ao público (-0,5 milhões de euros), que passaram a estar incluídos na taxa de utilização de infraestrutura. O aumento dos gastos com a eletricidade para tração é justificado pelos aumentos tarifários ocorridos em 2011 e 2012 e pelo facto da CP ter deixado de beneficiar de desconto de interruptibilidade desde agosto de 2011.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

De acordo com o Ofício-Circular n.º 82 de 6 de Janeiro de 2012 da DGTF relativo às instruções sobre a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para 2012, as empresas do sector empresarial do Estado deveriam tomar em consideração as orientações constantes do Relatório do Orçamento de Estado para 2012, do Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 e do Memorando de Entendimento no que se refere à redução do número de efetivos e cargos de direção.

Em conformidade com o disposto, a CP reduziu em 2012, comparativamente com o ano de 2010 10% do efetivos e de 25% dos cargos dirigentes.

Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos) a cargo	3212	2957	2894
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	6	6	6
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	48	43	36
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	3158	2908	2852

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Após a publicação da Lei n.º 55-A/2010 a CP considerou que o Regime de Tesouraria do Estado, criado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 junho, com redação atualizada através da Lei n.º39-A/2005, lhe passava a ser aplicável.

No entanto, perante as dificuldades derivadas do desajustamento do regime à atividade da Empresa, solicitou ao Senhor Ministro das Finanças, autorização para que a movimentação das contas bancárias permanecesse no quadro do relacionamento bancário necessário ao apoio financeiro da Empresa e ao normal desenvolvimento da exploração dos serviços, sem prejuízo de se providenciar o aumento significativo de movimentos através do IGCP e a aplicação de todas as disponibilidades mobilizáveis na respetiva conta.

Embora não tenha obtido resposta ao solicitado, a CP passou a depositar tais verbas na IGCP, tendo o número de movimentos da conta do IGCP aumentado significativamente, quer a nível de recebimentos quer de pagamentos.

Não têm sido feitas quaisquer aplicações financeiras, por insuficiência de fundos, mas os valores disponíveis no curto prazo são mantidos na conta do IGCP. Como se referiu, a movimentação de contas bancárias junto da banca nacional mantém-se quer pela necessidade de continuar a recorrer ao seu apoio financeiro, quer também pela impossibilidade de alguns pagamentos e

recebimentos serem efetuados via conta do IGCP, dada a indisponibilidade das funcionalidades operacionais equivalentes às oferecidas pela rede de balcões bancários comerciais.

Análise Económica e Financeira

Síntese de resultados

Evolução da conta de exploração

As demonstrações financeiras são apresentadas adiante de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística em vigor. Para efeitos de análise de gestão construímos o quadro seguinte que ilustra, de forma mais adequada o desempenho da Empresa.

RENDIMENTOS E GASTOS	(valores em m€)	PERIODOS		Variação 2012/2011	
		REAL 31-12-2012	REAL 31-12-2011	Valor	%
Vendas e serviços prestados		236.410	238.256	-1.846	-1%
Subsídios à exploração		35.362	36.761	-1.398	-4%
Outros rendimentos e ganhos		34.818	35.563	-746	-2%
Subtotal Rendimentos		306.590	310.580	-3.990	-1%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-9.284	-11.441	2.156	19%
Fornecimentos e serviços externos		-165.581	-163.269	-2.312	-1%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)		-80.425	-92.549	12.124	13%
Outros gastos e perdas ^(a)		-5.690	-3.880	-1.810	-47%
Subtotal Gastos		-260.980	-271.139	10.158	4%
EBITDA (antes de Rescisões, Participadas e Justo valor)		45.610	39.441	6.169	16%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-73.309	-84.761	11.452	14%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-15	-967	952	98%
Resultado Operacional (antes de Rescisões, Participadas, Justo valor, Provisões e Imparidades)		-27.714	-46.286	18.572	40%

(a) Transferiram-se para efeitos de análise de gestão 3 milhões de euros relativos a regularizações de dívidas incobráveis e 7,2 milhões de euros decorrentes da regularização da dívida do MDN de "Outros Gastos Operacionais" para "Imparidades de Dívidas a Receber".

No decurso do ano de 2012 verificou-se uma melhoria expressiva do EBITDA, antes de rescisões, do reconhecimento dos resultados das participadas e do impacto de ajustamentos resultantes de variações do justo valor de derivados financeiros, em 16%.

Esta melhoria decorreu da forte redução dos gastos relacionados com a operação, que diminuíram em 10,2 milhões de euros, que mais que compensou a evolução desfavorável dos rendimentos.

A diminuição dos rendimentos e, em especial dos relacionados com o transporte de passageiros, resultou conforme analisámos anteriormente da conjugação de diferentes fatores que conduziram à redução da procura.

Ao nível da despesa é de realçar a forte redução dos gastos com pessoal em resultado da redução de efetivos, dos cortes salariais decretados pela Lei do Orçamento de Estado e também da diminuição significativa do trabalho extraordinário.

No que respeita aos fornecimentos e serviços externos verificou-se um aumento dos gastos que decorreu essencialmente da significativa subida dos encargos relacionados com a utilização da infraestrutura ferroviária, que apresentou um aumento de 10,1 milhões de euros face ao ano anterior, e da forte subida dos preços da energia, que conduziram a um aumento dos gastos com eletricidade para tração em 2012 de 2,8 milhões de euros.

De um modo geral as restantes rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentaram fortes diminuições face aos encargos suportados no ano anterior, que resultaram de esforços acrescidos na renegociação generalizada dos contratos de fornecimentos de serviços e na rationalização de recursos.

Os restantes gastos apresentam um aumento que resulta, no entanto, fundamentalmente de correções de exercícios anteriores.

As depreciações apresentam também uma quebra significativa face ao ano anterior em resultado quer da diminuição do investimento, quer dos esforços no sentido da alienação de material não necessário à atividade comercial e do reconhecimento de imparidades em resultado da desafetação do material da atividade comercial.

Em virtude destas melhorias, o resultado operacional, antes de rescisões, imparidades, provisões, resultados afetos a empresas participadas e impacto de ajustamentos resultantes de variações do justo valor, apesar de ainda negativo em 27.7 milhões de euros, melhorou em 40% face ao ano anterior.

Também o resultado líquido da CP apresenta uma melhoria significativa face a 2012 que decorre do efeito conjugado da melhoria dos resultados das empresas participadas e da reversão da imparidade da dívida de transporte do MDN, conforme quadro abaixo.

(a) Transferiram-se para efeitos de análise de gestão 3 milhões de euros relativos a regularizações de dívidas incobráveis e 7,2 milhões de euros decorrentes da regularização da dívida do MDN de "Outros Gastos Operacionais" para "Imparidades de Dívidas a Receber".

De referir, no entanto, com impacto desfavorável no resultado líquido, o agravamento dos resultados financeiros face ao ano anterior e a necessidade de reforço das imparidades dos ativos detidos para venda em resultado da evolução do mercado.

Evolução das principais rubricas do balanço

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação €	Variação %
	31-12-2012	31-12-2011 (REEXPRESS)		
ACTIVO				
Activo Não Corrente	957.455	969.412	-11.957	-1%
Activo Corrente	101.502	183.305	-81.803	-45%
Total do Activo	1.058.957	1.152.717	-93.760	-8%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio	-2.996.054	-2.759.276	-236.778	-9%
Resultado Líquido do período	-223.589	-289.047	65.457	23%
Total do Capital Próprio	-2.996.054	-2.759.276	-236.778	-9%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	2.259.240	2.438.416	-179.177	-7%
Passivo Corrente	1.795.772	1.473.577	322.194	22%
Total do Passivo	4.055.011	3.911.994	143.017	4%
Total do Capital Próprio + Passivo	1.058.957	1.152.717	-93.760	-8%

Durante o ano de 2012, o ativo da CP diminuiu 93,8 milhões de euros sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 67,3 milhões de euros em resultado das depreciações destes ativos, apenas parcialmente compensadas pelo investimento realizado, que ascendeu a 17,3 milhões de euros e respeita essencialmente a intervenções efetuadas em material circulante (grandes reparações R2 e R3 e outras modificações), bem como a aquisição de peças de parque e de equipamento no âmbito do projeto Bilhética Sem Contacto;
- Diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários em 25,5 milhões de euros;
- Aumento do valor de participações financeiras em resultado da

constituição de novo contrato de empréstimo à EMEF no valor de 5,5 milhões de euros, da conversão de dívida comercial da CP Carga em empréstimo 43,9 milhões de euros e do reconhecimento do lucro imputável à CP nos resultados estimados da EMEF (6,3 milhões de euros) e da SAROS (90 mil euros);

- O saldo de clientes e de outras contas a receber apresenta uma diminuição de 40,3 milhões de euros (valor inclui imparidades), em resultado fundamentalmente da conversão da dívida da CP Carga em empréstimo. A dívida bruta dos principais clientes e outros devedores totaliza 25,8 milhões de euros, conforme segue:

Principais Dívidas a Receber (Clientes e Outros Devedores)	Dez-12	Dez-11	(valores em m€)	
			Variação Dez 12 - Dez 11	
CP CARGA-LOGÍSTICA E TRANSPORTES FERROVIÁRIOS DE MERCADORIAS	8.105	41.719	-33.614	
MINIST. DEFESA NACIONAL		36.215	-36.215	
MINIST.PLANIF.FEDERAL, INVERSION PÚBLICA, SERV. GOB.NAC. ARG	4.577	4.869	-292	
REDE FERROVIARIA NACIONAL-REFER,EPE DIR.ECONOMIA FINANÇAS-CE	8.439	4.269	4.170	
SEC.GERAL DO MIN.OBRAS PÚBL.TRANSF. E COMUNICAÇÕES		2.686	-2.686	
METROPOLITANO LIGEIRO MIRANDELA SA	1.661	987	674	
TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS PORTO	329	610	-281	
IMTT-INST.MOB.TRANSF.TERRESTRES,IP	50	518	-468	
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. SA	10.941	476	10.465	
POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA	74	464	-390	
RENFE Operadora Red Nac. de los Ferrocarr. Españoles		368	-368	
OTLIS	62	260	-198	
METRO DO MONDEGO, SA	279	234	45	
COMPANHIA CARRIS FERRO LISBOA	187	198	-11	
FERNAVE, SA	20	189	-169	
RASO - VIAGENS E TURISMO	62	110	-48	
DIR-GERAL ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	78	93	-15	
SIBS		18	-18	
TOP ATLÂNTICO	4	14	-10	
	Sub-total	34.870	94.294	-59.424
OUTROS DEVEDORES		-9.090	5.864	-14.954
	Total	25.780	100.158	-74.378
	Sub-total / Total	135,26%	94,15%	

O total do passivo registou um incremento de 143 milhões de euros durante o ano de 2012, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Reforço das provisões evidenciando a responsabilidade nas contas da CP do impacto negativo dos prejuízos acumulados das empresas participadas com capital próprio negativo (19,7 milhões de euros), bem como a eventual responsabilidade que pode resultar para a CP de processos em curso em tribunais (10,8 milhões de euros);
- Aumento dos financiamentos obtidos, incluindo descobertos bancários contabilísticos, no valor de 114,7 milhões de euros;
- Aumento do valor dos acréscimos de gastos relacionados com a taxa de utilização da infraestrutura em 13,4 milhões de euros;
- Variação negativa do justo valor dos derivados em 15,6 milhões de euros. De referir que ao nível do ativo se registou uma variação do justo valor de derivados no mesmo período de -19,4 milhões de euros.

Investimentos

A CP realizou um total de 17,3 milhões de euros em investimentos no ano de 2012.

	2012
milhares de €	
Material Circulante	15.115
Instalações Fixas	52
Equipamentos Comerciais	1.678
Outros Investimentos	467
TOTAL	17.312

O investimento em material circulante é, naturalmente, aquele com maior importância no montante anual (87%). Neste, são as "Grandes Reparações R2+R3" (11,2 milhões de euros) e a "Modernização de Alfa Pendulares (CPA)" (2,8 milhões de euros) os projetos com maior representatividade.

O projeto de "Modernização de CPA" diz respeito à intervenção de meio de vida útil deste material circulante, que se iniciou em 2011 e se prevê prosseguir nos próximos anos. Esta intervenção é relevante para assegurar a manutenção da segurança e do conforto deste material que é utilizado na prestação do serviço Alfa, serviço *premium* da CP.

O investimento relativo a "Grandes Reparações R2+R3", faz parte do processo periódico de manutenção de material circulante de modo a preservar as condições máximas de segurança, conforto e funcionamento.

Os investimentos em equipamentos comerciais, que incluem o projeto "Controlo de Acessos nas Estações da CP Lisboa – 2.ª fase", representam 10% do total da execução anual.

O projeto de "Controlo de Acessos nas Estações da CP Lisboa – 2.ª fase" iniciou-se em 2011 e tinha como objetivo a instalação de *gates* de acesso às mais importantes estações desta unidade de negócios. Esta 2.ª fase permitiu, com a instalação de *gates* em nove estações da linha de Sintra, concluir o seu fecho. Ainda possibilitou o fecho de mais três estações da linha de Cascais.

As fontes de cofinanciamento que a CP dispõe e que em 2012 totalizaram 2,1 milhões de euros são o PIDDAC, por parte do Estado Português, e o QREN, por parte da UE. O financiamento do restante montante de investimento foi realizado através de meios próprios.

	Co-financiamento (mil €)	2012
PIDDAC	1.925	
Alteração Velocidade Máxima 45 Carruagens Modernizadas	131	
Beneficiação de UDD's 450	219	
Modernização de Automotoras 3500	1.575	
QREN	228	
Projecto START	228	
Auto-Financiamento	15.159	

Factos relevantes após o termo do exercício

Salientam-se os seguintes factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

- Ocorrência do acidente ferroviário em Alfarelhos;
- Ocorrência de acidentes ferroviários na linha de Cascais.

Não se encontram ainda identificadas as causas dos acidentes e responsabilidades decorrentes dos mesmos.

Proposta aplicação de resultados

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do exercício, défice de 223.589.401 euros, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 21 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Vice-presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal (1): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Vogal (2): Dr.^ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal (3): Dr.^ª Madalena Paixão de Sousa

Declaração de Conformidade

[nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários]

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (Empresa), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Lisboa, 21 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Vice-presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal (1): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Vogal (2): Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal (3): Dr.^a Madalena Paixão de Sousa

Demonstrações Financeiras e Anexos Individuais

Balanço individual em 31 de dezembro de 2012

	RUBRICAS	NOTAS	Valores em Euros	
			31-12-2012	31-12-2011 Reexpresso
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		6	863.478.876	930.818.803
Ativos intangíveis		7	190.242	719.679
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		9	65.967.283	10.055.415
Participações financeiras - outros métodos		10	27.818.515	27.818.515
			957.454.916	969.412.412
Ativo corrente				
Inventários		13	5.025.461	5.539.917
Clientes		14	3.816.795	4.055.704
Adiantamentos a fornecedores		15	133.790	1.296.720
Estado e outros entes públicos		16	9.405.936	6.788.751
Acionistas/sócios		11	1.388.313	1.167.426
Outras contas a receber		17	26.996.316	67.101.340
Diferimentos		18	9.744.659	10.918.143
Ativos financeiros detidos para negociação		19	26	19.392.661
Ativos não correntes detidos para venda		8, 20	34.865.245	31.410.452
Caixa e depósitos bancários		4	10.125.619	35.633.894
			101.502.160	183.305.006
	Total do ativo		1.058.957.076	1.152.717.418
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado		21	1.995.317.000	1.995.317.000
Reservas legais		24	24.703	24.703
Outras reservas		25	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados		26	(5.041.155.378)	(4.752.108.816)
Ajustamentos em activos financeiros		27	(1.677.569)	(1.677.569)
Outras variações no capital próprio		28	273.720.024	286.908.360
Resultado líquido do período			(223.589.401)	(289.046.560)
	Total do capital próprio		(2.996.053.971)	(2.759.276.232)
PASSIVO				
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		29	96.873.294	66.280.735
Financiamentos obtidos		30	2.162.325.672	2.372.094.913
Outras contas a pagar		31	40.563	40.563
			2.259.239.529	2.438.416.211
Passivo corrente				
Fornecedores		32	64.466.015	62.325.161
Adiantamentos de clientes			544.869	643.830
Estado e outros entes públicos		16	2.477.961	2.740.712
Acionistas/sócios		11		3.100.583
Financiamentos obtidos		30	1.474.737.548	1.150.299.011
Outras contas a pagar		31	112.398.030	96.303.064
Diferimentos		18	5.965.870	7.358.921
Passivos financeiros detidos para negociação		33	135.181.225	150.806.157
	Total do passivo		1.795.771.518	1.473.577.439
	Total do capital próprio e do passivo		1.058.957.076	1.152.717.418

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto DiasVogal - Dr.^a Madalena Paixão de Sousa

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2012

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2012	31-12-2011
Vendas e serviços prestados	34	236.409.925	238.255.936
Subsídios à exploração	35	35.362.481	36.760.737
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	36	6.414.568	(1.470.019)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	37	(9.284.408)	(11.440.560)
Fornecimentos e serviços externos	38	(165.580.922)	(163.269.005)
Gastos com o pessoal	39	(83.530.337)	(108.072.860)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		(59.749)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14, 17	38.828.295	(2.653.584)
Provisões (aumentos/reduções)	29	(30.592.559)	(31.736.682)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9, 40	(6.898.508)	(2.258.279)
Outros rendimentos e ganhos	41	34.817.546	35.563.231
Outros gastos e perdas	42	(15.893.793)	(3.879.972)
Resultado antes de Justo valor, depreciações, gastos de financiamento e impostos		39.992.539	(14.201.059)
Aumentos/reduções de justo valor	43	(3.767.729)	(12.608.394)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36.224.810	(26.809.453)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7, 44	(73.309.235)	(84.760.995)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	45	(14.576)	(966.644)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(37.099.001)	(112.537.092)
Juros e rendimentos similares obtidos	46	8.766.461	11.891.063
Juros e gastos similares suportados	47	(194.971.066)	(188.063.400)
Resultado antes de impostos		(223.303.606)	(288.709.429)
Imposto sobre o rendimento do período	12, 16	(285.795)	(337.131)
Resultado líquido do período		(223.589.401)	(289.046.560)

Técnico Oficial de Contas - Drª Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Drª Madalena Paixão de Sousa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2012

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2012

	(Valores em euros)	
	PERÍODOS	
	2012	2011
Vendas e serviços prestados	271.209.925	274.255.936
Custo das vendas e dos serviços prestados	(273.040.121)	(281.924.609)
Resultado bruto	(1.830.196)	(7.668.673)
Outros rendimentos	83.177.107	43.008.891
Gastos de distribuição	(20.857.548)	(27.064.170)
Gastos administrativos	(37.807.234)	(58.554.643)
Outros gastos	(59.781.131)	(62.258.497)
Resultado operacional <u>(antes de gastos de financiamento e impostos)</u>	(37.099.002)	(112.537.092)
Gastos de financiamento (líquidos)	(186.204.604)	(176.172.337)
Resultados antes de impostos	(223.303.606)	(288.709.429)
Imposto sobre o rendimento do período	(285.795)	(337.131)
Resultado líquido do período	(223.589.401)	(289.046.560)
Resultado das atividades descontinuadas	-	-

Técnico Oficial de Contas - Drª Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Drª Madalena Paixão de Sousa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2011

(valores em euro)

DESCRICAÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		
Posição no inicio do periodo de 2011	1	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.550.197.307)	(1.677.569)	-	299.018.972	(201.640.824)	-2457848375
Alterações no periodo													
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de politicas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	-	(12.110.612)	201.640.824	(12.381.297)
Resultado líquido do periodo	3	-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	-	(12.110.612)	201.640.824	-12381297
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	-	(12.110.612)	(289.046.560)	(289.046.560)
Operações com detentores de capital no periodo													
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do periodo de 2011	= 1+2+3+5	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.752.108.816)	(1.677.569)	-	286.908.360	(289.046.560)	(2.759.276.232)

Técnico Oficial de Contas - Drª Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Drª Madalena Paixão de Sousa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2012

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										(valores em euro)	
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		
Posição no início do período de 2012	1	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.752.108.816)	(1.677.569)	-	286.908.360	(289.046.560)	(2.759.276.232)
Alterações no período													
Primeira adopção do novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	-	-	(289.046.562)	-	-	(13.188.336)	289.046.560	(13.188.338)
Resultado líquido do período	3							(289.046.562)	-	-	(13.188.336)	289.046.560	(13.188.338)
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(289.046.562)	-	-	(13.188.336)	65.457.159	(236.777.739)
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições						0	-	0	-	0	-	0	0
Entradas para cobertura de perdas						-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações						-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2012	5	6 = 1+2+3+5	1.995.317.000	-	-	24.703	1.306.650	(5.041.155.378)	(1.677.569)	-	273.720.024	(223.589.401)	(2.996.053.971)

Técnico Oficial de Contas - Drª Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Drª Madalena Paixão de Sousa

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2012		(valores em euros)	
RUBRICAS		31-12-2012	31-12-2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		303.289.612	274.204.845
Pagamentos a fornecedores		-191.163.389	-182.513.998
Pagamentos ao pessoal		-82.179.055	-108.890.855
	Caixa gerada pelas operações	29.947.168	-17.200.008
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-240.089	6.415
Outros recebimentos/pagamentos		39.270.101	24.835.841
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	68.977.180	7.642.248
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-20.884.425	-14.423.343
Ativos intangíveis		0	0
Investimentos financeiros		-7.740.705	-2.779.325
Outros ativos		0	0
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		22.356	332.748
Ativos intangíveis		0	0
Investimentos financeiros		769.944	240.000
Outros ativos		0	0
Subsídios ao investimento		1.976.726	2.012.452
Juros e rendimentos similares		776.413	374.829
Dividendos		49.311	60.584
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-25.030.380	-14.182.055
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.065.030.509	808.759.292
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0	0
Cobertura de prejuízos		0	0
Doações		0	0
Outras operações de financiamento		12.595.025	18.517.306
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-874.425.200	-693.181.473
Juros e gastos similares		-196.718.715	-184.081.965
Dividendos		0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0	0
Outras operações de financiamento		0	0
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	6.481.619	-49.986.840
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		50.428.419	-56.526.647
Efeito das diferenças de câmbio		-681	-8.700
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		-46.869.917	9.665.429
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		3.557.821	-46.869.917

Técnico Oficial de Contas - Drª Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dra. Madalena Paixão de Sousa

Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, nº 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

Até à publicação do citado Decreto-Lei n.º 137-A/2009, a CP, que detinha a natureza de empresa pública (E.P.) regia-se pelos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 109/77 de 25 de março.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, tendo passado a ser realizado pela sua associada CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é por si integralmente detido.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à Tutela sectorial e financeira, dos Ministérios da Economia e do Emprego e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP está sujeita a obrigações de serviço público que são objeto de compensação do Estado. A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do Grupo apresentados na nota 50.

Separação de sectores – Infraestrutura

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infraestrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º270/2003 de 28 de outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o diretório da rede 2012, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, e estacionamento de material circulante. Ainda que a REFER não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política

da REFER prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/2003, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Separação de sectores – Transportes

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, nº112 de 12 de junho de 2009), o Decreto-Lei nº137-A/2009 que aprova o regime jurídico aplicável à CP – Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e autoriza a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei nº109/77 de 25 de março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

● Separação de sectores – Autonomização da atividade de transporte ferroviário de mercadorias

A autonomização da atividade do transporte de mercadorias é prevista no Decreto-Lei nº 137-A/2009 (artigos 9º e 10º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial é integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objeto é a atividade de transporte ferroviário de mercadorias, adotando a denominação de CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. A autonomização daquela área de atividade opera-se por cisão, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007 de 23 de agosto.

Respeitando as orientações constantes do Despacho nº 9541/2008, de 14 de março, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 65, de 2 de abril de 2008, foi constituída em 31 de julho de 2009 a empresa CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Regime de concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei nº 38426 de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei nº 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da Empresa através do Decreto-Lei nº 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da Empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecida a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos-de-ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à Empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos Comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento Comunitário n.º1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, e o Decreto-Lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

Contrato de serviço público

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o

Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei nº558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº300/2007 de 23 de agosto.

O Decreto – Lei 137-A/2009 veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011 a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, estando em curso o processo para a celebração do novo contrato.

Com a celebração dos novos contratos o Estado pretende dar cumprimento cabal ao compromisso assumido nos Memorandos de Entendimento firmados pelo Governo Português com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no sentido de rever o nível de serviço público prestado pelas empresas públicas.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indemnizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado, e o seu não pagamento causaria uma incapacidade de cobrir esses custos, gerando uma rutura de tesouraria na Empresa.

As indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2012, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º53 de maio de 2012, publicada em Diário da República, 1ªsérie, n.º118 de 20 de junho de 2012.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 21 de fevereiro de 2013, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfazem as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das

demonstrações financeiras da comprehensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2011.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores comparativos

A Empresa procedeu retrospectivamente à correção de apresentação de rubricas das demonstrações financeiras, tal como previsto na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”.

Assim, efetuou a reexpressão, para efeitos comparativos, das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2011, com a transferência do

saldo das ações subscritas e não realizadas da Eurofima, no valor de 34.221.784 euros, da rubrica de outras contas a pagar do passivo não corrente do balanço, para a mesma rubrica mas do passivo corrente.

Principais políticas contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência

histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota "Juízos de valor", na nota "Principais pressupostos relativos ao futuro" e na nota "Principais fontes de incerteza das estimativas".

Políticas contabilísticas relevantes

● Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Ativos fixos tangíveis do Estado afeto às operações da CP e subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da Empresa. Estes ativos são de interesse público e quando não se encontram afetos à atividade operacional da Empresa são restituídos ao Estado. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações pluriannuals imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento

- forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é despreconhecida;
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis é da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descriativo do bem	Anos
Edifícios e outras construções - Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções - CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 10
<i>Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:</i>	
- Componente Principal	17 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
<i>Carruagens de passageiros:</i>	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
<i>Equipamento de transporte</i>	
<i>Equipamento administrativo e utensílios</i>	
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 18
	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2 %, conforme o Decreto Regulamentar 25 / 2009 de 14 de setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando

todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida

uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

● Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela Empresa para os ativos fixos tangíveis.

● Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do *software* para utilização.

Encontram-se registados ao custo de aquisição, são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

● **Investimentos financeiros em subsidiárias e associadas**

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela Empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra. Sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento não sendo amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da Empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da Empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. É considerado ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

● Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação

registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas (IMF – Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de cobertura

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pela entidade. Para a qualificação da contabilização da cobertura, a CP deve garantir o cumprimento de todas as seguintes condições:

- Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efetuada a cobertura com o instrumento de cobertura;
- O risco a cobrir seja um dos riscos estabelecidos nos parágrafos seguintes (cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial ou risco de preço); e

- Espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa ("cobertura de justo valor") são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso.

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais

próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pela Empresa visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da NCFR 27, explicitados acima, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

● Outros ativos/passivos financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros:

- À vista ou tenha uma maturidade definida;
- Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.

- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:

- Não possam ser liquidados em base líquida;
- Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
- A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

- Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do

exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

● **Entidades conjuntamente controladas**

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a Empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do

empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

● **Inventários**

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

● **Contas a receber de clientes e outros devedores**

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida dos resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

● Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

● Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;

- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

● Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A CP também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos

são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

● Transações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

● Reconhecimento do crédito

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinando a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à Empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios dos agentes económicos privados e de,

gradualmente às equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes. Neste sentido a CP recebe anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

● Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar (devedores e credores por empréstimos) e da rubrica de diferimentos.

● Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

A Empresa, por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 julho, estava obrigada, até 31 de dezembro de 1999, a pagar pensões de acidentes de trabalho vitalícias em resultado de acidentes ocorridos até àquela data.

Esta responsabilidade é calculada com base em pressupostos atuariais, uma vez que a CP é obrigada a pagar rendas vitalícias a estes ex-funcionários. Assim, o passivo é reconhecido no balanço, através de uma provisão para indemnizações com base no valor presente da obrigação das rendas vitalícias à data do balanço, deduzido do justo valor dos eventuais ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e custo de serviços passados. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes (BPI Pensões).

● Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

● Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 12.

● Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando existe:

- Uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas

demonstrações, a menos que a possibilidade de uma exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

● Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 7 de fevereiro de 2013, data em que foram aprovadas pelo órgão de gestão conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 52.

Juízos de valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas da CP e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras é a seguinte:

- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa

descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash flows* descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa, é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a melhoria significativa dos resultados da CP e das empresas do Grupo, que se traduziu num EBITDA positivo para a CP e algumas empresas do Grupo já em 2012. Considera-se, pois, que os fatores de sustentabilidade futura melhoraram;

- O Estado tem garantido todo o seu apoio à Empresa, quer avalizando diretamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade;
- A CP apresenta os meios financeiros para fazer face às necessidades de tesouraria estimadas da CP e das suas participadas, para o próximo período de 12 meses, considerando as maturidades de dívida e saldos a pagar à data do balanço, ajustado de eventos subsequentes divulgados, as atuais expectativas de taxas de juro e o plano de investimento e operação da Empresa;
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar 112 milhões de passageiros ano, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e

circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou

construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Com base na avaliação atuarial das responsabilidades da Empresa em 31 de dezembro, foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com as pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Fluxo de caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

dezembro daquele ano das indemnizações compensatórias referentes a 2011. As indemnizações compensatórias referentes ao ano de 2012 foram recebidas mais cedo, pelo que o saldo do IGCP já não reflete aquele recebimento.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Caixa	284.432	265.511
Depósitos bancários	9.841.187	35.368.382
Total	10.125.619	35.633.894
Descobertos Bancários	-6.567.797	-82.503.811
Total	3.557.821	-46.869.917

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de depósitos bancários apresenta um saldo pouco significativo face a 2011 em virtude do recebimento em 30 de

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Caixa		
Caixa Central	885	393
Caixa Pequena	2.600	2.600
FFC Tesouraria	1.650	1.650
Caixa Estações	279.297	260.869
Total	284.432	265.511
Depósitos à ordem		
Banco Barclays	793	297
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	228.730	230.526
Banco Espírito Santo	0	229
Banco Português de Investimento	1.449.039	1.746.922
Banco Português de Negócios	57	19
Banco Santander	1.016.541	41.080
BNP Paribas	75	88
Caixa Geral de Depósitos	104.894	13.664
Caja Madrid	0	103
Citibank	0	656
Crédito Agrícola	0	0
Deutsche Bank	556	717
Inst. Gestão Crédito Público	7.036.035	33.331.291
Millennium BCP	3.195	1.354
Montepio	1.272	1.438
Total	9.841.187	35.368.382
Descobertos Bancários		
Banco Português de Investimento	-1.591.405	-3.023.572
Banco Santander	0	-74.581.610
Millennium BCP	-4.976.392	-4.898.629
Total	-6.567.797	-82.503.811

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)

Nada a referir.

Ativos fixos tangíveis (nota 6)

No final do ano 2012 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

	31-12-2012	31-12-2011	(valores em euros)
Valor Bruto:			
Terrenos e recursos naturais	26.256.870	27.239.502	
Edifícios e outras construções	98.194.117	95.070.649	
Equipamento básico	1.552.972.959	1.630.826.627	
Equipamento de transporte	1.767.518	1.782.873	
Equipamento administrativo	19.465.877	18.936.124	
Equipamentos biológicos	-	-	
Outros activos fixos tangíveis	61.977.517	61.826.394	
Investimentos em curso	6.980.570	3.741.875	
Adiantamentos por conta de investimentos	2.230.438	10.614.526	
	1.769.845.866	1.850.038.570	
Depreciação acumulada e imparidade			
Depreciação do período	72.779.798	84.271.190	
Depreciação acumulada de períodos anteriores	832.515.592	833.891.146	
Perdas por imparidade do período	14.576	-3.737.266	
Perdas por imparidade de períodos anteriores	1.057.024	4.794.696	
	906.366.990	919.219.766	
Valor líquido contabilístico	863.478.876	930.818.803	

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2012 são resumidos no quadro seguinte:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Abates	Transferencias	Outras regularizações	(valores em euros)
Valor bruto:									
Terrenos e recursos naturais	27.239.502				(982.632)				26.256.870
Edifícios e outras construções	95.070.649				(771.975)	(646.103)	4.541.546		98.194.117
Equipamento básico	1.630.826.627	4.174		(756.534)	(51.259.132)	(19.656.807)	15.089.474	(21.274.842)	1.552.972.959
Equipamento de transporte	1.782.873	225		(52.918)		(16.947)	54.285		1.767.518
Equipamento administrativo	18.936.124	28.959		(21.409)		(430.621)	952.825		19.465.877
Equipamentos biológicos	-								-
Outros activos fixos tangíveis	61.826.394	233.076		(15.299)		(134.555)	67.900		61.977.517
Investimentos em curso	3.741.875	17.008.240					(13.769.545)		6.980.570
Adiantamentos por conta de investimentos	10.614.526	37.345					(6.936.485)	(1.484.949)	2.230.437
	-	1.850.038.570	17.312.019	-	(846.160)	(53.013.739)	(20.885.033)	0	(22.759.791)
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	32.254.691	2.816.965			(160.375)	(489.369)			34.421.912
Equipamento básico	834.088.561	66.194.728		(694.616)	(42.854.483)	(19.536.424)		(21.274.842)	815.922.924
Equipamento de transporte	1.576.802	49.324		(52.917)		(16.947)			1.556.262
Equipamento administrativo	17.218.215	987.100		(9.994)		(424.641)			17.770.680
Equipamentos biológicos	-								-
Outros activos fixos tangíveis	33.024.067	2.731.681		(701)		(131.435)			35.623.612
Act Fix Tang-Perdas Impar Acum -Equipam Básico	1.057.431	14.576			(407)				1.071.600
	919.219.767	72.794.374		(758.228)	(43.015.265)	(20.598.816)		(21.274.842)	906.366.990
Total	930.818.803								863.478.876

A 31 de dezembro de 2012 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

Descrição do imóvel	(valores em euros)
Passivo	
Automotoras	275.307.941
Carruagens	4.723.097
Locomotivas	137.452.153
Total	417.483.191

Ativos intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis da CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos e licenciamento de utilização de sistemas não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente. Encontram-se classificados na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, conforme quadro abaixo:

	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Despesas de Investigação e desenvolvimento	1.702.892	2.087.121
Activos intangíveis em curso	-	-
	1.702.892	2.087.121
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	145.208	489.805
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.367.442	877.637
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	1.512.650	1.367.442
Valor líquido contabilístico	190.242	719.679

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2012 são analisados como segue:

Locações (nota 8)

A CP foi locatária até dia 30 de abril de 2012 de um prédio urbano no concelho de Vila Nova de Famalicão, que nesta data passou para a titularidade da Empresa. Em 2012 o ativo foi classificado como detido para venda, dado que é intenção da Empresa proceder à sua alienação.

Assim, à data de 31 de dezembro de 2012, o valor do ativo fixo tangível financiado por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Edif. e outras construções	0	0	0	104.648	6.895	97.753
	0	0	0	104.648	6.895	97.753

Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Tipo	31-12-2012			31-12-2011		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	11.373.345	0	11.373.345	2.393.413	0	2.393.413
EMEF, SA	Empréstimos	10.500.000	0	10.500.000	7.500.000	0	7.500.000
CP CARGA, SA	Empréstimos	43.930.280	0	43.930.280	0	0	0
FERGRÁFICA, SA	Investimento	0	0	0	0	0	0
FERGRÁFICA, SA	Empréstimos	1.074.834	-1.074.834	0	559.553	-559.553	0
SAROS, SA	Investimento	163.655	0	163.655	74.002	0	74.002
FERNAVE, SA	Investimento	2	0	2	0	0	0
FERNAVE, SA	Empréstimos	0	0	0	88.000	0	88.000
TIP, ACE	Investimento	0	0	0	0	0	0
ECOSAÚDE, SA	Investimento	1	0	1			
Total		67.042.117	-1.074.834	65.967.283	10.614.968	-559.553	10.055.415

Em 2012 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	9.893.413	5.655.017		6.324.914		21.873.345
CP CARGA, SA	0	43.930.280				43.930.280
FERGRÁFICA, SA	559.553	515.282				1.074.835
SAROS, SA	74.002			89.654		163.656
FERNAVE, SA	88.000	2			(88.000)	2
ECOSAÚDE, SA	0					-
Sub-total	10.614.968	50.100.581		6.414.568	(88.000)	67.042.117
Imparidade						
EMEF, SA	0					-
CP CARGA, SA	0					-
FERGRÁFICA, SA	-559.553	-515.282				-1.074.835
SAROS, SA	0					-
FERNAVE, SA	0					-
ECOSAÚDE, SA	0	1				1
Sub-total	-559.553	-515.281		-	-	-1.074.834
Total	10.055.415					65.967.283

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia, que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2012	48.724.158	37.350.813	11.373.345	64.886.843	6.306.705
CP CARGA, SA	100	31-12-2012	112.788.220	178.657.088	-65.868.868	64.534.012	-19.165.018
FERGRÁFICA, SA	100	31-12-2012	626.878	3.086.872	-2.459.994	634.481	450.918
SAROS, SA	100	31-12-2012	171.711	8.056	163.655	154.721	87.238
FERNAVE, SA	100	31-12-2012	3.771.745	4.686.874	-915.129	1.369.579	-1.190.515
ECOSAÚDE, SA	100	31-12-2012	1.297.442	1.340.030	-42.588	2.183.420	-45.087
TIP, ACE	33,3	31-12-2012	10.552.370	14.887.958	-4.335.588	5.616.754	-729.787

Participações financeiras – Outros métodos (nota 10)

A CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração de resultado se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Método	(valores em euros)						
		31-12-2012		31-12-2011		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
		Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade			
OTLIS, ACE	Custo de aquisição	47.118	-	47.118	207.119	-160.000	47.119	
MLM, SA	Custo de aquisição	12.721	-12.721	-	12.721	-12.721	0	
EMEF INTERNACIONAL	Custo de aquisição	2.500	-2.500	-	2.500	-2.500	0	
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249.399	-249.399	-	249.399	-249.399	0	
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3.595	-	3.595	3.595	-	3.595	
ICF	Custo de aquisição	382.269	-382.269	-	382.269	-382.269	0	
EUROFIMA	Custo de aquisição	27.760.679	-	27.760.679	27.760.679	-	27.760.679	
BCC	Custo de aquisição	1.460	-	1.460	1.460	-	1.460	
APOR	Custo de aquisição	5.000	-	5.000	5.000	-	5.000	
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2ª emissão	Custo de aquisição	-	-	504	-504	0		
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3ª emissão	Custo de aquisição	-	-	1.132	-1.132	0		
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	Custo de aquisição	-	-	5.038	-5.038	0		
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662	
		28.465.403	-646.888	27.818.515	28.632.077	-813.562	27.818.515	

Dada a impossibilidade de recuperar os valores das obrigações SONEFE e da Sociedade Hidro Revues a Empresa optou por, em 2012, eliminar estes ativos do seu balanço, bem como as respetivas imparidades reconhecidas.

O movimento destas participações financeiras em 2012 é analisado no quadro seguinte:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras	Saldo final
Valor bruto						
OTLIS, ACE	207.119				(160.000)	47.119
MLM, SA	12.721					12.721
EMEF INTERNACIONAL	2.500					2.500
METRO DO PORTO, SA	249.399					249.399
METRO-MONDEGO, SA	3.595					3.595
ICF	382.269					382.269
EUROFIMA	27.760.679					27.760.679
BCC	1.460					1.460
APOR	5.000					5.000
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2ª emissão	504				(504)	-
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3ª emissão	1.132				(1.132)	-
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	5.038				(5.038)	-
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662					662
	28.632.077	-	-		(166.674)	28.465.403
Imparidade						
OTLIS, ACE	(160.000)				160.000	-
MLM, SA	(12.721)					(12.721)
EMEF INTERNACIONAL	(2.500)					(2.500)
METRO DO PORTO, SA	(249.399)					(249.399)
ICF	(382.269)					(382.269)
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2ª emissão	(504)				504	-
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3ª emissão	(1.132)				1.132	-
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	(5.038)				5.038	-
Obrigações CONSOLIDADO 1942	(813.562)	-	-		166.674	(646.889)
Total	27.818.515					27.818.515

Acionistas/sócios (nota 11)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activo não corrente		
Resultados Atribuídos - Out. Empresas		
Outras Operações - Indemnizações Compensatórias	141.291	180.376
Outras Operações - Empresas do Grupo	995.777	935.805
Outras Operações - Outras Empresas Participadas	251.245	51.245
	1.388.313	1.167.426
Passivo não corrente		
Outras Operações - Empresas do Grupo		3.100.583
Perdas por Imparidade - Empresas do Grupo	-	3.100.583

As maiores variações da rubrica de acionistas estão relacionadas com a linha de crédito concedida à Ecosaúde em abril de 2012, no valor de 500.000 euros, e que no final do exercício 2012 ascendia a um montante em dívida de 200.000 euros registado no ativo corrente; do lado do passivo corrente, de referir a operação de recomposição de capitais da participada Fernave, através da constituição de prestações acessórias no valor de 3.200.000 euros, realizadas já no exercício de 2012.

Impostos sobre o rendimento (nota 12)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Nos mesmos termos, os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2010 e 2011 são reportáveis por um período de quatro anos e os prejuízos fiscais apurados a partir de 2012 têm um prazo de reporte de cinco anos.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados em períodos anteriores, por se entender que face às atuais condições de mercado e ao carácter social do seu negócio, não é expectável que a Empresa venha a pagar impostos sobre o rendimento nos próximos anos. Por este facto, entende a Empresa que não estão reunidas todas as condições para que esta situação seja considerada como passivo.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2012, no montante de 285.795,09 euros, única matéria tributável apurada no exercício.

Inventários (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2012 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Mercadorias	0	226.381
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.511.656	10.871.403
Produtos acabados e intermédios	0	0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
Reclassificação e regularização de inventários	0	0
Adiantamentos por conta de compras	0	1.704
	9.511.656	11.099.488
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	1.073.376	0
Imparidades de períodos anteriores	-5.559.571	-5.559.571
	-4.486.194	-5.559.571
Valor líquido contabilístico	5.025.461	5.539.917

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da Empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011 o critério base para a avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém.

Durante o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela Empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a depreciação das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste novo critério, mais adaptado à realidade da Empresa, foi reconhecido um reforço da perda por imparidade de 59.749 euros.

Em simultâneo, foi identificada a necessidade de efetuar um abate de inventários, dado que os mesmos já não tinham aplicabilidade em reparações do parque do material circulante, ou possibilidade de recuperar o seu valor pela venda. Dado que em anos anteriores já se tinha constituído uma imparidade para fazer face à impossibilidade de recuperar o valor destes inventários, foi agora a mesma utilizada pelo montante de 1.133.126 euros tal como identificado no quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-5.559.571	0	1.073.376	-4.486.194
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
	-5.559.571	0	1.073.376	-4.486.194

Clientes (nota 14)

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	3.425.141	2.879.102
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas	328.930	606.796
Empreendimentos conjuntos	-13.318	353.164
Outras partes relacionadas	76.042	216.642
Adiantamentos por conta de compras		
Clientes - títulos protestados	26.661	26.661
Clientes - Perdas Imparidade Acumuladas	1.952.011	39.075.647
Total	5.795.467	43.158.012
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	37.123.636	-2.308.497
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-39.102.308	-36.793.811
Total	-1.978.672	-39.102.308
Valor líquido contabilístico	3.816.795	4.055.704

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	38.973.495	2.139.821	-39.259.977	1.853.339
Empresa-mãe				
Empresas subsidiárias				
Empresas associadas	12.262		-3.480	8.782
Empreendimentos conjuntos	89.890			89.890
Outras partes relacionadas				
Total	39.075.647	2.139.821	-39.263.457	1.952.011

A diminuição das perdas por imparidade acumuladas deveu-se essencialmente ao pagamento da dívida do Ministério da Defesa. Esta dívida estava integralmente ajustada à data de 31 de dezembro de 2011.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais 360 dias
Clientes gerais	1.872.856	1.041.676	478.014	32.595
Empresa-mãe				
Empresas subsidiárias				
Empresas associadas	109.506	35.612	52.981	130.831
Empreendimentos conjuntos	-38.157	23.269	1.484	86
Outras partes relacionadas	76.042			
Total	2.020.247	1.100.557	532.479	163.512

Adiantamentos a fornecedores (nota 15)

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. SA	3.279	3.279
EMEF / SIEMENS, ACE SERV. INT. MANUT. ENG. FER. ACE		1.161.347
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128.391	128.391
NEC PORTUGAL-TELECOM.E SISTEMAS,SA		1.583
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	2.120	2.120
FERNAVE	0	
Total	133.790	1.296.720
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período		
Imparidades de períodos anteriores		
Total	0	0
Valor líquido contabilístico	133.790	1.296.720

Estado e outros entes públicos (nota 16)

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Imposto sobre o rendimento	1.271.474	1.200.640
Pagamento especial por conta	1.162.301	950.802
Imposto retido na fonte	109.173	249.839
IVA	7.116.799	4.534.016
IVA a recuperar de Nov e Dez 2012	5.161.250	3.440.291
IVA reembolsos pedidos	1.955.549	1.093.724
Outros Impostos	133.034	169.465
Contribuições Seg Social CNP	133.034	169.465
IVA imposto retido a recuperar	884.629	884.629
Total	9.405.936	6.788.751
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	285.795	337.131
Retenções de imposto sobre o rendimento	636.563	745.830
IVA a pagar		0
IVA Liquidações Oficiais		
Outros Impostos		
Contribuição p/Seg. Social	1.555.603	1.657.750
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações		
Total	2.477.961	2.740.712

As principais variações registadas entre 2012 e 2011 resultam essencialmente do aumento significativo do IVA a recuperar entre agosto e dezembro de 2012 derivado do acréscimo na aceitação de faturas dos fornecedores REFER/EMEF-SIEMENS, bem como a diminuição do imposto retido na fonte de rendimentos de capitais.

Outras contas a receber (nota 17)

A rubrica de outras contas a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Fornecedores c/c - Saldos Devedores	-49.943	-47.107
Outros Devedores - Pessoal	407.079	524.172
D.Diversos - c/c	19.050.911	56.146.697
D.Diversos - Cobrança Duvidosa	5.039.075	6.772.018
C. Diversos - Saldos Devedores	-10.858	-11.286
C.Div-Dep Cauções Prestadas	203.699	48.958
C.Div.-Rendimentos a Repartir	-14.333	1.183.377
C.Div.-IVA-Operações. a Regul.	4.478.971	4.375.086
D\C Div - Facturação a emitir	154.609	154.632
D\C Div - Seg. Saúde	174.740	5.013
C.Div.-Valores Regularizar Estações	0	127.270
C.Div.-ODC-Cartão Galp Frota/via verde	65.305	67.778
Out C.Rec/Pag - Depósitos por regularizar	4.945	5.450
ODC - Unidades de Negócio/Outros	344.492	364.239
Devedores por acréscimos de receitas	2.214.984	4.157.061
Total	32.063.675	73.873.359
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Out dív terceiros	1.704.659	-345.087
Imparidade de períodos anteriores-O dív terceiros-CP e MLP	-6.772.018	-6.426.931
Total	-5.067.359	-6.772.018
Valor líquido contabilístico	26.996.316	67.101.340

A variação significativa registada face a 2011 resulta essencialmente da diminuição dos saldos em dívida da CP – Carga SA (-33,6 milhões de euros)

por conversão em empréstimo) e Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas (-2,7 milhões de euros).

Diferimentos (nota 18)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Gastos a reconhecer		
Diferim - Gast Re却nho - Dif Câmbio-Outras	-	0
Diferim - Gast Re却nho - Outros-Diversos	9.744.659	10.918.142
Total	9.744.659	10.918.142
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim - Rend a Reconhecer - CPLX	-1.021.584	-1.090.348
Diferim - Rend Reconhecer - POEFDS_PORLVT	-74.831	-74.831
Diferim - Rend Reconhecer - Sub Proj Exploração	-455	-455
Diferim - Rend Reconhecer - Outros Dif- Rendim Reconh	-4.869.000	-6.193.287
Total	-5.965.870	-7.358.921

As principais variações face a 2011 registam-se nas rubricas de gastos e rendimentos a reconhecer, resultando de ajustamentos quer nos gastos a reconhecer perante terceiros, quer de rendimentos a reconhecer da prestação de serviços a terceiros, em função duma análise cuidada das responsabilidades assumidas e das prestações de serviços realizadas ainda não faturadas.

Ativos financeiros detidos para negociação (nota 19)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Derivados potencialmente favoráveis	-	19.392.661
Ativos Financeiros	26	-
Total	26	19.392.661

A 31 de dezembro de 2012, de acordo com a avaliação fornecida por entidade externa (IMF – Informação de Mercados Financeiros, S.A.), a Empresa não possui qualquer instrumento financeiro derivado (*swaps* de cobertura de taxa de juro) potencialmente favorável.

As variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros derivados são registadas pelo valor líquido entre os ganhos e as perdas na rubrica da demonstração de resultados "aumentos/reduções de justo valor".

À data de referência para a apresentação destas demonstrações financeiras, a Empresa tem somente registado na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação o justo valor a 31 de dezembro de 2012, das ações do Millenium

BCP adquiridas à sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

Ativos não correntes detidos para venda (nota 20)

Um dos objetivos da Empresa de curto prazo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospecção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificado como ativos fixo detidos para venda há mais de 1 ano, o Conselho de Administração da CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido, sendo que o atraso que se tem verificado na concretização de alguns dos acordos de venda já estabelecidos, é causado por circunstâncias alheias à Administração da CP.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Entende ainda a CP que existe uma grande incerteza nesta data quanto à evolução dos mercados e das economias, pelo que o valor esperado de venda à data foi apurado com base na informação disponível. A Administração

entendeu, portanto, reforçar a imparidade destes bens no valor de 4.834.380 euros, que correspondeu a cerca de 20% do valor bruto destes bens.

Semestralmente a Empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos, e, sempre que necessário procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos. Nesse âmbito, em 2012, a CP registou uma perda de imparidade acumulada na rubrica de Equipamento básico de 6.301.155 euros, que reflete também a evolução do contexto económico e financeiro e as expectativas de venda.

No que respeita aos imóveis detidos para venda existem avaliações realizadas em 2012 que sustentam os valores pelos quais os imóveis se encontram reconhecidos nas contas da CP. Em 2012 foi registada uma imparidade de 242.044 euros que resultou do diferencial entre o valor pelo qual o ativo se encontra escriturado e o valor da avaliação feita em 2012, por uma entidade externa.

O quadro seguinte resume, por classe de immobilizado, os ativos não correntes detidos para venda, não existindo passivos associados aos mesmos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activos		
Terrenos e recursos naturais	3.295.378	2.312.746
Edifícios e outras construções (a)	12.232.184	11.862.638
Equipamento básico (b)	19.337.683	17.235.068

(a) Esta rubrica no exercício de 2012 teve uma imparidade no montante - 242 044 euros

(b) Esta rubrica no exercício de 2012 teve uma imparidade no montante - 6 301 155 euros

Capital realizado (nota 21)

O n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 260/76, ao definir o capital estatutário das empresas públicas como sendo o conjunto das «dotações e outras entradas patrimoniais do Estado e demais entidades públicas destinadas a responder a necessidades permanentes da Empresa», consagrou o princípio da adequação do capital estatutário às necessidades permanentes da Empresa.

O capital estatutário de 1.995.317.000 euros, detido a 100% pelo Estado português na sequência do processo de nacionalização efetuada nos termos do Decreto-Lei nº205-B/75 de 16 de abril, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2012.

Ações (Quotas) próprias (nota 22)

Não sendo uma sociedade por ações ou por quotas, a 31 de dezembro de 2012
a Empresa não detém ações ou quotas próprias.

Outros instrumentos de capital próprio (nota 23)

O Estado português, único detentor da CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2012.

Reservas legais (nota 24)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

Outras reservas (nota 25)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados transitados (nota 26)

No seguimento da aprovação pela Tutela dos documentos de prestação de contas da Empresa para os exercícios de 2010 e 2011, suportado nos respetivos despachos conjuntos assinados pelos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os resultados líquidos dos referidos exercícios foram transferidos para resultados transitados, num total de cerca de 484 milhões de euros.

Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, o saldo de excedentes de revalorização está registado nesta rubrica, tendo sido mantido o controlo dos montantes realizados e não realizados, e destes, os que estão disponíveis ou não para distribuição aos acionistas ou para cobertura de prejuízos ou para aumento de capital, de acordo com a legislação aplicável.

A Empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação iniciou no ativo fixo tangível contemplado na rubrica "equipamento básico" e engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à

aplicação, aos valores do ativo fixo e às respetivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica "equipamento básico" e englobando o material circulante, nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de fevereiro.

No exercício de 1999, a Empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51.989.137 euros. As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2012 constam no quadro que segue:

Contas	Saldo Inicial	Reavaliações Registadas	Inc. Cap.	(valores em euros)	
				Outras Transf. ^a	Saldo Final
56100002-Exced.Reval.º Real - 95	13.987.545			-1.711.814	12.275.731
56100001-Exced.Reval.º Real - DL	12.224.218			-471.185	11.753.033
56100003-Exced.Reval.º Real - 99 Est.	29.375.875			-280.358	29.095.518
56100004-Exced.Reval.º Real - 99 CP	11.832.287			-37.199	11.795.089
	67.419.927			-2.500.556	64.919.371

As transferências para resultados transitados foram efetuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as "reservas de reavaliação" de 1995 e de 1997 e para as "reservas de reavaliação" de 1999.

Ajustamentos em ativos financeiros (nota 27)

Esta rubrica não apresenta variações face a 2011, apresentando-se o detalhe no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-1.703.423	-1.703.423
Lucros não atribuídos	99.087	99.087
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-73.233	-73.233
	-1.677.569	-1.677.569

Outras variações no capital próprio (nota 28)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	182.362.656	195.550.993
Saneamento financeiro	91.357.368	91.357.368
Outras		
	273.720.024	286.908.360

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à banca no montante de 97.975.959 euros e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
59300001 Reservas Subsídios - ILD'S	1.755	1.755
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	1.753.799	1.884.075
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	8.461.396	9.335.330
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	5.559.962	5.907.458
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	15.196.074	16.145.819
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	4.193.980	4.445.354
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	636.999	687.867
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	912.058	1.009.363
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	542.423	582.327
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	22.191.120	23.278.550
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	18.463.240	21.088.689
59301007 PIDDAC-Sub Proj 25UTD600	967.271	0
59301008 PIDDAC-Sub Proj Convel	0	4.548
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	838.579	952.931
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	390.009	418.621
59301011 PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	24.381	84.020
59301012 PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	20.265.278	20.915.501
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	4.414.417	5.287.789
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	302.119	330.007
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	2.645.698	2.729.912
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	186.446	84.117
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	425.800	218.750
59301026 PIDDAC-Sub Sist Escalas Pess e Rotaç de Material	43.750	43.750
59301027 PIDDAC-Modernização de automotoras 3500	1.575.000	0
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	1.316.687	1.421.838
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1.781.666	1.971.755
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	39.516.942	41.451.289
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	24.986.119	27.132.173
59301105 FEDER-Sub Proj Convel	12.632	129.789
59301106 FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	107.546	132.669
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1.690.737	1.910.774
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	903.370	969.643
59301115 FEDER-SubProj57COR-Homologação	0	713.955
59301200 FEDER-Sub Proj PRODOURO	0	20.536
59301510 Sub Projecto CP/KIDS	54.697	30.103
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	640.462	699.582
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	995.479	1.193.925
59301801 FEDER-Bilhét s contacto-CPLX-Homol	0	1.971.663
59301900 FEDER-Subsid Ramais Partic Mercad	364.765	364.765
	182.362.656	195.550.993

Provisões (nota 29)

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Impostos					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	3.191.838	5.806.146			8.997.984
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.273.227	1.602.305	931.058		11.944.474
Acidentes ferroviários	745.048		167.533		577.515
Investimentos financeiros	50.221.502	22.371.521	2.709.418		69.883.605
Matérias ambientais	0				0
Contratos onerosos	0				0
Reestruturação	0				0
Outras	849.120	4.620.596			5.469.716
Total	66.280.735	34.400.568	3.808.009	0	96.873.294

O aumento do valor das provisões, no exercício de 2012, prende-se essencialmente com o reforço da provisão para capitais próprios negativos das empresas do Grupo CP, nomeadamente da CP Carga, e com a necessidade de reforço das provisões constituídas para processos judiciais em curso e de pensões com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999 (data até à qual a CP foi auto seguradora).

A provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais foi calculada com base na avaliação atuarial das responsabilidades da Empresa em 31 de dezembro de 2012, tendo assim, sido constituídas provisões para fazer face aos encargos com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de rendimento: assumiu-se uma taxa de rendimento de 3,5%, que representa uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 2,5% face ao crescimento das pensões.

Taxa de crescimento das pensões: 1,0%

Tábuas de mortalidade: utilizou-se a tábuia francesa TV 88/90

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2012.

Financiamentos obtidos (nota 30)

No final do exercício de 2012 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
(valores em euros)		
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	513.645.672	560.914.913
Locações financeiras		
Empréstimos por obrigações	700.000.000	700.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores	948.680.000	1.111.180.000
Total	2.162.325.672	2.372.094.913
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.305.669.751	667.295.200
Descobertos bancários	6.567.797	82.503.811
Locações financeiras		
Empréstimos por obrigações		250.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores	162.500.000	150.500.000
Total	1.474.737.548	1.150.299.011

(*) Inclui descobertos bancários contabilísticos

O acréscimo dos financiamentos obtidos, incluindo descobertos bancários contabilísticos, foi de cerca de 114,6 milhões de euros face a 2012. Este acréscimo traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo tomada na banca nacional, uma vez que os empréstimos celebrados com a banca nacional foram todos por períodos curtos de tempo.

Apesar de todas as dificuldades, o crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento de parte dos juros do serviço da dívida, tendo a operação libertado os meios necessários ao funcionamento corrente, rescisões de contratos de trabalho, investimentos no material circulante e alguns pagamentos de responsabilidades inerentes do serviço da dívida.

No que respeita às amortizações de empréstimos realizadas em 2012 destaca-se o do empréstimo obrigacionista com aval do Estado no montante de 250 milhões de euros, em fevereiro de 2012.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
(valores em euros)		
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	1.312.237.548	749.799.011
De 1 a 5 anos	398.934.005	382.080.850
A mais de 5 anos	114.711.667	178.834.063
Locações financeiras		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	0	250.000.000
De 1 a 5 anos	0	0
A mais de 5 anos	700.000.000	700.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros financiadores		
Até 1 ano	162.500.000	150.500.000
De 1 a 5 anos	698.680.000	861.180.000
A mais de 5 anos	250.000.000	250.000.000
	3.637.063.220	3.522.393.925

(*) Inclui descobertos bancários contabilísticos

À data de 31 de dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	1.312.237.548	46.188.733	245.942.688	42.680.188	36.055.188	1.683.104.345
Locações financeiras						
Empréstimos por obrigações						
Mercado de valores mobiliários						
Participantes de capital						
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos						
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos						
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						
Outros financiadores	162.500.000	264.780.000	358.900.000	75.000.000	-	861.180.000
	Total	1.474.737.548	310.968.733	604.842.688	117.680.188	36.055.188
						2.544.284.345

Outras contas a pagar (nota 31)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	(valores em euros)
		31-12-2011 Reexpresso
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	-40.563	-40.563
*Credores por subscrições não liberadas	0	0
total	-40.563	-40.563
Corrente		
Fornecedores de investimentos	-2.358.459	-2.532.659
Devedores por acréscimos de rendimento	-822.398	-2.560.776
*Credores por subscrições não liberadas	-34.387.776	-34.221.784
Outros devedores e credores	-7.876.348	-3.453.109
Credores por acréscimo de gastos	-66.786.976	-53.168.657
Pessoal	-331.477	-478.903
Adiantamentos de Clientes	165.404	112.823
total	-112.398.030	-96.303.064

A variação mais significativa face ao exercício de 2011 regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos (13.363.197 euros) em resultado de faturação relacionada com a taxa de utilização de infraestrutura; e na rubrica de outros devedores e credores, com um acréscimo de 4.423.239 euros, relacionado com faturação de energia para tração e serviços auxiliares.

Fornecedores (nota 32)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c		
Gerais	53.744.702	47.906.324
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias	3.604.482	5.514.527
Empresas associadas	4.824.001	4.074.827
Empreendimentos conjuntos	2.111.322	4.594.370
Outras partes relacionadas	179.890	214.911
Fornecedores - títulos a pagar		
Gerais		
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Outras partes relacionadas		
Facturas em recepção e conferência	1.618	20.203
Total	64.466.015	62.325.161

As principais variações registadas nesta rubrica face a 2012 explicam-se essencialmente pelos acréscimos das dívidas à REFER, ao nível da rubrica de fornecedores gerais, e, a diminuição da dívida à EMEF, ao nível da rubrica de empresas subsidiárias.

Passivos financeiros detidos para negociação (nota 33)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Derivados potencialmente desfavoráveis	135.181.225	150.806.157
	135.181.225	150.806.157

Tal como referido na nota relativa aos ativos financeiros detidos para negociação, o montante registado resulta da valorização efetuada pela entidade externa (IMF – Informação de Mercados Financeiros, S.A.) ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro).

Conclui-se desta análise, os derivados potencialmente desfavoráveis registaram no decorrer de 2012 um decréscimo no seu valor, na ordem dos 15,6 milhões de euros.

Vendas e serviços prestados (nota 34)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)			
	2012	2011	Var. Absol.	Var. Rel.
Vendas				
Serviços prestados				
Passageiros	213.224.609	212.524.271	700.338	0,33%
Mercadorias				
Redes	302.117	335.140	-33.023	-9,85%
MercadoriasTerMN				
MercadoriasTerMI				
Man/Alg/Limp/Mat Circ.	19.054.740	18.504.664	550.076	2,97%
Cons Term.				
Comb.p/Ter.	1.473.310	1.530.850	-57.540	-3,76%
Indem. p/ danos	240.850	165.991	74.859	45,10%
Limp/Segurança	218.535	416.879	-198.344	-47,58%
Serv. Infor/Contab./Outros	2.013.807	1.598.560	415.247	25,98%
Outros	1.112.906	1.012.112	100.794	9,96%
Outros Met Monde	1.191.435	1.123.863	67.572	6,01%
Outros Serviços	198.275	1.282.626	-1.084.351	-84,54%
Descontos e Abatimentos em Vendas	-2.620.659	-239.020	-2.381.639	996,42%
Total	236.409.925	238.255.936	-1.846.010	-0,77%

Subsídios à exploração (nota 35)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos no exercício de 2011 e 2012:

Descrição	(valores em euros)			
	2012	2011	Var. Absol.	Var. Rel.
Indemnizações compensatórias	34.800.000	36.000.000	-1.200.000	-3,33%
Andante	36.873	36.873	0	
PAlI	349.057	682.669	-333.613	-48,87%
CP/KIDS	176.551	41.195	135.357	328,58%
Total	35.362.481	36.760.737	-1.398.256	-3,80%

Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 36)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2012	2011	(valores em euros)	
Perdas			Var. Absol.	Var. Rel.
Cobertura de prejuízos				
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-1.470.019	-1.482.837	-100,00%
Alienações				
Outros				
Ganhos				
Aplicação do método da equivalência patrimonial	6.414.568	6.401.751	49945,59%	
Alienações				
Outros				
Total	6.414.568	-1.470.019	4.944.549	336,36%

Os valores reconhecidos em 2012 respeitam a ganhos em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da EMEF (6.324.914 euros), e aos resultados da SAROS (89.654 euros).

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 37)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Mercadorias	0	3.609
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.284.408	11.436.952
Activos biológicos		0
	9.284.408	11.440.560

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 93% (8.624.332 euros) do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível, apesar do aumento de preço, tem vindo a reduzir em resultado da diminuição da cedência de combustível pela CP à sua empresa subsidiária CP Carga na sequência da transferência para aquela empresa de parte dos postos de abastecimento.

Fornecimentos e serviços externos (nota38)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Subcontratos:		
Limp.Instalações	370.268	917.979
Limp.Mat.Circ.	1.982.267	3.340.812
Vigilância	2.715.916	4.129.939
Serviços adicionais e Auxiliares	1.589.886	4.981.573
Serviços Restauração	2.705.295	3.052.182
Acordo CP/Renfe	7.276.711	9.764.455
Outros subcontratos	7.094.800	8.849.788
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	31.454.017	35.719.496
Trabalhos especializados	777.940	1.828.771
Vigilância e segurança	1.081.186	1.179.476
Utiliz Material circulante	471.459	471.459
Outros serviços espec.	1.221.717	2.960.513
Materiais:		
Energia e fluidos:	173.387	218.460
Electricidade	0	
Combustíveis	28.327.111	26.136.672
Água	322.094	287.716
Outros	223.720	376.887
Outros	12.046	5.588
Deslocações, estadas e transportes:	465.338	462.659
Contº CP/ACE (EMEF/Siemens)	8.777.226	6.181.411
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres		
Taxa uso infraestrutura	56.014.810	42.540.006
Outras rendas e alugueres	10.539.981	6.744.881
Comunicação	954.755	1.236.341
Seguros	415.520	593.049
Outros serviços	613.472	1.288.892
Total	165.580.922	163.269.005

Para o aumento registado nesta rubrica concorrem essencialmente os seguintes factos:

- O aumento significativo do encargo com a taxa de utilização da infraestrutura (+13.474.804 euros) parcialmente compensado pela redução de gastos com utilização de estações e apeadeiros e informação ao público (-2.849.972 euros). Esta situação resulta do aumento das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (ck), previstas no diretório da rede para 2012. O diretório da rede é concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a atividade do transporte ferroviário e vigorou no período de 12 de dezembro de 2011 a 10 de dezembro de 2012 (validade do horário 2011). Para o período de 11 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro 2012, em que passou a vigorar o diretório da rede 2013, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no diretório da rede 2013. De salientar que apesar do aumento destes encargos, foi efetuado pela CP um esforço significativo no sentido da racionalização da oferta, nomeadamente no que respeita a comboios de Longo Curso e Regionais no segmento de passageiros.

- Aumento dos gastos com eletricidade para tração e usos diversos (+2.190.439 euros), em resultado de atualizações tarifárias;
- Aumento dos encargos resultantes do contrato com o ACE (EMEF/SIEMENS) para manutenção de locomotivas das séries LE5600 e LE4700 (+2.595.815 euros).

Apesar do aumento registado nesta rubrica, em grande medida decorrente de imposições tarifárias (nomeadamente no que respeita às prestações de serviço da REFER constantes do diretório de rede), é de relevar os esforços desenvolvidos pela CP no sentido da diminuição dos encargos com a generalidade das restantes rubricas de fornecimentos e serviços externos, em resultado das iniciativas tomadas com vista à racionalização dos gastos suportados pela Empresa e da renegociação dos contratos em vigor.

Gastos com pessoal (nota 39)

A rubrica de gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	364.185	406.722
Remunerações do pessoal	62.513.748	73.688.316
Benefícios pós-emprego	NA	NA
Prémios para pensões	NA	NA
Outros benefícios	NA	NA
Indemnizações	3.105.178	15.523.889
Encargos sobre remunerações	13.852.234	15.773.099
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.229.723	1.465.696
Gastos de ação social	143.382	0
Outros gastos com o pessoal	2.321.887	1.215.137
Total	83.530.337	108.072.860

NA= Não aplicável

A redução significativa, face a 2011, registada nas rubricas de remunerações e encargos sobre remunerações resulta da diminuição do efetivo e das medidas de redução salarial constantes do Orçamento de Estado para 2012. Regista-se também uma diminuição significativa dos gastos com indemnizações em resultado da diminuição, face a 2011, do número rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2012 e 2011 por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Órgãos sociais	6	6
Diretores/Chefias superiores		
Quadros superiores	293	296
Quadros médios	12	19
Chefias intermédias	259	262
Profissionais altamente qualificados	2.256	2.272
Profissionais semi-qualificados	68	79
Contratados a prazo	0	23
Total	2.894	2.957

Imparidades de investimento não depreciáveis/amortizáveis (nota 40)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Perdas		
Em investimentos financeiros - Empréstimos	-515.282	-418.553
Em investimentos financeiros - Outros	-27	-3.734.726
Activos não correntes detidos para venda	-6.573.726	-325.000
Reversões		
De investimentos financeiros - Empresas do Grupo		
De investimentos financeiros - Outros	160.000	2.220.000
Activos não correntes detidos para venda	30.527	-
Total	-6.898.508	-2.258.279

O valor de perdas de imparidade em investimentos financeiros – empréstimos, reconhecido em 2012, resulta de ajustamentos de empréstimos à Fergráfica em resultado da sua situação financeira, nomeadamente por capitais próprios negativos, considerando-se, para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, os interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo.

Na rubrica de perdas de imparidade de investimentos financeiros – outros foram registados em 2011 os ajustamentos de perdas de imparidade reconhecidas pela CP em resultado de capitais próprios negativos em empresas suas participadas ou associadas, nomeadamente Fernave, Fergráfica, ICF, Metro de Mirandela e EMEF Internacional, não havendo necessidade em 2012 de se proceder ao seu reforço.

Em 2011 foram registadas reversões de investimentos – financeiros – outros em resultado do pagamento parcial de empréstimo por parte da Otlis (com impacto de 240 mil euros nesta rubrica) e da assinatura de contrato de promessa compra e venda entre a CP e a Fernave, de edifício da Fernave, em que a título de sinal pago pela CP, foi considerado o reembolso pela Fernave dos empréstimos concedidos pela CP no valor de 2.928 milhões de euros. Em 2012 foram somente registadas reversões em resultado da liquidação da dívida restante do empréstimo à Otlis.

No que respeita às perdas de imparidade reconhecidas em 2012 e referentes a ativos detidos para venda, estas resultam do diferencial entre o valor esperado de venda líquido dos custos de venda e o valor pelo qual o ativo se encontra escriturado.

Outros rendimentos e ganhos (nota 41)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Rendimentos suplementares	18.530.533	19.164.147
Descontos de pronto pagamento obtidos	295	2
Recuperação de dívidas a receber	0	1.771
Ganhos em inventários	29.789	29.736
Restantes activos financeiros	372.292	22.535
Investimentos não financeiros	234.891	272.150
Outros	15.649.746	16.072.890
Total	34.817.546	35.563.231

Contribuem essencialmente para a diminuição dos outros rendimentos a redução de rendimentos relacionados com o reconhecimento dos subsídios ao investimento (em função da depreciação dos ativos subsidiados), em resultado de ajustamentos nas vidas úteis de material circulante afeto à atividade operacional, especificamente do material da linha de Cascais, e a cedência de combustível a empresas do Grupo.

Outros gastos e perdas (nota 42)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Impostos	-226.571	-392.666
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis	-2.983.020	-936
Perdas em inventários	-187.330	-14.020
Restantes activos financeiros		
Investimentos não financeiros	-294.455	-546.390
Outros	-12.202.417	-2.925.960
Total	-15.893.793	-3.879.972

Para o aumento significativo desta rubrica contribuiu essencialmente o reconhecimento de dívidas incobráveis e a correção de gastos de exercícios anteriores, nomeadamente por via da atribuição de um desconto comercial de valor significativo no âmbito da formalização de acordo de regularização da dívida histórica com o Ministério da Defesa Nacional.

Aumentos/reduções justo valor (nota 43)

A rubrica de aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Perdas		
Instrumentos financeiros	-3.767.729	-12.608.394
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Activos biológicos		
Ganhos		
Instrumentos financeiros		
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Activos biológicos		
Total	-3.767.729	-12.608.394

	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
BNP Paribas	0	419.214
Deutsche Bank	-4.330.003	-3.194.190
JP Morgan	0	-7.812.439
Barclays	0	18.973.447
Citigroup	-2.246.667	-2.131.668
BES	-81.265.916	-86.080.316
BNP Paribas	-34.554.251	-40.131.039
RBS/ABN	-7.694.238	-6.016.393
Barclays	-5.090.149	-5.440.112
Citigroup	-	
Total	-135.181.224	-131.413.496

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de derivados em 31 de dezembro 2012, comparativamente a igual período do ano anterior.

Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 44)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Gastos		
Activos fixos tangíveis	72.779.798	84.271.190
Activos intangíveis	529.437	489.805
Reversões		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis	73.309.235	84.760.995

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade. Não houve necessidade de proceder a reversões de depreciações/amortizações em 2012.

Imparidade de investimentos depreciáveis e amortizáveis (nota 45)

A imparidade de investimentos depreciáveis reconhecida no exercício respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável, apresentando os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Perdas		
Activos fixos tangíveis (a)	251.600	2.649.560
Reversões		
Activos fixos tangíveis b)	-237.024	-1.682.916
	14.576	966.644

(a) A variação registada face a 2011 deve-se, essencialmente, à transferência de material circulante para a rubrica de ativos não correntes detidos para venda.

(b) A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante accidentado, tendo-se verificado que o valor reconhecido como imparidade se revelou excessivo.

Juros e rendimentos similares obtidos (nota 46)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Juros obtidos	8.717.150	7.216.653
Dividendos obtidos	49.311	50.411
Outros rendimentos similares	0	4.624.000
Total	8.766.461	11.891.063

Para o valor de juros e rendimentos similares obtidos em 2012 destaca-se o contributo de 820 mil euros recebidos relativos a empréstimos concedidos a empresas subsidiárias e 7,8 milhões de euros que dizem respeito a juros de *swaps*.

Comparando com o período homólogo, verifica-se um decréscimo nesta rubrica no montante de 3,1 milhões de euros, justificados essencialmente pelo facto de em 2011 terem sido recebidos 4,6 milhões de euros, valor do *swap* resultante da liquidação do empréstimo AFLAC.

Em 2012, os juros registados relativos a operações de cobertura de taxa de juro (*swaps*) apresentam uma variação positiva comparando com o mesmo período do ano anterior em cerca de 1,1 milhões de euros.

A mesma variação positiva se verifica nos financiamentos concedidos a empresas subsidiárias, rubrica em que foram recebidos mais 320 mil euros do que em 2011, montante justificado essencialmente pelo acréscimo nos juros cobrados à subsidiária EMEF, juros estes que se cifraram em 2012 num total de cerca de 801 mil euros, mais 420 mil euros que no período homólogo anterior.

Juros e gastos similares suportados (nota 47)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Juros suportados	-185.517.153	-169.499.961
Outros gastos e perdas	-9.453.913	-18.563.439
Total	-194.971.066	-188.063.400

No exercício de 2012, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista um total de 195 milhões de euros, mais 7 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior.

Apesar do facto de em 2011 terem sido contabilizados cerca de 10 milhões de euros relativos a diferenças de câmbio desfavoráveis, valor que resultou da liquidação do empréstimo AFLAC e de em 2012 o mesmo não se ter verificado, a dívida acumulada ao longo dos anos continua a ter um grande impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, resultando num acréscimo em cerca de 16 milhões de euros na rubrica de juros suportados se compararmos com o mesmo período do exercício anterior.

A Empresa no decorrer do exercício em análise, alcançou uma diminuição nos juros suportados com operações de cobertura de taxa de juro (*swaps*) no montante de 14 milhões de euros, no entanto tal facto foi largamente compensado pela subida com os gastos em juros suportados com financiamentos bancários, rubrica esta que registou um agravamento em cerca de 38 milhões de euros.

Passivos contingentes (nota 48)

Não aplicável.

Ativos contingentes (nota 49)

Não aplicável.

Divulgação de partes relacionadas (nota 50)

A CP realiza frequentemente parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2012, a estrutura acionista da Empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-12-2012	31-12-2011
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA	100%	100%
FERNAVE, SA	100%	70%
FERGRÁFICA, SA	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	
TIP, ACE	33%	33%
SAROS,Lda	100%	100%

A CP detém também participação indireta e controlo noutras empresas do Grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

EMEF Internacional, SA (detida em 95% pela EMEF e em 5% pela CP);

SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF);

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011	(valores em euros)
Vendas e prestações de serviço			
Subsidiárias			
EMEF, SA	6.001.935	5.830.065	
CP CARGA, SA	31.430.729	29.105.537	
FERNAVE, SA	134.806	319.906	
FERGRÁFICA, SA	12.000	23.251	
SAROS,Lda	40	0	
ECOSAÚDE, SA	67.894	62.481	
Associadas			
TIP, ACE	449.541	367.696	
Empresas com participação indirecta			
EMEF / SIEMENS, ACE	47.306	0	
Total	38.144.251	35.708.936	
Gastos			
Subsidiárias			
EMEF, SA	-28.247.521	-35.114.598	
CP CARGA, SA	-558.161	-3.488.452	
FERNAVE, SA	-436.398	-3.771.064	
FERGRÁFICA, SA	-213	-71.481	
SAROS,Lda	0	0	
ECOSAÚDE, SA	-805.538	-974.255	
Associadas			
TIP, ACE	-778.834	-125.805	
Empresas com participação indirecta			
EMEF / SIEMENS, ACE	-10.628.832	0	
Total	-41.455.497	-43.545.655	

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	20.669.177	11.285.234
CP CARGA, SA	43.930.280	0
FERNAVE, SA	642.051	686.000
FERGRÁFICA, SA	515.282	418.553
SAROS,Lda	0	0
ECOSAÚDE, SA	0	0
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-718.721	-1.999.000
Total	65.038.069	10.390.787

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Ativos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	11.231.600	9.114.044
CP CARGA, SA	52.035.762	41.718.558
FERNAVE, SA	1.463.383	3.204.630
FERGRÁFICA, SA	1.079.016	577.963
SAROS,Lda	4	1.892
ECOSAÚDE, SA	272.834	61.167
Associadas		
TIP, ACE	328.930	610.276
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	8.045	6.510.616
EMEF INTERNACIONAL S.A.	0	0
Passivos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-5.771.866	-8.104.094
CP CARGA, SA	-392.033	-58.660
FERNAVE, SA	-56.266	-3.273.495
FERGRÁFICA, SA	-254	-21.721
SAROS,Lda	0	0
ECOSAÚDE, SA	-305.165	-230.716
Associadas		
TIP, ACE	-1.172.177	-217.755
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-1.214.294	-961.452
Total ativo + passivo	57.507.518	48.931.252

Não foram efetuados em 2012 quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com partes relacionadas.

Garantias e avales (nota 51)

Garantias e avales prestados pela CP a empresas do Grupo e associadas:

EMEF (cartas conforto)	6.987.979 €
EMEF (fiança)	5.687.500 €
Fernave (cartas conforto)	2.450.000 €
Fernave (garantia)	26.417 €
Otlis (Carta conforto)	200.000 €
CP Carga (Fiança)	18.700.000 €
CP Carga (Livrança)	60.750.000 €
CP Carga (Garantia)	34.285.000 €

Garantias prestadas a favor da CP:

Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	856.808.981 €
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	1.249.577 €

Acontecimentos após a data do balanço (nota 52)

Salientam-se os seguintes factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

- Ocorrência do acidente ferroviário em Alfarelhos;
- Ocorrência de acidentes ferroviários na linha de Cascais.

Não se encontram ainda identificadas as causas dos acidentes e responsabilidades decorrentes dos mesmos.

Técnico Oficial de Contas – Dr.^a Ana Coelho

Vice-presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.^a Madalena Paixão de Sousa

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

*Calçada do Duque, nº 20
1249-109 Lisboa
Nº Contribuinte: 500 498 601*

Conceção e Coordenação
*Direção de Contabilidade e Património
Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão*

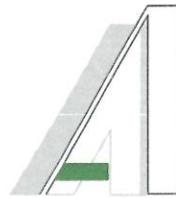
Contactos: webmaster@cp.pt



Info
808 208 208
cp.pt



COMBOIOS DE PORTUGAL



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** (CP), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 1.058.957.076 euros e um total de capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 223.589.401 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos sete e oito, chamamos a atenção para a situação seguinte:
 - 9.1. De acordo com o constante na nota 20 do Anexo, o Conselho de Administração entendeu reforçar a imparidade referente ao material circulante incluído nos *Activos não correntes detidos para venda*, atenta a especificidade dos bens em causa e dos mercados em que estes podem ser transacionados, e da consequente incerteza que rodeia o seu valor de venda. De referir ainda que parte do material circulante classificado nesta rubrica durante o ano de 2011, não chegou a ser alienado no prazo de 12 meses, conforme estipulado na NCRF n.º 8, entendendo o Conselho de Administração que o atraso na concretização dos



acordos de venda já estabelecidos foi causado por circunstâncias que lhe são alheias.

- 9.2. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras em apreço, a CP tem vindo a acumular prejuízos de montante significativo ao longo dos anos, apresentando em 31 de Dezembro de 2012 um capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros. Neste contexto de extremo desequilíbrio da estrutura financeira, agudizado pela presente crise financeira internacional, e da zona euro em particular, a continuidade da Empresa tem sido garantida pelo apoio que o Estado lhe vem assegurando. Em Novembro de 2011, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes que comporta um conjunto de medidas que visam, entre outras finalidades, tornar o sector dos transportes financeiramente equilibrado e economicamente sustentável. A continuidade da CP está, assim, dependente, da sua reestruturação financeira, a empreender com o apoio estatal, conjugada com o reequilíbrio económico a atingir.

Lisboa, 20 de Março de 2013

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, E.P.E (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 1.058.957.076 euros e um total de capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 223.589.401 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Ênfases

9. Conforme referido na nota 20 do Relatório e Contas da Empresa, durante o ano de 2011 foi reclassificado diverso material circulante, da rubrica Ativos fixos tangíveis para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda, por se entender que a realização destes ativos ocorrerá através da sua alienação e não pelo seu uso. Contudo, parte deste material circulante não foi alienado no período de 12 meses subsequente, conforme definido pelo normativo contabilístico aplicável. Apesar disso, o Conselho de Administração entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, uma vez que, a alienação não aconteceu devido a factos alheios ao seu controlo.
10. Conforme igualmente referido na nota 20 do Relatório e Contas da Empresa, o Conselho de Administração decidiu reforçar a imparidade do material circulante incluído na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, dado o elevado grau de incerteza sobre o justo valor destes ativos e consequentemente a sua realização. Esta incerteza resulta da especificidade destes ativos e da indústria em que a Empresa opera, onde não existe nomeadamente um mercado ativo que transacione estes bens e o número de eventuais interessados nos mesmos é reduzido.
9. A Empresa tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2012, um total de capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros. Adicionalmente, constata-se que naquela data a Empresa possui um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado por capitais alheios. Em novembro de 2011, o Governo Português aprovou o Plano Estratégico dos Transportes, que concretiza um conjunto de reformas estruturais a implementar no sector dos transportes e das infra-estruturas, que terá impactos significativos ao nível da Empresa, nomeadamente quanto ao conjunto de soluções para melhorar a gestão do stock de dívida e dos encargos financeiros decorrentes e ao programa de equilíbrio operacional. Assim, a continuidade das operações da Empresa, e por conseguinte a realização dos seus ativos e a classificação dos seus passivos, depende da evolução e implementação do referido Plano, do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Empresa, e do sucesso futuro das suas operações.

Porto, 21 de fevereiro de 2013

Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa
HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (ROC 1128)



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Comissão de Fiscalização (CF) emite o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e parecer sobre os relatórios e contas individuais e consolidados da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. e propostas, apresentados pelo respectivo Conselho de Administração (CA), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

As contas individuais foram elaboradas de acordo com o SNC e nas contas consolidadas foram aplicadas as IFRS/IAS/IFRIC em virtude da CP ter títulos cotados no mercado regulamentado luxemburguês.

Em 01/3/2013 entrou em funções o novo elenco do CA, composto por quatro membros, um presidente, um vice-presidente e dois vogais, nomeados pela Resolução nº. 6-A/2013, publicada no DR, 2.^a série, de 28/2/2013.

As contas individuais foram apresentadas pelo CA cessante, em 21/02/2013, e as contas consolidadas pelo atual CA.

2. Como factos relevantes ocorridos na vida da Empresa em 2012 destacam-se os seguintes:
 - Continuação da quebra da procura global a nível nacional;
 - Resultado líquido consolidado negativo de 223,5 milhões de euros;
 - Resultados financeiros consolidados negativos de 196,6 milhões de euros;
 - Resultado Operacional consolidado negativo de 26,5 milhões de euros, devido em grande parte ao contributo negativo das atividades de manutenção e conservação de material circulante (resultado operacional de -44,5 milhões de euros) e do transporte de passageiros de longo curso, internacional e regional (resultado operacional de -15 milhões de euros), mitigado pela reversão de imparidades em 2012;
 - Reversão de imparidades, no valor de 40,6 milhões de euros, devido essencialmente ao acordo alcançado com o Ministério da Defesa na

PF
AC

liquidação da dívida histórica relativa a transporte de militares, mediante desconto significativo do respetivo valor;

- Total de empréstimos consolidados de cerca de 3,8 mil milhões de euros no final de 2011, dos quais cerca de 1,5 mil milhões de euros são de curto prazo;
- Capital Próprio consolidado negativo de cerca de 3,2 mil milhões de euros em 31/12/2012;

II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A CF reuniu pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, à Inspecção-Geral das Finanças e ao CA da CP.

No decorrer do exercício de 2012 a CF acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o CA, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.

Foram analisadas as actas das reuniões do CA, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2013 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas individuais e consolidadas da Empresa e os correspondentes relatórios de gestão foram objecto de exame pelo Revisor Oficial de Contas que integra a CF, bem como por auditores externos. Em conformidade com a legislação aplicável o Revisor Oficial de Contas da CP emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as competentes certificações legais das contas individuais e consolidadas, sem reservas e com ênfases relacionadas com a continuidade da CP, por apresentar capital próprio fortemente negativo no atual contexto de crise, e com a mensuração e classificação dos ativos não correntes detidos para venda. A certificação legal das contas consolidadas inclui ainda uma ênfase respeitante ao impacto da recente deliberação do Tribunal Constitucional sobre subsídio de férias. A Comissão de Fiscalização exprime a sua concordância com o conteúdo das referidas certificações legais das contas.



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

III – APRECIAÇÃO DOS RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

1. Parece-nos que os relatórios de gestão individuais e consolidados estão em consonância com as contas individuais e consolidadas do exercício e cumprem na generalidade quanto ao seu conteúdo os preceitos constantes do Código das Sociedades Comerciais, relatando os aspectos essenciais da sua actividade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. O relatório anual elaborado no âmbito de prestação de contas individuais, além da informação económica e financeira, contém ainda outros elementos informativos, tais como o relato sobre o governo da sociedade e a análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental, e satisfaz na generalidade o disposto no artigo 13.º-A do Decreto-Lei 558/99, de 17/12, aditado pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23/8.
3. Os anexos às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, cumprem igualmente o disposto nos artigos 66º.-A e 508º-F do Código das Sociedades Comerciais.
4. A Empresa cumpriu na generalidade as medidas legais e as orientações tutelares direcionadas ao SEE, nomeadamente, de redução de gastos operacionais e de redução remuneratória nos termos previstos na Lei do OE2012, conjugada com a Lei do OE2011, cujos resultados se consubstanciam na evolução positiva do resultado operacional acima evidenciada.
5. O CA propõe, no relatório individual de gestão, que o Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 - défice de 223.589.401 Euros - seja transferido para a conta de Resultados transitados.
6. No que se refere a actividade principal da CP é de realçar o seguinte:
 - a) Os indicadores da procura referidos no Relatório do CA, mostram, pelo segundo ano consecutivo, uma diminuição global muito acentuada, que se traduziu em evoluções negativas de cerca de 11,4% em passageiros (P) e 8,2% em passageiros quilómetro (PK) e, consequentemente, um aumento modesto de apenas 0,4% nos proveitos de tráfego, não obstante os aumentos tarifários ocorridos em 2012.

- [Handwritten signature]*
- b) Aquelas evoluções negativas foram comuns a todas as unidades de negócio em termos de P e PK, com destaque dos serviços suburbanos de Lisboa e regional.
 - 7. Em relação às **contas individuais**, elaboradas de acordo com o SNC, salientamos os seguintes factos:
 - a) A CP regista um prejuízo de 223,6 milhões de euros no exercício de 2012, o qual diminuiu 65,5 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior (prejuízo de 289,1 milhões de euros), devido essencialmente à adoção de medidas de redução remuneratória determinadas pela Lei do OE2012 e à redução de efetivos (poupança de 24,5 milhões de euros) e à reversão de imparidades de créditos de cobrança duvidosa (40,6 milhões de euros), com destaque para o acordo alcançado com o Ministério da Defesa, em 27/11/2012, que permitiu a regularização do crédito emergente da isenção concedida aos militares na utilização do transporte ferroviário, no valor de cerca de 38 milhões de euros, pendente desde 2001. Nos termos do referido acordo, a CP concedeu um desconto de 8 milhões de euros, tendo recebido cerca de 30 milhões de euros.
 - b) A empresa não detém derivados (swaps de cobertura de taxa de juro) potencialmente favoráveis, mas apenas desfavoráveis, cujo justo valor foi estimado em cerca de 135,2 milhões de euros (menos 15,6 milhões de euros em relação a 2011, mas em contrapartida o cancelamento unilateral por parte do banco, ocorrido em 2012, do derivado potencialmente favorável, gerou uma perda líquida de 3,8 milhões de euros na variação do justo valor de derivados).
 - c) O EBITDA, sem o efeito da variação do justo valor dos derivados, é positivo em cerca de 40 milhões de euros (valor negativo de 14,2 milhões de euros em 2011), para o qual contribuíram expressivamente os ganhos obtidos com a reversão de imparidades por créditos de cobrança duvidosa. O EBITDA é influenciado negativamente pelos défices das atividades de transporte regional de passageiros e de transporte de mercadorias, pela via do reconhecimento neste caso dos prejuízos da CP Carga (cerca de 19,2 milhões de euros em 2012).
 - d) A nível dos gastos de funcionamento destaca-se a diminuição de 22,7% (menos 24,5 milhões de euros) nos Gastos com o pessoal e um aumento de 1,4% (mais 2,3 milhões de euros) em Fornecimentos e serviços externos. No primeiro caso, teve um impacto muito significativo a



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

aplicação das medidas de redução remuneratória previstas na Lei do OE2012 e o pico do valor das indemnizações ao pessoal em 2011 por rescisão de contratos individuais de trabalho por mútuo acordo (os Gastos com o pessoal, excluindo indemnizações, diminuem cerca de 12,1 milhões de euros, ou seja -13,1%). O aumento de Fornecimentos e serviços externos é devido essencialmente ao aumento das tarifas de utilização da infraestrutura ferroviária (10,6 milhões de euros) e de energia elétrica (2,2 milhões de euros).

- e) A Empresa apresenta um capital próprio negativo de aproximadamente 3 mil milhões de euros, associado a um passivo de 4 mil milhões de euros, dos quais 3,6 mil milhões de euros dizem respeito a empréstimos obtidos.
 - f) O programa de investimentos em 2012 confinou-se praticamente à manutenção das condições de segurança e fiabilidade do material circulante, tendo sido realizados cerca de 17,3 milhões de euros, dos quais cerca de 90% dizem respeito a material circulante e 9% a equipamento comercial. Parte destes investimentos foram financiados pelo PIDDAC (1,9 milhões de euros) e pelo QREN (0,2 milhões de euros).
8. Em relação às **contas consolidadas** do exercício findo em 31/12/2012, elaboradas de acordo com o normativo internacional aplicável (IFRS), para além dos factos acima relatados, é de realçar os seguintes aspetos:
- a) A Empresa-mãe representa cerca de 90% do balanço e 87% do rendimento integral consolidados, destacando-se a nível das subsidiárias a EMEF e a CP Carga, detidas a 100% pela CP, EPE. Além destas, integram ainda o perímetro da consolidação integral, igualmente detidas, direta ou indiretamente, pela Empresa-mãe, a Saros, a EMEF Internacional, a Fernave, a Fergráfica e a Ecosaúde.
 - b) A CP regista um resultado líquido consolidado igualmente negativo, em cerca de 223,5 milhões de euros, o qual diminuiu cerca de 65,9 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior (prejuízo de 289,5 milhões de euros), praticamente pelas mesmas razões atrás referidas.

	2011	2012	Variação	
	Mil €	Mil €	Mil €	%
EBITDA consolidado	-451	54.158	54.609	
Amort/Deprec/Imparid.	-94.374	-80.633	13.741	-14,6%
EBIT consolidado	-94.825	-26.475	68.350	-72,1%
Indemniz. Redução pessoal	-20.315	-5.044	15.271	-75,2%
EBIT cons. antes Indemniz	-74.510	-21.431	53.079	-71,2%
Imparidade de dívidas	-2.209	38.469	40.678	-1841,5%
EBIT cons. antes Indem e Imp.	-72.301	-59.900	12.401	-17,2%
Rendim. Financeiros	11.649	8.165	-3.484	-29,9%
Gastos Financeiros	-193.201	-201.040	-7.839	4,1%
Variação Justo Valor	-12.608	-3.768	8.840	-70,1%

- c) Enquanto o resultado do exercício é ainda fortemente negativo pelo impacto da estrutura financeira e dos investimentos nos gastos correntes, o EBITDA consolidado atinge um valor positivo de 54 milhões de euros (influenciado por 41 milhões de euros de reversões de imparidades). A variação do justo valor de instrumentos financeiros derivados (swaps) tem um impacto desfavorável nos resultados, embora de valor menos expressivo devido à redução da carteira que influenciou, naturalmente, o seu valor de mercado. A nível do Grupo apenas a CP detém derivados. Em 2012 venceram dois swaps (um com JV positivo de 419 mil euros em 31/12/2011 e outro com JV negativo de 7,8 milhões de euros na mesma data) e foi exercida em Julho de 2012, pelo banco outorgante, a opção de cancelamento de um swap com valor de aproximadamente 19 milhões de euros em 31/12/2011.
- d) Admitindo a impossibilidade da Empresa solver integralmente o seu passivo financeiro, o indicador chave de sustentabilidade que sobressai é a evolução do EBIT consolidado, antes dos gastos excepcionais relativos a indemnizações por rescisão por mútuo acordo de contratos individuais de trabalho, que apesar de melhoria significativa, comparativamente ao ano anterior, continua ainda bastante negativo.
- e) Nos gastos de funcionamento consolidados destaca-se a diminuição de 23,8 milhões de euros (-16,1%) nos Gastos com o pessoal sem indemnizações. A rubrica Fornecimentos e serviços externos registou uma redução mais moderada de apenas 5,3 milhões de euros (-3,3%), a qual foi negativamente influenciada pelos aumentos tarifários da utilização da infraestrutura e da energia acima referidos.
- f) O passivo consolidado da CP atinge 4,3 mil milhões de euros e o capital próprio consolidado é negativo em cerca de 3,2 mil milhões de euros. O



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

valor total de empréstimos atinge 3,8 mil milhões de euros, dos quais cerca de 1,5 mil milhões de euros com maturidade inferior a 1 ano (1.347 mil euros de empréstimos bancários, 15 milhões de euros de descobertos bancários, 163 milhões de euros de outros financiadores).

IV – CUMPRIMENTO DOS PBG E DE ORIENTAÇÕES PARA O SEE

1. Considerando o disposto no ponto 17 da RCM 49/2007 procedemos ainda a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na CP. Em matéria de divulgação de informação é igualmente analisado o cumprimento da obrigação prevista no artigo 13.º-B do Decreto-Lei 558/99, de 17/12, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei 300/2007, de 23/8. O Relatório e Contas de 2012 integra um capítulo autónomo sobre o “Governo da Sociedade”, onde são apresentados os aspetos mais relevantes relacionados com este tema, dando, assim, cumprimento aos deveres de informação previstos na legislação aplicável.
2. Na ausência de administradores não executivos e de conselho geral e de supervisão, compete aos membros do órgão de fiscalização emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, conforme determina a RCM nº. 49/2007, de 28/3, ponto 17

A avaliação do desempenho individual dos administradores executivos, nos termos previstos na citada RCM, subentende a celebração de contratos de gestão com cada um dos gestores, considerando o disposto no artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março e alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de Janeiro. Acontece, porém, que não foram celebrados contratos de gestão ou fixados objectivos de gestão para o exercício de 2012, o que nos impossibilita de efectuar essa avaliação.

Assim sendo, iremos então efectuar uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, bem como do cumprimento dos princípios de bom governo (PBG) estabelecidos pela RCM 49/2007, dos deveres de divulgação de informação e de orientações para o SEE.

O Relatório e Contas de 2012 da CP integra um capítulo próprio sobre o tema "Governo da Sociedade", onde são apresentados os aspectos mais relevantes relacionados com este tema.

3. Da apreciação efetuada e seguindo a ordem exposta na RCM 49/2007, destacamos alguns aspectos relativamente à aplicação dos princípios aí consagrados.

A) Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

A CP cumpre a sua missão estatutária e os objectivos estratégicos fixados, com respeito pelos princípios éticos e de responsabilidades social, desenvolvimento sustentável e de serviço público na satisfação das necessidades da colectividade.

A missão, os objectivos e as políticas encontram-se enunciados e são divulgados nos relatórios anuais de gestão e nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF-SEE / MF.

Elabora anualmente planos de actividades e orçamentos inseridos nos instrumentos de gestão previsionais, os quais são submetidos às tutelas.

A Empresa informa adequadamente as tutelas e o público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua actividade, o grau de cumprimento dos seus objectivos, divulga o seu relatório de sustentabilidade e aplica a todos os colaboradores e entidades que com ela se relacionam um código de ética e de conduta. Promove igualmente a valorização profissional dos trabalhadores através de programas de formação.

Adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços e integra no relatório anual de gestão uma relação dos fornecedores de bens e serviços a com facturação superior a 5% do total dos fornecimentos e serviços externos.

Divulga também a legislação e os regulamentos que lhe são aplicáveis, evidenciando os aspetos mais relevantes, nomeadamente, do cumprimento das orientações legais a diversos níveis.



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Apesar da evolução bastante positiva do EBITDA, não foi possível alcançar o valor previsto nem reduzir o nível de endividamento, devido a condicionalismos resultantes da quebra acentuada da procura, ao aumento das tarifas de utilização da infraestrutura ferroviária e de energia elétrica e ao elevado montante de juros suportados. Por outro lado, o prazo médio de pagamento aumentou significativamente, passando de 79 dias no 4º Trimestre de 2011 para 123 dias no último trimestre de 2012 (de 56 para 68 dias se excluirmos dívida à REFER), conforme quadro demonstrativo constante do relatório do governo da sociedade.

B) Estruturas de administração e fiscalização

A CP foi transformada em Entidade Pública Empresarial pelo Decreto-Lei nº. 137-A/2009, de 12/6, o qual aprova os novos estatutos, conferindo uma renovada estrutura de administração e fiscalização.

As funções exercidas por cada um dos membros administradores constam do relatório anual de 2012, assim como os elementos curriculares de cada um dos membros dos órgãos de gestão e de fiscalização.

Na ausência de membros não executivos do CA ou de conselho geral ou outros órgãos com funções específicas de supervisão, cabe ao órgão de fiscalização efectuar a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.

As contas da CP têm sido objeto de auditoria por uma entidade externa independente e de certificação legal pelo membro ROC da Comissão de Fiscalização. O sistema de controlo interno existente é de um modo geral adequado.

C) Remuneração e outros direitos – Aplicação da Lei 64-B/2011

As remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas, em cada ano, por cada administrador e membro da CF, incluindo os honorários dos trabalhos executados pela Sociedade Revisora Oficial de Contas são divulgados anualmente no relatório e contas e no sítio electrónico institucional da DGTF – SEE / MF.

Foi aplicada a redução remuneratória prevista na Lei 64-B/2011, tendo igualmente essa disposição sido estendida a contratos de aquisição de serviços ao abrigo e nos termos da citada Lei, bem como outras medidas de redução de gastos operacionais. Apesar do EBITDA ser agora francamente positivo, o EBIT continua ainda bastante negativo.

D) Prevenção de conflitos de interesse

Existem normas de conduta estabelecidas em matéria de conflito de interesses, não tendo a CF conhecimento da respectiva prevaricação pelos membros dos órgãos sociais da Empresa.

E) Divulgação de informação relevante

É adoptada uma conduta de transparência e de prestação satisfatória de informação útil ao utente do transporte público ferroviário, ao mercado e ao público em geral.

F) Princípios relativos à divulgação de informação

As informações que nos termos dos princípios de bom governo devam ser divulgadas ao público estão disponíveis nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF – SEE / MF.

O sítio electrónico da Empresa disponibiliza abundante informação relevante e actualizada sobre a sua missão e actividade, de acesso livre e gratuito.

Os instrumentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2012 integram relatório sobre governo da sociedade e informação sobre a sustentabilidade económica, social e ambiental, bem como uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.

G) Declaração

Finalmente, declaramos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que nos estão atribuídas e com base na informação que nos foi disponibilizada, os documentos de prestação de



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

contas acima mencionados foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da posição financeira e do rendimento integral da CP – Comboios de Portugal, E.P.E e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que os relatórios de gestão, individuais e consolidados, relativos ao exercício de 2012 expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CP, EPE e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

V – PARECER

Atento ao exposto, a CF é de favorável à aprovação dos os e Contas individuais e consolidados da CP, EPE referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, com as ênfases expressas nas respetivas certificações legais das contas individuais e consolidadas, bem como da proposta de aplicação de resultados formulada pelo CA.

A CF regista com apreço a colaboração prestada pelo CA, pelos responsáveis dos diferentes Serviços e pelos demais trabalhadores da CP.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Dr. Issuf Ahmad, Presidente

Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"